



**Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da
Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste**

FED/2017/387410

Período de Reporte: 1 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020

RELATÓRIO INTERCALAR

(ANO 3)

**Ação cofinanciada pela União Europeia
e cofinanciada e gerida pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.**

**OSAN JERE
POVU HO
NIAN DI'AK**
GERIR BEM O DINHEIRO PÚBLICO

Responsabilidade de Edição



Título: Relatório Intercalar N.º 3 do PFMO – Componente 2

Projeto: “Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste” (PFMO)”

Edição: © Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., 2020

Data: 31 de outubro de 2020

Aviso de responsabilidade:

Esta publicação foi produzida no âmbito do projeto “Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste” (PFMO) – Componente 2. Os seus conteúdos são da responsabilidade exclusiva dos seus autores.

Nem o Camões, I.P, nem qualquer indivíduo agindo em nome do mesmo é responsável pela utilização que possa ser dada às informações que se seguem.

As designações e a apresentação dos materiais e dados usados neste documento não implicam a expressão de qualquer opinião da parte do Camões, I.P., da Cooperação Portuguesa ou do Ministério dos Negócios Estrangeiros relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou zona, ou suas autoridades, bem como a expressão de qualquer opinião relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites.

A referência a projetos, programas, produtos, ferramentas ou serviços específicos não implica que estes sejam apoiados ou recomendados pelo Camões, I.P., concedendo-lhes preferência relativamente a outros de natureza semelhante, que não são mencionados ou publicitados.

Contacto: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. | Ministério dos Negócios Estrangeiros | Rua Rodrigues Sampaio, nº 113 - 3º, 1150-279 Lisboa, Portugal | Tel. +351 21 310 91 00 | Fax: +351 21 314 39 | Escritório do PFMO, na Avenida Nicolau Lobato, Complexo Timor Plaza, Edifício CBD2, Piso 4, Salas 420-42, em Díli, Timor-Leste | e-mail: geral@pfmo.tl

Website: www.instituto-camoes.pt

Declaração de exoneração de responsabilidade:



Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. As opiniões nele expressas não refletem necessariamente a posição da União Europeia.

ÍNDICE

A.	APRESENTAÇÃO	6
B.	FICHA TÉCNICA DE PROJETO	7
C.	PRINCIPAIS ABREVIATURAS	9
D.	RELATO	11
1.	SUMÁRIO EXECUTIVO	11
2.	CONTEXTO NO PERÍODO	15
2.1.	EVOLUÇÃO DO CONTEXTO POLÍTICO E INSTITUCIONAL	15
2.2.	IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 E ESTADOS DE EMERGÊNCIA	15
2.3.	EVOLUÇÃO NO CONTEXTO DO PROJETO	20
3.	RESULTADOS	22
3.1.	REVISÃO DA MATRIZ DO QUADRO LÓGICO	22
3.2.	OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO	23
3.3.	PRODUTOS / <i>OUTPUTS</i>	24
4.	REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO	27
4.1.	ÁREA DA SUPERVISÃO ORÇAMENTAL	27
4.2.	ÁREA DA SUPERVISÃO FINANCEIRA	29
4.3.	ÁREA DA CRIMINALIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA	33
4.4.	ÁREA DA AUDITORIA SOCIAL	36
4.5.	ÁREA DA LÍNGUA PORTUGUESA	44
5.	EXECUÇÃO NO PERÍODO	49
5.1.	EXECUÇÃO FÍSICA	49
5.2.	EXECUÇÃO FINANCEIRA	51
6.	<i>CROSSING-CUTTING ISSUES</i>: AÇÕES TRANSVERSAIS REALIZADAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO E SALVAGUARDA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.	54

7.	COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE	58
8.	SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO	64
9.	DIFICULDADES ENCONTRADAS E MEDIDAS TOMADAS	66
10.	ESTRATÉGIA, PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O PERÍODO SEGUINTE ..	68
10.1.	ESTRATÉGIA GLOBAL PARA O PERÍODO SEGUINTE (Anos 4 e 5)	68
10.2.	ESTRATÉGIAS SETORIAIS/ ÁREAS DE ATUAÇÃO	71
10.3.	PLANO DE ATIVIDADES PARA OS ANOS 4 E 5	82
10.4.	EXTENSÃO DAS ATIVIDADES DA LÍNGUA PORTUGUESA	84
E.	INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS ALTERAÇÕES AOS VALORES CONSTANTES EM RUBRICAS DO ORÇAMENTO	88
F.	PEDIDO DE PAGAMENTO	90
G.	NOTA SOBRE A DURAÇÃO E EXTENSÃO DO CONTRATO	91
H.	ANEXOS	95

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA (VALORES ACUMULADOS NO ANO 3).....	13
FIGURA 2: EXECUÇÃO CONTRATUAL E FINANCEIRA (VALORES ACUMULADOS ANO 3).....	14
FIGURA 3: NÚMERO TOTAL DE FORMANDOS	45
FIGURA 4: HORAS DE FORMAÇÃO /INSTITUIÇÃO	46
FIGURA 5: VOLUME TOTAL DE FORMAÇÃO.....	46
FIGURA 6:QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES DE TUTORIA EM LP (HORA/FORMANDOS/VOLUME)	47
FIGURA 7:CRONOGRAMA DA PRODUÇÃO DE MANUAIS DA LP.....	48
FIGURA 8: EXECUÇÃO TOTAL (ANOS 1 E 2 VS. ANO 3)	49
FIGURA 9: COMPARAÇÃO PLANEADO / EXECUTADO - ANO 3 (AGOSTO.2020)	50
FIGURA 10: TIPOS DE ATIVIDADE (TOTAL ACUMULADO ANO 3, AGOSTO.2020, HORAS).....	50
FIGURA 11: ATIVIDADES POR RESULTADOS EM HORAS – ANO 3	51
FIGURA 12: EVOLUÇÃO DOS CUSTOS E COMPROMISSOS ACUMULADOS	52
FIGURA 13: CUSTOS E COMPROMISSOS ACUMULADOS NO FINAL DO ANO 3 POR RUBRICA	52
FIGURA 14: DESPESAS INCORRIDAS E COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PARCEIRO.....	53
FIGURA 15: DESPESAS INCORRIDAS E COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR RESULTADO	53
FIGURA 16: FORMANDOS /AS POR GÉNERO	55
FIGURA 17: NÚMERO DE FORMANDOS/AS POR GÉNERO, DESAGREGADO POR PARCEIRO	56
FIGURA 18: NOME E LOGOTIPO DO PROJETO	58
FIGURA 19: RACIONAL DE COMPOSIÇÃO DA LOGOMARCA	59
FIGURA 20: RESUMO DOS RESULTADOS DE VISUALIZAÇÃO E ACESSOS DE WEBSITE	60
FIGURA 21: RESUMO DOS ACESSOS ÀS REDES SOCIAIS - FACEBOOK.....	61
FIGURA 22: RESUMO DOS ACESSOS ÀS REDES SOCIAIS - TWITTER	62
FIGURA 23: NEWSLETTER DO PFMO	63
FIGURA 24: DIFICULDADES E MEDIDAS TOMADAS.....	66
FIGURA 25: TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO POR PARCEIRO	69
FIGURA 26: CALENDÁRIO DE ATIVIDADES PREVISTAS NA ÁREA DA LÍNGUA, POR PARCEIRO	81
FIGURA 27: Nº DE ATIVIDADES DO PLANO DE ATIVIDADES (ANO 4 E 5)	82
FIGURA 28: EXECUÇÃO CONTRATUAL E FINANCEIRA	83
FIGURA 29: EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	83
FIGURA 30: ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO EXTENSÃO DA LÍNGUA	88
FIGURA 31: DESPESAS PREVISTAS PARA ANOS 4 E 5 E REVISÃO DO ORÇAMENTO	89
FIGURA 32: CÁLCULO DO PEDIDO DE PAGAMENTO.....	90
FIGURA 33: EVOLUÇÃO DO VOLUME DE ATIVIDADES DESDE INÍCIO DO PROJETO	92
FIGURA 34: COMPARAÇÃO ENTRE O PLANEADO E O EXECUTADO (%).....	92
FIGURA 35: EXECUÇÃO FINANCEIRA ACUMULADA E MENSAL	93

A. APRESENTAÇÃO

O presente relatório intercalar é apresentado e submetido em cumprimento do ponto 3.9 do Artigo 3.º das Condições Gerais do Acordo de Delegação FED/2017/387410, celebrado entre a União Europeia e o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., relativamente ao período entre 1 de setembro de 2019 e 31 de agosto de 2020, correspondente ao terceiro ano do período de implementação do Acordo de Delegação, determinado à data prevista no Ponto 2.2. do Artigo 2.º das respetivas Condições Especiais, tendo sido elaborado nos termos do disposto no Ponto 3.7 do Artigo 3.º das referidas Condições Gerais.

Mais se informa, que o Parecer de Auditoria a que se refere o ponto 3.11, será enviado nas condições regulamentares previstas no ponto 3.12.

Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste (PFMO) – Componente 2 | FED/2017/387410

Relatório Intercalar N.º 3 (1 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020)

B. FICHA TÉCNICA DE PROJETO

A. TÍTULO:	Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste (PFMO)
B. CÓDIGO DO PROGRAMA:	FED/2017/387410
C. CÓDIGO CAD:	15111 – Gestão das Finanças Públicas 15113 – Instituições e Organismos Anticorrupção 15150 – Participação Democrática e Sociedade Civil 15152 – Legislaturas e Partidos Políticos 15153 – Media e Livre Fluxo de Informação
D. ODS:	Objetivo 1: Erradicação da pobreza Objetivo 10: Redução das Desigualdades Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes Objetivo 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos
E. SETOR:	Setor Focal 1 – Boa Governança Programa Indicativo Nacional (PIN/Timor-Leste) 2014-2020
F. OBJETIVO DA INTERVENÇÃO:	Melhorar o desenvolvimento sustentável em Timor-Leste através de uma prestação de serviços públicos mais eficaz, íntegra, transparente, responsável e orientada para o cidadão, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.
G. RESULTADOS ESPERADOS	<ul style="list-style-type: none">▪ Papel do Parlamento Nacional fortalecido em termos de análise, auscultação e tomada de decisão relativamente ao Orçamento Geral do Estado, e de fiscalização da sua execução;▪ Capacidade técnica e institucional reforçada da Câmara de Contas e do Tribunal de Recurso - inclusive para a sua evolução plena para o Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas;▪ Capacidades reforçadas em matéria de prevenção e investigação forense de crimes de natureza económico-financeira, corrupção e branqueamento de capitais (Comissão Anticorrupção, Polícia Científica de Investigação Criminal, e Inspeção-Geral do Estado);▪ Capacidade institucional e técnica do Ministério Público reforçada para melhor representar o Estado no exercício da ação penal e salvaguarda da legalidade democrática para o acompanhamento das responsabilidades financeiras designadas nos relatórios da Câmara de Contas e nos relatórios de investigação criminal▪ Capacidade aumentada dos Atores Não Estatais e dos cidadãos para participarem em processos políticos e de supervisão das instituições públicas e da prestação de serviços públicos (através da iniciativa de Auditoria Social)▪ Quadro regulamentar e capacidade profissional dos jornalistas melhorados para que estes possam providenciar informação imparcial, concreta e informada aos cidadãos.

Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste (PFMO) – Componente 2 | FED/2017/387410

Relatório Intercalar N.º 3 (1 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020)

<p>H. GRUPO-ALVO:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deputados e técnicos do Parlamento Nacional, em particular das Comissões que tenham a cargo matérias como Assuntos Constitucionais e Finanças Públicas; ▪ Auditores e Juizes do Tribunal de Recurso e da Câmara de Contas; ▪ Magistrados da Procuradoria-Geral da República e do Ministério Público; ▪ Auditores e Inspetores da Inspeção Geral do Estado; ▪ Investigadores e Especialistas criminais da Polícia Científica de Investigação Criminal; ▪ Investigadores e Especialistas da Comissão Anti-Corrupção; ▪ Técnicos do Fórum de Organizações Não Governamentais de Timor-Leste, Rede Nacional de Auditoria Social e demais técnicos das Organizações da Sociedade Civil membros da rede; ▪ Técnicos da Secretaria de Estado da Comunicação Social e jornalistas timorenses. <p>Beneficiários finais: Sociedade e população timorense em geral.</p>
<p>I. ENTIDADE EXECUTORA:</p>	<p>Camões, I.P – Instituto da Cooperação da Língua</p>
<p>J. DURAÇÃO E CALENDÁRIO:</p>	<p>Início – 1 setembro 2017 / Fim – 28 fevereiro 2022</p>
<p>K. FINANCIAMENTO DO PROJETO:</p>	<p>União Europeia: 12.000.000,00 EUR; Portugal: 600.000,00 EUR Total: 12.600.000,00 EUR</p>
<p>L. RESUMO DO PROJETO</p>	<p>O projeto assenta na capacitação institucional e na promoção do diálogo e cooperação entre as instituições do Estado com responsabilidades na supervisão e gestão das finanças públicas, as organizações da sociedade civil e os órgãos da comunicação social. Neste sentido, pretende-se capacitar as entidades envolvidas na ação de modo a criar condições para estas cumpram os respetivos mandatos, potenciando a articulação e cooperação interinstitucional, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço da cooperação entre instituições nacionais e dinamização de parcerias com entidades pares; ▪ Apoio à definição e clarificação do quadro legal e institucional, sempre que necessário; ▪ Realização de campanhas de sensibilização para o reforço da cidadania e da auditoria social; ▪ Formação intensiva em língua portuguesa de nível técnico e de especialidade, adaptada ao contexto de trabalho de cada entidade. <p>De forma transversal a todas as entidades beneficiárias, será implementada formação intensiva em língua portuguesa de nível técnico, adaptada ao contexto de trabalho de cada entidade, face às debilidades no domínio desta língua oficial. De igual modo, todas as atividades a desenvolver no âmbito deste projeto terão em consideração a promoção da participação equilibrada de homens e mulheres na formação e um planeamento e definição de políticas sensíveis ao género.</p>

C. PRINCIPAIS ABREVIATURAS

AD	Acordo de Delegação
APAI	Associação Portuguesa de Auditoria Interna
AT	Assistente Técnico
CAC	Comissão Anti-Corrupção
CAMÕES, I.P	Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
CA	Comité Aconselhamento
CCT	Comité Coordenação Técnica
CENJOR	Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas
CEPAD	Centro de Estudos para a Paz e Desenvolvimento
CFTEC	Centro de Formação Técnica Em Comunicação
COVID-19	Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus)
DLUE	Delegação da União Europeia em Timor-Leste
FONGTIL	Fórum das Organizações Não-Governamentais de Timor-Leste
GCCCCO	Gabinete Central de Combate à Corrupção e à Criminalidade Organizada
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças
GOPAC	Global Organization of Parliamentarian Against Corruption Organização dos Parlamentares Contra a Corrupção
IGE	Inspeção-Geral do Estado
ISC	Instituições Superiores de Controlo
LP	Língua Portuguesa
MP	Ministério Público
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OSC	Organizações da Sociedade Civil
ONG	Organizações Não-Governamentais
OROC	Ordem de Revisores Oficiais de Contas
PARCEIROS	Parlamento Nacional, Tribunal de Recurso/Câmara de Contas, Procuradoria-Geral da República, Polícia Científica e de Investigação Criminal, Comissão Anti-Corrupção, Inspeção-Geral do Estado, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Conselho de Imprensa, Unidade de Auditoria Social, Fórum das Organizações Não-Governamentais de Timor-Leste.

Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste (PFMO) – Componente 2 | FED/2017/387410

Relatório Intercalar N.º 3 (1 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020)

PAS	Plataforma de <i>Accountabilidade Social</i>
PCIC	Polícia Científica e de Investigação Criminal
PF	Ponto Focal
PFMO	<i>Partnership to improve service delivery through strengthened Public Finance Management and Oversight</i> Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste
PGR -TL	Procuradoria-Geral da República de Timor Leste
PN	Parlamento Nacional de Timor-Leste
PICATFIN	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PROJETO	Programa de implementação da Componente 2 do PFMO
QL	Quadro Lógico
RENAS	Rede Nacional de Auditoria Social
SECOMS	Secretaria de Estado da Comunicação Social
SCE	Serviço do Contencioso do Estado
TR	Termos de Referência
TdR/CdC	Tribunal de Recurso/Câmara de Contas
UAPF	Unidade de Auditoria e Perícia Financeira
UAS	Unidade de Auditoria Social
EU	União Europeia
UAPF	Unidade de Auditoria e Perícia Financeira
UIC-PFMO	Unidade de Implementação do Camões, I.P. para o PFMO – Componente 2

D. RELATO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório incide sobre o Ano 3 de Projeto e reporta a sua execução ao período compreendido entre 1 de setembro de 2019 e 31 de agosto de 2020, que correspondente ao terceiro ano do período de implementação do Acordo de Delegação.

Neste Ano 3, aos desafios internos reconhecidos, decorrentes da instabilidade política e orçamental dos últimos anos em Timor-Leste, juntaram-se de forma muito significativa os impactos da Covid-19, desde março de 2020 e a declaração do Estado de Emergência que tem vindo a ser estendido sucessivamente, com fortes restrições nas atividades presenciais e nas entradas e saídas do país, com a supressão das linhas aéreas comerciais.

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

O início do Ano 3, entre setembro e dezembro de 2019, correspondeu ao período de maior volume de atividades registadas no Projeto até ao momento, que permitiu concretizar diversas atividades ou metas intermédias significativas:

- ✓ Programa de Formação de Juizes em Portugal (com um primeiro grupo de cinco Juizes Timorenses, pelo período de seis meses, entre setembro de 2019 e março de 2020);
- ✓ Colocação de uma Assistência Técnica de curta duração junto da PCIC, para prestar assessoria nas áreas de especialidade técnica de laboratório de polícia criminal);
- ✓ Preenchimento das posições de Assistência Técnica de média duração no Parlamento Nacional (PN) e na Câmara de Contas (CdC);
- ✓ Conclusão do Plano de Comunicação e Visibilidade, definição da Imagem e lançamento do Sítio na internet e Redes Sociais do nome “OSAN POVU NIAN, JERE HO DI’AK”, que se afirmou como elemento de enorme sucesso do PROJETO;
- ✓ Realização da I Conferência Internacional, organizada exclusivamente pelo PROJETO, sobre a Criminalidade Económica e Financeira;
- ✓ Realização de atividades de capacitação especializada no PN;
- ✓ Realização da primeira edição especializada sobre o “Modelo de Supervisão de Finanças Públicas”, de carácter transversal, dirigida a todos os parceiros estatais;
- ✓ Funcionamento de espaço próprio dedicado à realização da formação no Projeto.

Entretanto, a partir de finais de fevereiro começaram a desenhar-se os primeiros impactos da situação do Covid-19, originando uma crise generalizada que afetou severamente os meses seguintes no que respeita à execução das atividades do Projeto, com a suspensão de reuniões presenciais, eventos sociais e adiadas atividades presenciais e instituição do sistema de teletrabalho, com parte da equipa internacional em Portugal, no período de 4 de abril a 5 de agosto.

Marcando a retoma, em julho, realizaram-se atividades com o PN, nomeadamente dois Seminários formativos, no qual participaram a totalidade dos Deputados da Comissão C do PN, bem como várias dezenas de quadros do Parlamento. Tais ações, foram realizadas fora da cidade de Díli, em espaços abertos e ventilados e com o cumprimento reforçado das principais regras sanitárias.

No geral, o Ano 3 foi ainda pautado por um Projeto a vários ritmos, explicado pelo tempo em funções das equipas, com um volume de atividades mais regular nas áreas da auditoria social e da língua portuguesa, mas que se encontra sanado no início do ano 4, como se depreende da estratégia e plano de atividades para o próximo período, mesmo com as limitações ainda existentes que afetam sobretudo as atividades de capacitação de média e longa duração.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Apesar da desaceleração da segunda metade do ano., o Ano 3 representou num salto muito significativo em termos do cumprimento dos resultados, destacando-se sobretudo:

- ✓ Aumento da formação, num total acumulado de **58.662 horas**, em formação técnica especializada, assistência técnica, bem como em tutoria e língua portuguesa;
- ✓ Participação de **1.268 beneficiários** das instituições parceiras de Timor-Leste;
- ✓ Com **taxa média de satisfação de 88%**, no que se refere à utilidade e qualidade do conteúdo das intervenções;
- ✓ Equilíbrio de género próximo do desejado, entre a globalidade dos participantes certificados – **46,7% mulheres, 53,3% homens**.

Figura 1: Quadro da Execução Física (valores acumulados no ano 3)

Tipo de capacitação	Dias de Formação	Participações de Formandos	Horas de Formadores	Duração Total (horas)
Capacitação Média/ Longa Duração	104	5	602	3.010
Capacitação Técnica/ Especializada	158	889	817	21.555
Assistência Técnica (<i>on-the-job</i>)	351	73	2.457	2.457
Língua Portuguesa	1.041	301	2.473	31.640
Total	1.654	1.268	6.349	58.662

EXECUÇÃO CONTRATUAL E FINANCEIRA

No que respeita à execução financeira no período, o valor dos compromissos jurídicos assumidos até 31 de agosto de 2020 foi de **5 188 672 EUR**, dos quais **3 275 327 EUR** efetivamente incorridos em custos – que incluem o acréscimo do valor correspondente a 7% a título de custos indiretos/remuneração do Camões, I.P.

O apuramento da taxa de execução, apesar dos significativos impactos e atrasos na execução por força da situação do COVID-19 e situação de Emergência no País, revela uma significativa recuperação, que se traduziu numa execução de **1.987.213 EUR** (custos incorridos) e **1.652.409 EUR** (acréscimo nos compromissos contratualizados).

Face ao orçamento dos custos incorridos no Projeto alcança-se, no final do ano 3, um percentual de **26,0 %** (comparando com um acumulado de 10,2% relativo ao Ano 2) e a taxa de execução dos compromissos jurídicos foi de **41,2%** (comparando com um acumulado de 29,7% no Ano 2).

As taxas de execução situam-se ainda abaixo do previsto para o período, em particular ao nível das capacitações de média e longa duração adiadas (7,6% da execução física planeada), seguida da capacitação de curta duração e assistências técnicas que alcançaram sensivelmente dois terços do previsto. A exceção foi a componente da língua, que conseguiu superar o planeamento com o aumento do número de formandos.

Todavia, no que se refere aos compromissos contratuais assumidos para o período de duração do Projeto, houve uma aceleração significativa e relevante que os aproximam da proporção de tempo de execução decorrido – 36 meses no Ano 3 (66,6%). A execução líquida em pagamentos também teve um aumento de 72,0% relativamente à execução do ano 2 (que se traduziu em 1 063 829 EUR).

Figura 2: Execução contratual e financeira (valores acumulados ano 3)

Rubrica	Orçamento	Custos incorridos	Custos e compromissos incorridos	% Custos Incorridos	% Custos e compromissos incorridos
1. Recursos Humanos	1 591 021	854 727	1 293 937	53,7%	81,3%
2. Viagens e per diem	3 088 080	160 653	169 640	5,2%	5,5%
3. Equipamentos e fornecimentos	436 800	195 766	195 766	44,8%	44,8%
4. Escritório local e funcionamento	321 300	127 274	185 128	39,6%	57,6%
5. Serviços	1 752 600	277 736	443 027	15,8%	25,3%
6. Outros serviços a contratar	4 585 900	1 444 898	2 561 728	31,5%	55,9%
8. Custos Indiretos/Remuneração	824 299	214 274	339 446	26,0%	41,2%
Total dos custos elegíveis	12 600 000	3 275 328	5 188 672	53,7%	41,2%

PLANO DE ATIVIDADES PARA OS PRÓXIMOS 18 MESES

O Plano de Atividades para o próximo período de relato abrange os anos 4 e 5, até 28 de fevereiro de 2022, data em que termina o período de implementação do Projeto.

Trata-se de um plano ambicioso composto por 249 atividades, que representam uma estimativa de execução financeira de EUR 6 871 431 e EUR 2 453 241, nos anos 4 e 5, respetivamente, e que assenta na premissa de um abrandamento das limitações atuais a partir de 2021 e que exige uma abordagem flexível e de progressiva adaptação às condições.

Pretende-se, assim, (i) reforçar a proximidade e as ligações entre a estrutura de implementação do Projeto e os contatos com os Pontos Focais e as estruturas dirigentes dos Parceiros; (ii) rever a matriz do Quadro Lógico e estabilizar os indicadores e meios de verificação, promovendo uma melhoria do acesso e partilha de informação e aplicação de questionários de forma sistematizada; (iii) estimular a utilização dos recursos locais da equipa de Projeto; (iv) inovar nas condições de realização de atividades à distância; (v) apoiar, na medida das necessidades, a melhoria das condições tecnológicas dos parceiros, por forma a aproveitar a vasta oferta e as possibilidades de formação à distância; e (vi) dar continuidade ao Programa em Língua Portuguesa, por mais um ano, que permita à generalidade dos beneficiários atingir o nível de proficiência B, de utilizador independente, bem como reforçar a tutoria, concluir os Manuais de Língua Portuguesa para fins específicos e disponibilizar os materiais originais na plataforma Moodle.

2. CONTEXTO NO PERÍODO

2.1. EVOLUÇÃO DO CONTEXTO POLÍTICO E INSTITUCIONAL

A reconhecida instabilidade política dos últimos três anos em Timor-Leste, teve impactos em vários domínios, designadamente a nível institucional e de liderança nos órgãos do Estado, mas também, e sobretudo, a nível orçamental, sendo que o País esteve dois, dos três últimos anos, a viver na quase totalidade com orçamentos em regime de duodécimos – situações que afetaram globalmente todos os órgãos do Estado, mas também, indiretamente, as próprias dinâmicas do sector privado e não-lucrativo, designadamente ao nível das capacidades da sociedade civil.

Se é verdade que os Parceiros nacionais funcionam de forma mais ou menos autónoma – variando esta de instituição para instituição, dentro ou fora da esfera do Estado -, sem grande interferência com os ciclos do Governo, tal não significa que não sejam alvo das circunstâncias, dificuldades e desafios dos ciclos políticos e governativos, nem tão pouco significa tal autonomia que estejam imunes às dificuldades próprias de cada instituição ou a outras transversais aos restantes órgãos do Estado, designadamente às resultantes do contexto político ou da governação em Timor-Leste.

A acrescer a estas dificuldades internas, de forma muito significativa se registam os impactos gerais da pandemia da COVID-19.

2.2. IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 E ESTADOS DE EMERGÊNCIA

A situação de pandemia decorrente do COVID-19 começou a ter impactos nas atividades de PROJETO a partir de finais de fevereiro de 2020, com o adiamento de decisões pelos parceiros em Portugal, nomeadamente da formalização de contratos e acordos de parceria pela impossibilidade de calendarizar atividades, dadas as incertezas com a evolução da doença.

Esses sinais tornaram-se evidentes no início de março, com o cancelamento de viagens de/para Portugal, quer por iniciativa dos Parceiros Timorenses quer das Instituições de referência em Portugal. A situação tem evoluído em diferentes fases, nomeadamente as seguintes:

Fase 1 (até 20 de março): Numa primeira fase, Timor-Leste não registava qualquer caso de infeção pelo COVID-19. No entanto, essa situação não reduziu as preocupações, tendo em conta a possível insuficiência dos meios de diagnóstico e os receios de que a provável existência de casos no território de Timor-Leste, iria exceder sempre os recursos para lhes dar resposta. As informações sobre a situação foram sempre escassas, difundidas pela representação da Organização Mundial de Saúde e pelo Governo de Timor-Leste. As indicações das autoridades foram no sentido de alertar a população sobre a doença e algumas indicações ao nível da prevenção pessoal.

Nesta fase, a partir de meados de fevereiro, começaram a ser adiadas algumas iniciativas do PROJETO, dadas as restrições nas atividades dos parceiros em Portugal, nomeadamente as que implicassem viagens.

Cedo se percebeu que esta situação iria ter fortes impactos na execução do PROJETO, em resultado do cancelamento ou suspensão de atividades anunciado por parte de parceiros importantes como o Tribunal de Contas, a Polícia Judiciária, o GPEARL do Ministério das Finanças, o Centro de Estudos Judiciários e o CENJOR. Os Parceiros Timorenses começaram também a pedir o adiamento de atividades a realizar em Portugal.

Foi, assim, necessário adotar medidas de curto prazo para enfrentar a situação, designadamente, a adoção de medidas de higiene sanitária no escritório e locais de formação, distribuição de equipamento de proteção individual aos membros da equipa, reforço da limpeza e desinfeção de espaços e viaturas, bem como foi preparado um plano de contingência para a situação de possível agravamento da situação em Timor-Leste, caso se confirmasse a incidência de casos de COVID-19, que assegurasse as condições de viabilidade do PROJETO e zelasse pela segurança e saúde dos membros da equipa em Díli.

Estas medidas tiveram em consideração as capacidades e potencialidades de trabalho remoto, a partir de qualquer localização, tendo em conta que o modelo de funcionamento, equipamentos e processos da UIC-PFMO foram, desde início, definidos para aproveitar os benefícios de utilização em situações de flexibilidade, portabilidade e utilização, sem necessidade de localização e ligações de comunicação físicas.

Fase 2 (21-27 de março): Com o agravamento da situação em Timor-Leste, em 21 de março, foram aprovadas medidas restritivas que impediam a continuação das atividades letivas e presenciais. Assim, por acordo entre os Serviços de Cooperação da Embaixada de Portugal e a DLUE, foram estabelecidas para o PROJETO as seguintes medidas:

- ✓ A suspensão das atividades letivas e presenciais;
- ✓ A redução e suspensão de eventuais reuniões de trabalho presenciais, incluindo a 5.ª reunião do Comité Técnico de Coordenação (prevista para 25 de março);
- ✓ Supressão de todos os eventos e cerimónias públicas, com grupos numerosos e a presença de autoridades diplomáticas e nacionais;
- ✓ Adoção para a equipa, quando possível, do sistema de teletrabalho.

Foram preparados dois planos de contingência, sendo um deles relativo especificamente às atividades da Língua Portuguesa e um outro, o Plano de Situação e Mitigação dos Impactos do COVID-19 nas atividades previstas para o Ano 3 (num total de 148 atividades), tendo em conta os impactos (reduzido, médio e elevado) para a sua realização, bem como, para cada uma delas, a respetiva medida de mitigação.

Os planos consideraram as atividades planeadas, incluindo atividades de estrutura, transversais e comuns, língua portuguesa e atividades conjuntas ou dirigidas a cada parceiro, com os seguintes pressupostos:

- ✓ A estratégia de mitigação assenta em três pontos: (i) situação, (ii) Impacto e, (iii) medida proposta;
- ✓ A informação disponível, quanto aos contextos nacional, local, parceiros e beneficiários;
- ✓ Recomendações e medidas das autoridades nacionais e locais;
- ✓ Suspensão e adiamento das atividades com parceiros internacionais pelo menos até 30 de abril, considerando que a partir dessa data seria possível levantar as restrições existentes (cenário otimista);
- ✓ Continuidade do maior número de atividades possível;
- ✓ Adoção dos sistemas de teletrabalho, ensino à distância, trabalho autónomo, redução de reuniões presenciais e suspensão das atividades formativas em sala;
- ✓ Inclusão e ajustamento de datas relativamente ao calendário inicial.

Fase 3 (28 de março – 7 de junho): Foi decretado o Estado de Emergência em Timor-Leste, cujas medidas de execução foram aprovadas através do Decreto n.º 3/2020, de 28 de março. Nesta fase, as prioridades foram:

- ✓ Assegurar a integridade pessoal dos membros da equipa, assegurando as condições de decisão sobre a sua permanência em Díli ou, aos membros internacionais que pretendessem regressar temporariamente, em articulação com os Serviços Consulares e de Cooperação, assegurar o seu regresso;
- ✓ Implementar as medidas preventivas e de mitigação dos impactos da situação do Covid-19 e da declaração e medidas do Estado de Emergência no País;

- ✓ Adotar, em articulação com os Serviços de Cooperação de Portugal e a Delegação da União Europeia, relativamente às medidas contratuais, procedimentos de contingência para minimizar os efeitos e implementar um plano de continuidade que facilitasse a retoma das atividades, quando tal se tornasse possível.

Assim, entre 28 de março e 4 de abril, foi assegurado o regresso ao país de origem a todos os elementos da equipa que manifestaram essa vontade, tendo os mesmos permanecido em regime de teletrabalho. A equipa em Díli adotou o sistema de teletrabalho e apoio à distância, com redução dos períodos de permanência no escritório, a funcionar em regime de escala rotativa.

Em 8 de abril, o Camões, I.P. remeteu uma comunicação à DLUE de Díli, informando desta situação e enviando o Plano de Continuidade e Mitigação do Projeto (**Anexo I**) atualizado à medida da evolução da pandemia, não excluindo a possibilidade de, conjuntamente, ser decidida a reorientação/ reafectação de recursos que pudessem contribuir para que Timor-Leste pudesse dar uma melhor resposta à situação pandémica.

Em 24 de abril, esta informação foi igualmente transmitida à DLUE de Bangucoque, através de ofício com a Ref.ª CICL- 2020/1385, em cumprimento do disposto no ponto 3.6 do Anexo das Condições Gerais do Acordo de Delegação celebrado entre o Camões, I.P. e a União Europeia.

Progressivamente, foi possível retomar algumas atividades de carácter presencial, bem como a realização de reuniões e encontros com os Parceiros. Em maio, foi lançado o Programa Especial de Apoio aos Órgãos de Comunicação Social e aos Jornalistas, bem como foi celebrado o Aditamento ao Acordo de Delegação, que permite a aquisição dos Servidores Seguros para a PCIC.

Fase 4 (8 de junho - 5 de agosto): Tendo em conta a evolução das exigências das autoridades sanitárias com impacto nas atividades do PROJETO, a 8 de junho foram retomadas algumas das atividades de formação presencial na língua portuguesa.

A primeira decisão tomada foi a concentração das atividades letivas em espaço próprio do PROJETO, uma vez que as salas em uso não permitiam cumprir as regras de distância social. Esta medida foi acompanhada da reformulação das condições de disposição e regras de distanciamento dentro de sala, com reforço das medidas preventivas de higiene e desinfeção (uso de máscaras, nova disposição de mesas e cadeiras, duplicação da limpeza e desinfeção das salas de formação).

Nesta fase, a principal preocupação passou a ser organizar o regresso a Timor-Leste dos membros da equipa da UIC e AT, regressados a Portugal em abril. As dificuldades na entrada, travessia e saída da Austrália, tornaram inviável a única ligação aérea existente entre Díli e o exterior. A única solução passou a ser, a partir de finais de junho, os voos humanitários do PAM, pelo que os esforços foram mobilizados para aceder a tais voos - o que veio a acontecer, pela primeira vez, no voo do dia 22 de julho, que trouxe de regresso a Díli os dois primeiros elementos da equipa, tendo os restantes regressados a 5 de agosto.

Neste contexto, foi entendido estarem reunidas as condições para retomar o planeamento e a programação regular das atividades do PROJETO, desde logo para as atividades a desenvolver no Ano 4, ainda que com as restrições conhecidas, em termos da necessidade de adoção de regras de distanciamento social e medidas sanitárias em todas as atividades de natureza presencial e da exploração de novos processos e métodos de formação à distância. Assim, foi possível programar para o mês de setembro a realização de atividades que representam cerca de 6.800 horas de capacitação recebidas – valores próximos da média de 7.600 horas previstas para o Ano 3.

Neste contexto, a revisão do Plano de Continuidade e Mitigação de Riscos associados à Covid-19 foi atualizado às datas de 30 de junho, 31 de julho e 31 de agosto. A última atualização coincidiu com o final do Ano 3, tendo em conta que a reprogramação do Plano de Atividades para o Ano 4, apresentado no presente relatório, já tem em conta as limitações e exigências da conjuntura atual.

Em resumo, os principais impactos da situação pandémica e das restrições do estado de emergência, no que respeita ao Ano 3 (até 31 de agosto) foram as seguintes:

- ✓ Cancelamento e adiamento do início de, aproximadamente, 45% das atividades programadas do Ano 3, por força dos impactos da situação do COVID-19;
- ✓ Suspensão de atividades presenciais, incluindo reuniões, atividades letivas e outros eventos;
- ✓ Adiamento da formalização dos acordos de parceria com entidades de referência em Portugal (Tribunal de Contas, GPEARL e PJ) e suspensão das atividades no âmbito de protocolos em curso (CENJOR);
- ✓ Adiamento da formação para investigadores especialistas da CAC e PCIC (*Analyst*), prevista para Portugal em março de 2020;
- ✓ Cancelamento ou adiamento das atividades previstas de capacitação de média e longa duração, a iniciar, no âmbito dos programas transversais PADIF, SUFIP e SUQET, designadamente as previstas para maio (missão de avaliação da formação de Juízes com o CEJ), junho (1.ª edição do SUFIP), setembro (2.ª edição do Programa de Formação de Juízes);

- ✓ Adiamento das Missões da Comissão C e da IGE a Portugal (previstas para junho de 2020);
- ✓ Adiamento da formação pós-graduada em auditoria financeira e certificação;
- ✓ Adiamento do processo de diagnóstico de competências para auditores da CdC;
- ✓ Adiamento de dezenas de ações de capacitação de curta duração em todas as áreas de PROJETO;

Adiamento do início das assistências técnicas para a CdC (área de economia e finanças), CAC e PCIC.

2.3. EVOLUÇÃO NO CONTEXTO DO PROJETO

A UIC - PFMO, em Díli, tem todos os seus elementos em funções, incluindo o Gestor de Área de Supervisão Orçamental contratado já durante o presente período de reporte. A Equipa do Projeto na sede de Camões, I.P., em Lisboa, conta igualmente com uma nova Gestora de Projeto desde julho de 2020.

Em outubro, à margem do modelo de governo, a UIC participou na reunião sobre o Programa Indicativo Nacional, organizado pelo Serviço do Ordenador Nacional e a Delegação da União Europeia, onde foram apresentados o PFMO e a situação de execução e atividades da Componente 2.

No ano 3, estabilizou-se o funcionamento dos órgãos de governo de PROJETO, com a realização da 4.ª reunião do CCT, ocorrida em 3 de dezembro – tendo sido agendada a reunião seguinte para 25 de março, mas que acabou por não se realizar, por causa da emergência do COVID-19.

Em Março iniciou-se também o trabalho preparatório de recolha de informação e entrevistas da equipa do *Mid Term Review do PROJETO*, para o qual a equipa do Projeto se manifestou sempre disponível, disponibilizando a informação e prestando os esclarecimentos necessários, bem como auxiliando no contacto com os Parceiros, que foi particularmente desafiante de cumprir de forma remota.

No que respeita aos Parceiros do Projeto, o Ano 3 significou a estabilização dos Pontos Focais e uma maior perceção sobre as oportunidades criadas pelo PROJETO, com a evolução de atividades com quase todos os Parceiros, com exceção do Ministério Público/PGR, bem como pelo aprofundamento da formação na língua portuguesa, o seu alargamento a Parceiros que pela primeira vez beneficiaram deste apoio (como foram os casos da IGE, CAC e das organizações da sociedade civil).

Realizaram-se também as primeiras atividades fora de Díli nos municípios de Baucau, Ermera e Liquiçá e iniciaram-se as atividades de assistência técnica junto do PN, CdC e PCIC.

Deve sublinhar-se, sem prejuízo das dificuldades relatadas a nível do contexto, a excelente colaboração recebida neste período da parte do Serviço do Ordenador Nacional, bem como a disponibilidade da maioria dos Parceiros, que continuam a reconhecer a enorme importância dos contributos do Projeto, reconhecendo na essencialidade a sua importância, atualidade e necessidades subjacentes à sua criação e implementação integral.

Em 8 de maio de 2020, foi assinada uma primeira Adenda ao Acordo de Delegação, que alterou a estrutura orçamental, através de alteração ao respetivo Anexo do Acordo de Delegação e mantendo inalterados todo o restante acordo, com o reforço da rubrica "Equipamentos e fornecimento" em EUR 200.000,00 retirados da rubrica "Outros serviços a contratar", de forma a permitir a aquisição de Servidores para um dos Parceiros – a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), que incluem ativos de infraestrutura tecnológica (*hardware*), aplicativos operacionais específicos (*software*) e serviços de manutenção e assistência técnica.

A aquisição, instalação e operacionalização destes equipamentos para a PCIC, está prevista no âmbito do plano de trabalho do Ano 4.

3. RESULTADOS

Nesta secção apresenta-se um ponto de situação sobre a revisão da matriz do quadro lógico (QL), desde a formulação da lógica de intervenção ao processo de estabilização dos indicadores.

Este período, a matriz do QL foi amplamente discutida e faz-se um ponto prévio que pretende contextualizar as formulações e alterações que se pretende apresentar no primeiro trimestre do ano 4, já incorporando as recomendações do *Mid Term Review* e da empresa que irá desenvolver o sistema de monitoria e avaliação e que fará também uma primeira apreciação crítica, em particular sobre a forma de recolha e registo dos indicadores.

3.1. REVISÃO DA MATRIZ DO QUADRO LÓGICO

A matriz do QL pretende espelhar a lógica do Projeto e poder ser utilizada como uma ferramenta efetiva, adequada e eficaz de monitoria dos progressos do Projeto, e na qual assenta o sistema de Monitoria e Avaliação (M&A) do Projeto – ver secção 8.

Neste período, na decorrência dos contributos do Estudo de Base, apresentada no período intercalar anterior, iniciou-se um debate em equipa (UIC-Díli e UIC-sede) sobre a adequação e eficácia dos indicadores propostos sobretudo ao nível dos indicadores de output e resultado.

Os Indicadores de Output, indicadores associados aos produtos, devem remeter para os produtos ou serviços assegurados com a realização das atividades, verificando-se os pressupostos operacionais. Todavia, uma grande parte dos indicadores de output indicados na Descrição da Ação não dependem somente da intervenção do Projeto (por exemplo: n.º de relatório produzidos pela entidade parceira; ou redução do número de processo pendentes), expressando, na verdade, os efeitos para os quais contribuem os produtos, sendo mais adequados como indicadores de *Intermediate Outcome*. Assim cabe estabilizar, para os *Outputs*, os indicadores que melhor expressam informação sobre os produtos e serviços disponibilizados, possíveis de observar logo após as intervenções.

Além de estabilizar os indicadores de produto e *Intermediate Outcome* será necessário validar ou criar os meios de verificação que sejam fáceis de recolher, medir, registar e comprovar. É essencial confirmar o acesso ou mesmo existência de fontes de verificação para que seja possível, com o menor tempo, menor complexidade e menor custo, conferir linhas de base, valores intermédios e metas.

A maioria dos indicadores estão sinalizados para ser extraídos de relatórios das entidades parceiras, mas face à insuficiência da informação de gestão que é disponibilizada pelos Parceiros e ausência ainda quase generalizada de sistemas de gestão e controlo, que permitam garantir a objetividade e integridade da informação crítica necessária no curto prazo, não sendo possível chegar a consenso sobre uma forma de reporte da entidade que seja realista de replicar, é necessário recorrer a outras fontes, como entrevistas, *focus groups* ou questionários, com uma base estruturada para ser aplicada periodicamente.

Esta questão persiste mesmo depois do Estudo de base que também apresentou uma proposta de indicadores de output que se referem a efeitos (outcomes) e cujas fontes de verificação se baseiam em relatórios ou informação a ser disponibilizadas pelos Parceiros. Assim, faz parte do plano de trabalho da equipa, durante os primeiros meses de 2021:

1. Estabelecer e apresentar a proposta de revisão da matriz do QL do Projeto;
2. Rever e sistematizar os procedimentos de recolha da informação por Indicador e definir linhas de base; e
3. Incluir os comentários/recomendações que resultarem da versão final do Relatório do *Mid Term Review* e da empresa contratada para o desenvolvimento do sistema de M&A

3.2. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

Para os indicadores de Impacto e Resultado, o QL junto ao Anexo I do Acordo de Delegação não apresentou propostas de valores concretos para as metas intermédias, mas é possível analisar a evolução em relação ao cenário de base, considerando como meta intermédia que os índices não sejam inferiores a essas linhas de base e que revelem uma tendência ascendente.

Tendo como linha de base os valores de 2015/2016 ou mesmo de 2017 (ano de início do contrato), os índices disponíveis de 2019 relevam, para já, uma manutenção ou mesmo uma ligeira queda dos *scores*, contrariando essa expectativa de tendência ascendente, situação que se espera revertida em 2022, quando os legados do Projeto e de outras iniciativas de boa governação começarem a produzir efeitos, mantendo-se um ambiente político e económico relativamente estável.

Ao nível do objetivo específico, os indicadores da metodologia PEFA revelaram mais avaliações inferiores (9) e iguais (9), do que melhores ponderadores de avaliação (7) em relação à anterior; e a componente da Participação Pública e Fiscalização orçamental, segundo o Índices da Open Budget de 2019 sofreram também uma ligeira

deterioração, face aos índices de 2017 (6 vs 9 e 43 vs 56). Já o *Worldwide Governance Index* (WGI) para o mesmo período reportou uma ténue tendência positiva dos índices de estabilidade política e qualidade regulamentar, com manutenção dos índices referentes à transparência (OBI e TI).

Também ao nível do objetivo geral, o último valor do Índice de Desenvolvimento Humano publicado para Timor-Leste em 2019 (0,626) se mantém próximo do valor de base de 2014 (0,6), assim como a percentagem de despesa pública em saúde e educação apesar da quebra do PIB.

Não se verificam assim, tendências positivas generalizadas, mas cabe todavia lembrar que os indicadores de resultado e impacto pretendem refletir uma mudança estrutural – de médio e longo prazo – na prestação dos serviços públicos (mais eficaz, integra, transparente, responsável e orientada para o cidadão), o que exige um espaço de tempo maior que o período de implementação do Projeto para avaliar o real impacto, uma vez que são indicadores que dependem do sucesso do Projeto, a par de outras iniciativas, em estimular mudanças de comportamentos de forma continuada.

3.3. PRODUTOS / OUTPUTS

Como referido no ponto introdutório sobre a necessidade de rever o QL, parte dos indicadores de output propostos estão dependentes de relatórios de atividades dos Parceiros que se confirmaram pouco seguros pela ausência generalizada ou dispersão da forma de reporte ou não dependem exclusivamente do sucesso na execução das atividades Projeto.

Em sede de uma matriz revista, será apresentada uma seleção e atualização destes indicadores, considerados pertinentes para expressar o efeito esperado pela conclusão dos produtos e ou serviços previsto; o que já foi feito, por resultado, por cada gestor de área; cabendo agora, fixar os meios de verificação, que serão maioritariamente fontes com base preparada pela equipa, nomeadamente: relatórios das Assistências Técnicas; questionários e/ou entrevistas.

Ao nível dos Outputs propriamente, enquanto produtos ou serviços disponibilizados pelo Projeto que decorrem da boa execução das atividades, há elementos que permitem confirmar que o Ano 3 representou um salto muito significativo em termos das atividades realizadas e, nesse sentido, dos produtos (outputs) assegurados. Assim:

Em agosto de 2020, conta-se um **número acumulado de 1.654 dias de formação, tutoria e assistência técnica**, em Timor-Leste e Portugal, realizada em **6.349 horas de formação ministrada**, que contou com **1.268 participações** de beneficiários das instituições parceiras.

Noutra perspetiva, estes números refletem **58.662 horas de formação recebida**, das quais **44.204 horas foram no ano 3** do PROJETO, entre setembro de 2019 e agosto de 2020, **um número três vezes superior ao total de número acumulado de horas de formação recebidas nos primeiros dois anos de Projeto.**

Numa análise por resultado, no que respeita ao envolvimento dos diferentes Parceiros, regista-se que a **Sociedade Civil continua a receber o maior volume de horas dedicadas de formação** de Português e temas técnicos (mais de 20 mil horas), em conjunto com a **comunicação social e os jornalistas** (9160 horas), que contribuem para o **resultado 5 e 6** e que se justifica pela Área da Auditoria Social ter sido a primeira a planeamento e executar atividades, com a mobilização mais célere da gestora de área.

Ainda assim, no Ano 3 destacam-se volumes significativos nos números de horas de formação e assistência técnica junto da **PCIC** (11.404 horas - que contribui para o **Resultado 3**), seguido da **CdC** (6.136 horas - **Resultado 2**), e o início da colaboração com o **PN** (5.813 horas - **Resultado 1**).

Há ainda um volume considerável de atividades transversais/comuns a várias áreas que se destacam também ao final do ano 3, refletindo um esforço de promoção de uma maior articulação institucional e das economias de escala.

Figura 3: Volume de execução física e taxas de satisfação por Parceiro (valores acumulados ano 3)

Parceiros	N.º horas de formação	Taxa média de satisfação
Parlamento Nacional (PN)	5 813	85%
Tribunal de Recurso/Câmara de Contas (CdC)	6 136	90%
Inspeção-Geral do Estado (IGE)	4 637	85%
Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC)	11 404	93%
Sociedade Civil (OSC)	20 297	88%
Comunicação Social	9 160	88%
Vários	5 848	83%

Em relação às pesquisas de satisfação dos formandos, considerando também valores médios acumulados por parceiro, a **taxa média ponderada de 88% de satisfação dos formandos**, no que se refere à utilidade e qualidade do conteúdo da formação.

Em particular em relação aos produtos decorrentes das atividades da área da língua, apesar de serem consideradas atividades preparatórias ou de base para um melhor aproveitamento das formações técnicas, a sua execução com sucesso (verificada pelo número de horas ministrada, a assiduidade e as taxas de satisfação), também contribuiu para o alcance dos objetivos e, nesse sentido, os respetivos indicadores podem ser incluídos, de forma discriminada, ao nível dos outputs da matriz do QL.

No âmbito desta área de ensino da língua Portuguesa para fins específicos, contabilizaram-se, a 31 de agosto de 2020:

- 336 formandos que frequentaram os cursos (84% da meta global de 400 beneficiários, de entre cinco grupos de instituições beneficiárias – CdC, IGE, CAC, PCIC e Sociedade civil);
- num total acumulado de 31.640 horas de formação;
- com taxas de assiduidade muito positivas em todos os grupos: CdC 95,6%, IGE 92,6%, CAC 98,1%, PCIC 86,3% e Sociedade civil 74,1%; e
- taxas de satisfação superiores a 90% em relação à utilidade dos conteúdos da formação, à qualidade dos materiais, às competências técnicas e socioprofissionais dos formadores e equilíbrio entre componente teórica e prática.

Ainda na componente da Língua, como se destaca mais à frente, este ano foram comparados os resultados obtidos pelos formandos ao final do 1.º ciclo de formação, em relação aos resultados dos testes de diagnóstico realizados em maio de 2019 e no final de apenas um ciclo, verificou-se um progresso claro, com uma evolução de cerca de 30 valores (numa escala de 0 a 100) em todos os níveis de compreensão e competências – leitura, escrita, oral e estrutural.

4. REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO

As principais atividades desenvolvidas entre setembro de 2019 e agosto de 2020 são apresentadas seguindo a lógica da organização do Projeto em quatro **Áreas Temáticas**, para as quais contribui de forma transversal a componente do **Ensino da Língua Portuguesa** para fins específicos:

- **Área da Supervisão Orçamental** - a qual inclui o Resultado 1, direcionado ao PN;
- **Área da Auditoria Financeira** - a qual inclui o Resultado 2, direcionado ao TdR/CdC – e parte do Resultado 3, direcionado à IGE;
- **Área da Criminalidade económico-financeira** - a qual inclui os Resultados 3 e 4, direcionados à PGR/MP, CAC, e PCIC;
- **Área da Auditoria Social** – a qual inclui os Resultados 5 e 6, direcionados à Sociedade Civil e Comunicação Social, numa ampla parceria que pretende envolver toda a cadeia de valor das instituições responsáveis pelo controlo da gestão e supervisão das Finanças Públicas;
- **Área da Língua Portuguesa** - contribui de forma transversal para os Resultados 1 a 6.

4.1. ÁREA DA SUPERVISÃO ORÇAMENTAL

PARLAMENTO NACIONAL

a) Enquadramento

O PN é o parceiro com maior volume orçamental no âmbito do Projeto, representando aproximadamente 21% da distribuição global de recursos – sendo, também por isso, um dos principais Parceiros.

A estrutura do PN assenta numa Administração Parlamentar aprovada em 2017, ainda em fase de estabilização, tendo-se observado uma substituição dos Presidentes das Comissões Especializadas Permanentes em meados de 2020, em virtude das alterações verificadas na composição da maioria parlamentar.

O PN tem níveis elevados de organização interna, no quadro comparativo com outras Instituições nacionais, tendo aprovado um Plano Estratégico 2017-2022, um Plano de Atividades e um novo modelo de organização da administração parlamentar, que está agora a implementar.

Os níveis de utilização da língua portuguesa pela organização parlamentar são comparativamente superiores à média das instituições da administração pública no país, embora não estejam avaliados no que respeita à maioria dos Deputados.

b) Atividade Realizada

Foram realizadas diversas reuniões de preparação das atividades com os representantes do PN, Presidente da Comissão C e respetiva Mesa, Presidente Comissão A (Justiça), a Secretária-Geral, o Ponto Focal e Diretores de primeira e segunda linhas, relacionadas com as funções de supervisão por forma a apresentar o projeto PFMO e identificar as necessidades de cada Comissão especializada permanente e de cada departamento.

No Ano 3 foi iniciada a formação especializada junto do PN, nomeadamente:

- ✓ Jornadas do PN "Análise e Avaliação do OGE", de 9 a 13 de março em Díli;
- ✓ Seminário: "Papel do PN na Fiscalização das Políticas Públicas", de 15 a 17 de julho em Baucau;
- ✓ Seminário – “Controlo parlamentar das finanças públicas”, de 4 a 6 de agosto em Liquiçá;
- ✓ Jornadas técnicas do PN “Redação e Elaboração de Relatórios e Pareceres Técnicos”, de 7 a 9 de setembro de 2020 em Liquiçá.
- ✓ Foi, igualmente, iniciada em janeiro a Assistência Técnica de longa duração do PN, que realizou 1.043 horas de serviço, distribuídas pelas seguintes funções:
 - Prestar apoio técnico-jurídico e de especialidade junto da Comissão C (Finanças Públicas), dos Deputados ou da administração parlamentar;
 - Realizar ações de formação, sensibilização, divulgação ou desenvolvimento pessoal e profissional dos técnicos parlamentares nas áreas de especialidade, ao PN e, em especial, à Comissão C (Finanças Públicas);
 - Elaborar relatórios técnicos e manuais nas matérias de funcionamento da Comissão C ou do âmbito da sua especialidade;
 - Proceder à análise das propostas, diplomas ou iniciativas legislativas ou regimentais apresentadas ou submetidas à Comissão C ou que lhe sejam solicitadas pelos órgãos parlamentares;
 - Colaborar na elaboração de propostas de diplomas legislativos por iniciativa da Comissão ou dos Deputados, em matérias da sua especialidade.

Adicionalmente, foram iniciados os procedimentos para a contratação do apoio jurídico à Comissão C no âmbito do projeto-lei Código Mineiro, com vista à produção de um relatório de enquadramento e parecer geral sobre o Projeto de Lei que aprova o Código Mineiro, aprovado já na generalidade, bem como ao apoio técnico-jurídico presencial, acompanhamento e assessoria técnica à Comissão Especializada Parlamentar de Finanças Públicas, durante o processo de discussão e aprovação do projeto-lei Código Mineiro em sede de Comissão Especializada.

c) Constrangimentos

O início das atividades foi limitado pela instabilidade política que resultou em constantes adiamentos das atividades já planeadas, tendo provocado uma alteração do Presidente do PN, bem como das Presidentes das comissões especializadas permanentes A e C.

Por outro lado, a situação pandémica COVID-19 e a declaração do Estado de Emergência, a qual vigora desde 28 de março, trouxe como consequência a proibição de entrada em território nacional de cidadãos estrangeiros não residentes, bem com condicionalismos adicionais que resultaram em cancelamento e/ou adiamento de atividades e formação externa do PN.

Para além destes condicionalismos, de uma forma geral, a atividade com o PN tem sido condicionada por três fatores principais, designadamente:

- ✓ A existência de um período de recesso curto, entre 15 de julho e 15 de setembro, quando se espera realizar formação – que apenas permitem ações de curta duração;
- ✓ Disponibilidade limitada de tempo dos Deputados, dadas as suas obrigações;
- ✓ Na área da aprendizagem da língua portuguesa, a existência de um centro e um programa permanente de LP no PN, com autonomia e programa de ensino permanente, que tem condicionado o trabalho da equipa de LP do PFMO.

4.2. ÁREA DA SUPERVISÃO FINANCEIRA

TRIBUNAL DE RECURSO/CÂMARA DE CONTAS

a) Enquadramento

Ao TdR/CdC destina-se uma fatia importante do orçamento do Projeto - cerca de 17% do total, sendo um dos principais Parceiros.

A participação do TdR/CdC divide-se em duas componentes, sendo uma relativa ao apoio aos Tribunais de Timor-Leste e aos seus Magistrados e a outra dirigida ao apoio e reforço do funcionamento da CdC e aos seus auditores.

b) Atividade Realizada

O TdR/CdC publicou, a 26 de janeiro de 2019, o seu plano trienal (2019-2021) e a 19 de dezembro de 2019 o seu plano anual de atividades para 2020. As atividades de capacitação previstas no Projeto têm sempre em conta os planos de gestão e atividades do TdR/CdC, as diversas reuniões e reportes das necessidades emanadas pelos Pontos Focais e outros Dirigentes dos serviços.

Neste enquadramento, entre setembro de 2019 e agosto de 2020, foi possível concretizar as seguintes atividades:

- ✓ Língua Portuguesa - Desde maio de 2019, está a decorrer a formação em Língua Portuguesa, considerada prioritária, em 2019, pelo Presidente do Tribunal, dirigida a 30 Auditores da CdC, cujo primeiro grupo terminou a formação em outubro de 2019;
- ✓ Programa de Formação de Juízes (1.ª edição) – Um grupo de cinco Juízes deslocou-se a Portugal em setembro de 2019 para uma formação intensiva de seis meses (três meses Formação teórico-prática no Centro de Estudos Judiciários (CEJ), acrescidos de uma experiência profissional de mais três meses de estágio em Tribunais Portugueses). De acordo com o planeado para o Ano 3, esta 1.ª edição da formação de juízes em Portugal seria avaliada pelo CEJ (parceiro português) e pelo TdR de modo a assegurar as condições necessárias à futura participação de outros Juízes numa 2.ª Edição. Na sequência da pandemia e da impossibilidade de deslocações entre Portugal e Timor-Leste, esta avaliação, assim como a 2.ª edição do curso de formação, foram, no entanto, adiados até que se restabeleçam as condições necessárias para a sua realização;
- ✓ Seminário sobre “Modelo de Supervisão de Finanças Públicas” (dirigido ao TdR/CdC e a outros parceiros estatais – (1ª edição) – destinado a reforçar os níveis de conhecimento no que se refere aos intervenientes no panorama da supervisão das Finanças públicas em Timor Leste;
- ✓ Seminário “Modelo de Supervisão de Finanças Públicas” (2.ª edição);
- ✓ Integração da Assistência Técnica Jurídica na CdC – iniciada em janeiro de 2020, realizou 995 horas de serviço, distribuídas pelas seguintes funções:
 - Colaboração na criação do Regulamento Interno CdC;
 - Elaboração de pareceres jurídicos; relatórios; ofícios e informações;

- Análise de contratos no âmbito da Fiscalização Prévia;
- Acompanhamento de Auditorias Financeiras;
- Tutoria e Mentoria junto dos auditores;
- Preparação de conteúdos de formações.

Entretanto, foram também iniciadas as diligências para o início de novos procedimentos e realizados novos contactos, nomeadamente:

- ✓ Deu-se início ao procedimento de contratação dos serviços de consultoria para diagnóstico institucional e avaliação de competências internas dos auditores da CdC;
- ✓ Realizaram-se contatos e reuniões com diversas Universidades (Instituto Superior de Economia e Gestão; Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa/ ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa/Universidade Nova Lisboa / Politécnico de Leiria entre outras), para avaliar ofertas de programas de especialização de auditoria / Finanças Públicas / Contabilidade Pública e outros, com vista à diversificação e valorização do programa de formação em auditoria.

c) Constrangimentos

A execução das atividades de capacitação enfrentou, neste período, dificuldades acrescidas e transversais por força das restrições do COVID-19. Contudo, ao longo do tempo tem sido necessário enfrentar diversos constrangimentos.

Identificam-se, em especial, os seguintes:

- ✓ Adiamento da formalização dos acordos de parceria e implementação dos planos de formação acordados com o Tribunal de Contas e com o Ministério das Finanças de Portugal, pela impossibilidade de se realizarem deslocações de formadores a Timor-Leste;
- ✓ Reduzidos recursos qualificados disponíveis em Timor para formação técnica, no sentido de colmatar a ausência de formadores internacionais;
- ✓ Preferência do Parceiro pelos formatos de capacitação em modelo presencial – situação que reduz as opções de ensino/aprendizagem à distância e on-line.
- ✓ Dificuldade de articulação com a CdC, para efeitos de aferição e programação das respetivas atividades no âmbito do Projeto;
- ✓ Reduzido número de juizes, o que condiciona fortemente a sua disponibilidade para participar em ações de formação e outras iniciativas;
- ✓ Elevado número de processos de auditoria, face aos auditores disponíveis, o que dificulta a respetiva participação em ações de formação.

INSPEÇÃO-GERAL DO ESTADO

a) Enquadramento

A Inspeção-Geral do Estado (IGE) apresenta competências em áreas importantes, no que respeita ao controlo de meios e recursos do Estado, mas também na coordenação das auditorias e inspeções dos departamentos do Governo.

Os níveis de utilização de língua portuguesa são baixos, sendo a organização que menos trabalha com a língua portuguesa, continuando a trabalhar os documentos oficiais em Tétum.

Por outro lado, os meios e recursos disponíveis, são manifestamente insuficientes para cumprir a sua missão. A IGE tinha dois assessores internacionais, para reforçar os seus níveis de qualificação, mas que foram dispensados por questões de limitação orçamental.

b) Atividade Realizada

No presente período de reporte, foi possível concluir as seguintes atividades:

- ✓ Formação em Língua Portuguesa dos auditores/inspetores, em 2019 – Nível A2, considerada prioritária, em 2019, pelo Inspetor Geral do Estado;
- ✓ Elaboração de diagnóstico preliminar sobre as competências individuais dos quadros da IGE, o qual permitiu identificar as respetivas competências e capacidades técnicas, linguísticas e comportamentais, através de informação e análise recolhida pela hierarquia, análise curricular e entrevistas pessoais com todos os quadros da IGE;
- ✓ Formação em “Ética e Deontologia da Auditoria”, em novembro de 2019, organizada em articulação com a formação em Língua Portuguesa;
- ✓ Foram iniciadas diligências para desenvolver um *website* institucional para a IGE, sendo que foram efetuadas reuniões com a Instituição e definida uma estrutura para o respetivo *site*.

c) Constrangimentos

No presente período de reporte são de assinalar os seguintes constrangimentos:

- ✓ Atendendo a que a IGE tem associadas duas componentes, sendo uma de auditoria e outra de inspeção, a formação em auditoria é partilhada com a CdC. Neste sentido, parte da formação programada para a IGE teve por base o plano

de formação do Tribunal de Contas de Portugal, sofrendo do constrangimento suprarreferido decorrente da pandemia do COVID-19 e consequentes restrições às viagens internacionais.

- ✓ O mesmo constrangimento foi verificado relativamente ao plano de formação acordado com o Ministério das Finanças de Portugal, o que inviabilizou o início da formação que poderia ser oferecida por parte da Inspeção-Geral de Finanças durante o Ano 3 do Projeto.
- ✓ Estavam planeadas missões a Portugal, nomeadamente: (i) para estudo e conhecimento das instituições homólogas, de modo a dar a conhecer o funcionamento, organização e boas práticas dos serviços de auditoria e inspeção em Portugal e (ii) para presença da IGE na Conferência da Confederação Europeia da auditoria interna (ECIIA), que foram igualmente adiadas ou canceladas por força da pandemia.
- ✓ Para além dos constrangimentos diretamente decorrentes da presente situação mundial, o trabalho com a IGE tem sido muito limitado em função do débil domínio da língua portuguesa – situação que constitui um desafio para a formação especializada a realizar;
- ✓ Por outro lado, os Auditores têm, na sua larga maioria, uma formação de base em contabilidade, com reduzidas competências jurídicas e económicas. A sua formação em auditoria foi realizada na Indonésia, sem que algum deles tenha certificação internacional;
- ✓ Acresce que a informação da atividade da IGE não é pública, havendo acesso limitado aos seus documentos, o que torna mais difícil aferir as suas necessidades e, a partir delas, promover capacitação específica e dirigida à realidade da Instituição;
- ✓ Por fim, são de assinalar as limitações da instituição no recurso a alternativas de formação *on-line*, preferindo os formatos presenciais.

4.3. ÁREA DA CRIMINALIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO/PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

a) Enquadramento

A PGR dirige o Ministério Público de TL sendo constituída por 37 Magistrados, dirigida pelo Procurador-Geral da República, coadjuvado por um Procurador-Geral Adjunto.

Os serviços do MP funcionam em Díli, mas também em Baucau, Suai, Oe-Cussi e uma delegação em Lautém. A PGR está integrada numa área temática em conjunto com a

CAC e a PCIC, no que respeita à gestão do Projeto, mas constitui um resultado próprio, representando cerca de 11% do orçamento estimado.

O estatuto do Ministério Público e a organização da PGR no contexto do Estado, constituem preocupações relevantes para a organização, aguardando-se as eventuais alterações no âmbito dos processos de reforma do setor da justiça.

b) Atividade Realizada

A colaboração com a PGR permanece numa fase muito embrionária, afetada em parte pela dificuldade de interlocução com o ponto focal, o que melhorou significativamente, na ótica do Projeto, com a substituição que ocorreu em fevereiro de 2020.

Entretanto, foram aprovadas duas propostas de atividade, mas que se encontram dependentes da retoma dos voos comerciais, nomeadamente:

- ✓ A instalação de uma Unidade de Auditoria e Perícia Financeira (UAPF), junto do Gabinete Central de Combate à Corrupção e à Criminalidade Organizada (GCCCCO), para “auxiliar os magistrados na fase de inquérito, em matéria de análise e perícia contabilística, financeira, fiscal e patrimonial”; e
- ✓ A formação do Magistrado do Sector de Contencioso do Estado (SCE), nas áreas do contencioso cível e administrativo.

Sobre esta formação, foi acordada com a PGR a realização de uma formação em duas fases: numa primeira fase, formação “*on-the-job*” aos magistrados do SCE através da mobilização de um Assistente Técnico da PGR de Lisboa pelo período de 3 meses em Timor-Leste; e numa 2ª fase, formação complementar em Portugal, especializada no acompanhamento de processos e serviços num tribunal cível e num tribunal administrativo, por períodos de três meses.

c) Constrangimentos

Os constrangimentos atuais são os resultantes das restrições a deslocações internacionais, uma vez que estão acordados os modelos e formas de colaboração.

COMISSÃO ANTI-CORRUPÇÃO

a) Enquadramento

A Comissão Anti-Corrupção (CAC) é uma entidade de cariz especial integrada no Estado, independente do Governo, sendo dirigida por um Comissário eleito pelo PN, coadjuvado por três Comissários Adjuntos. Corresponde a um modelo orgânico

integrado e de competência policial especializada, organizada em três linhas de atuação, desde a prevenção primária, prevenção secundária, à investigação e combate aos crimes de corrupção e conexos.

A CAC foi o último Parceiro do PROJETO a iniciar a colaboração com o PFMO, tendo apenas designado os respetivos Pontos Focais em maio de 2019. Esta situação seguiu-se a um período longo de crise na liderança desta entidade, que não teve Comissário em funções até janeiro de 2019.

b) Atividade Realizada

Apesar do arranque tardio, as atividades com a CAC iniciaram-se com intensidade, a partir de junho de 2019, com o início da colaboração no trabalho da Língua Portuguesa e realização de diagnóstico alargado sobre o posicionamento sociolinguístico dos seus quadros, tendo a capacitação em Língua Portuguesa sido iniciada em fevereiro de 2020.

c) Constrangimentos

Principal constrangimento: após a aprovação do plano de atividades para 2020, a primeira ação, planeada e em início de execução, através de um curso de análise de informação e de *analyst note book*, com a entrega deste software, foi objeto de desistência, já com viagens marcadas, em consequência da pandemia COVID-19.

POLÍCIA CIENTÍFICA E DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

a) Enquadramento

A PCIC tem sido um Parceiro ativo e disponível no âmbito do PROJETO, desde o seu início, estando definido um caminho de colaboração que recupera e aprofunda relações de colaboração anteriores, com o Camões, I.P e com a União Europeia. Sendo uma instituição recente, tem níveis elevados de organização, mas mantém-se numa situação de consolidação.

Dotada de um conjunto de competências de qualidade nas áreas da investigação e do laboratório, tem ligações de polícia internacionais, mas ainda está longe de ser autossuficiente em qualquer uma das áreas.

b) Atividade Realizada

Teve lugar, entre setembro e dezembro de 2020, uma assistência técnica de curta duração, por um especialista do Laboratório da PJ de Portugal para apoio à

reorganização de processos e modernização do Laboratório da PCIC, após a mudança das antigas para as novas instalações. Esta ação teve a duração de quatro meses e, afigurando-se a necessidade de prolongar esta assistência, deverá ter continuidade a partir de janeiro de 2021.

Destacam-se da intervenção em 2019, as principais tarefas e/ou resultados:

- ✓ Apoio na Instalação do Laboratório de Identificação Judiciária, Toxicologia e Documentos;
- ✓ Realização de ações de formação especializada na utilização de equipamentos técnicos do setor documental, balística e criminalística;
- ✓ Realização de outras ações de formação contínua nas diversas valências da LPC;
- ✓ Assessoria, Tutoria e Mentoria técnico-científica aos especialistas e à Direção da LPC/PCIC (Apoio na elaboração de procedimentos, protocolos; *procurement*, elaboração de documentação e instrumentos estratégicos para o LPC/PCIC).

c) Constrangimentos

A colaboração com a PCIC tem decorrido de forma muito positiva e sem quaisquer constrangimentos por parte desta organização.

Apona-se unicamente neste período a dificuldade em identificar e contratar um perfil adequado e disponível para a posição de Assistente Técnico de média duração para a PCIC.

4.4. ÁREA DA AUDITORIA SOCIAL

SOCIEDADE CIVIL

a) Enquadramento

Em 2017, a UE pretendeu incorporar o apoio ao processo de Auditoria Social no PROJETO, passando a responsabilidade de gestão para o Camões no âmbito da Componente 2 do PFMO.

O PROJETO apoia a Sociedade Civil no processo de participação e no debate com o PN e o Governo sobre as políticas públicas, o seu planeamento, orçamento e execução reforçando a respetiva capacidade de intervenção, assim como o acesso efetivo aos

documentos e à informação que integra o ciclo do orçamento do Estado e outras decisões que interessam às políticas de finanças públicas.

A entidade parceira do PFMO no apoio à Sociedade Civil é a FONGTIL, a qual tem como função a capacitação na recolha e realização de relatórios de auditoria social nas cinco áreas de interesse para o desenvolvimento do país, nomeadamente agricultura, educação, infraestruturas básicas, saúde e assuntos sociais.

Durante os dois últimos anos, estiveram envolvidas 11 OSC com a FONGTIL, selecionadas com base nos seus conhecimentos locais e domínio das línguas usadas nos Municípios, sendo que atualmente o número foi reduzido para 10 OSC. É com base no trabalho destas organizações, que se desenvolve o programa de auditoria social – sendo certo que, no início, esta rede (ReNAS) incluía 18 organizações.

b) Atividade realizada

O PFMO tem apoiado, a pedido da FONGTIL, a capacitação pontual e a realização de campanha de sensibilização nos Municípios interessados em manter a funcionalidade da Plataforma de Auditoria Social (PAS), plataforma hoje gerida pela ReNAS, financiada e supervisionada pelo Governo através do Gabinete de Auditoria Social (UAS).

Não sendo a FONGTIL a única recetora do apoio técnico do PROJETO, a dinâmica com as OSC tem vindo a crescer de forma muito significativa, sendo a Sociedade Civil, atualmente, a área que envolve maior número de participações em atividades de PROJETO. Estas atividades têm aumentado, incluindo os atuais três grupos diários que recebem formação especializada em língua portuguesa.

Durante os dois primeiros anos do início do PAS, a gestão financeira foi assegurada pela *Asia Foundation*, dado que a FONGTIL não apresentava um sistema de gestão financeira e desempenho eficaz para o controle dos fundos. Entretanto, e por falta de recursos humanos da *Asia Foundation*, deixou de ser possível a continuidade da gestão financeira por parte dessa Instituição.

Atualmente, pretende-se que essa função passe a ser apoiada para o PFMO, uma vez que a FONGTIL continua a demonstrar alguma dificuldade em garantir a transparência da gestão direta dos fundos, segundo os critérios normais de contabilidade e de auditoria. Assim, o PFMO, durante o ano 3, com base em Protocolo celebrado com a FONGTIL em maio de 2019, continuou a trabalhar na capacitação das OSC, com o intuito de servir de interlocutor das populações locais aumentando assim a compreensão da população local sobre as políticas públicas relevantes e seus direitos a esse respeito, contribuindo a levar as preocupações destas às autoridades de supervisão das finanças públicas.

Deve sublinhar-se que o apoio do PFMO ao PAS tem sido limitado, porquanto a FONGTIL não tem submetido novas propostas para apoio à realização de atividades, sendo que dos 112 000 euros previstos, apenas foram utilizados, no primeiro ano de vigência, cerca de 13 400 euros.

Em novembro de 2019, foi realizada a 1ª edição da formação em Literacia Orçamental, para prestar assistência técnica formação e orientação as OSC membros da FONGTIL sobre o ciclo do orçamental de 2020. Neste ano, deve ter-se em conta que as 11 ONG participantes no programa de Auditoria Social da FONGTIL, não cobrem sequer todos os 13 Municípios do país, como ainda, em cada Município, apenas duas das cinco áreas estão a ser acompanhadas. Esta situação não é nova e na campanha anterior, mesmo com 18 ONG, sabia-se que era impossível cobrir todas as áreas e todos os Municípios do País. Durante o mês de julho de 2020 foram enviados os relatórios de Auditoria Social ao Governo e restantes entidades ministeriais.

Por outro lado, durante o último ano foi realizado um conjunto de seminários com a finalidade de permitir que os representantes da Sociedade Civil possam adquirir mais conhecimento, experiência e agilidade na articulação e diálogo com as instituições estatais, nomeadamente com os auditores das Instituições Superiores de Controlo, através dos processos por estes trabalhados.

Deste modo, pretende-se contribuir para que a Sociedade Civil tenha uma maior influencia na monitoria e supervisão da gestão das finanças publicas, bem como proporcionar uma distribuição eficiente de bens e serviços às comunidades.

Foi assim lançado pelo PFMO, em agosto, um programa intensivo de formação para dirigentes, técnicos e agentes de OSC de Timor-Leste, organizado em cinco módulos diferentes, dirigidos e ministrados pela consultora timorense Dra. Fernanda Borges, a realizar entre setembro e novembro, com a participação de cerca de 40 membros de OCS, ligados a oito diferentes OSC, para reforçar a capacidade de recolha, tratamento e análise de dados em contexto de auditoria social. No final, em dezembro será lançado um Guião/ *Matadalan* sobre as técnicas e instrumentos de supervisão das finanças públicas.

Através destas formações, pretende-se desenvolver as capacidades das OSC relativamente aos seguintes aspetos:

- ✓ Na análise e estudo de casos práticos na construção de balanços para o Governo em geral *Cash-flow/Fluxo de caixa* e estrutura orçamental;
- ✓ Relacionamentos e vínculos do orçamento com os relatórios financeiros;
- ✓ Apoiar os participantes de adquirir a terminologia técnica e princípios básicos relativos à transparência nas informações de gestão orçamental e financeira;

- ✓ Aprender a elaborar, interpretar relatórios financeiros, ler interpretar dados estatísticos, tabelas, gráficos e outras representações;
- ✓ Conhecer as linhas orçamentais e alocações do Orçamento do Estado;
- ✓ Aprender a usar matemática prática para calcular a variação, percentagens e médias;
- ✓ Criar, desenvolver e realizar questionários de supervisão de finanças públicas;
- ✓ Assegurar formação específica focada na utilização, recolha e tratamento de dados sobre orçamento do Estado;
- ✓ Análise de medidas vinculadas ao Pacote de Estímulo Económico;
- ✓ Análise de legislação adotada pelo Governo durante a crise;
- ✓ Acompanhar e recolher informação sobre aplicação das medidas e seus critérios, para permitir análises durante a implementação e após a execução orçamental, tendo em conta os impactos na economia e áreas sociais do país;
- ✓ Recolha e análise de dados com apresentação de relatórios ao público com base nas constatações e conclusões;
- ✓ Estudar o regimento do PN para observar as regras parlamentares e comunicar eficazmente com os representantes do povo;
- ✓ Como denunciar crimes económicos e financeiros e a aplicação indevida de fundos públicos;
- ✓ Como executar adequadamente os fundos públicos;
- ✓ Prestar assistência técnica, formação e orientação às OSC sobre o ciclo do orçamento de 2021.

c) Constrangimentos

A pandemia do COVID-19 teve também impactos importantes na implementação do Ano 3 nas áreas da Sociedade Civil, tendo originado a suspensão de atividades e a adoção de medidas sanitárias e de distanciamento social, assim como consequentemente o confinamento das equipas no terreno por força das medidas tomadas no país.

Desde março de 2020 que a supressão das viagens internacionais e impossibilidade de mobilização das equipas e formadores para Timor-Leste, afetaram a execução das atividades do Plano no ano 3, com a suspensão e/ou adiamento de grande número de atividades, aguardando-se com expectativa o regresso à “normalidade” – que ainda não ocorreu. Assim, foram apenas asseguradas as atividades que podiam ser realizadas em regime de ensino à distância, com ou sem apoio local.

Ao longo da análise das atividades realizadas em parceria com a FONGTIL, no âmbito do apoio à PAS, foram identificadas debilidades no que respeita à realidade

organizacional, nomeadamente, a insuficiente articulação com as entidades comunitárias e a limitada cooperação com as ISC das finanças públicas no país.

A base de dados e respetiva plataforma foram entregues pela entidade detentora – a *Asia Foundation* - à FONGTIL, sendo que esta não tem ainda capacidade para assumir o controlo da sua gestão completa, tendo dificuldades de articulação na análise dos setores identificados como cruciais para acompanhar o processo de auditoria social. Essa insuficiência de recursos, inclui a escassez de recursos humanos capacitados na supervisão das finanças públicas, como ainda dificuldades de gestão financeira e operacional internas.

O processo de auditoria nem sempre foi eficaz, tendo constatado, em fase da apresentação de relatórios finais das ONG à UAS, que nem sempre foi dado seguimento, por parte dos Ministérios interessados, aos pedidos de esclarecimento ou recomendações com vista à supressão das deficiências de gestão encontradas para melhorar os serviços prestados às comunidades.

Recorde-se que, em Timor-Leste, o Governo, os doadores e as ONG têm investido muito tempo e recursos em planeamento orçamental, mas os recursos alocados à monitoria, avaliação e supervisão são, ainda assim, considerados insuficientes.

Outra das dificuldades tem que ver com as limitações no acesso à informação e aos documentos que interessam às finanças públicas, com prejuízo do processo de participação pública nas decisões que interessam ao futuro do País. Não está claro até que ponto as OSC estão de fato a conseguir capacitar as comunidades locais para levantar preocupações e exigir prestação de contas junto das autoridades locais.

Mas a circunstância de o Gabinete do Primeiro-Ministro ter demonstrado interesse direto e apoio a este processo, reflete um forte compromisso político e visibilidade para o relatório de Auditoria Social, sendo assim, sem dúvida, um fator que pode contribuir para a mudança de foco para preocupações maiores a nível nacional, mas também contribuirá para maior influência e impacto dos relatórios de auditoria e das suas conclusões/ recomendações junto das entidades competentes.

Por outro lado, o Programa de Auditoria Social analisa a eficácia, mas não a economia nem a eficiência da aplicação dos fundos do Orçamento do Estado. Para superar estas limitações, é necessário alargar a colaboração com instituições com capacidade de trabalho e experiência em auditoria, que potenciem e multipliquem os seus efeitos, através de uma colaboração intensa com o PFMO.

Por último, a sociedade civil Timorese é particularmente frágil e fragmentária, há poucas ONG dedicadas a temas de supervisão. Não há uma rede de associações locais

que possa funcionar de intermediário entre as instituições superiores de controlo e os cidadãos.

Das hipóteses encaradas, entendemos que a mais eficaz será assegurar que essa intermediação possa ser facilitada por entidades, como algumas das associações locais, que possuem redes de voluntários e contatos, ao nível nacional, municipal e local, que permitam comunicar com os cidadãos e mobilizá-los para a auditoria social e que através de consultas populares possam servir de ponte entre as comunidades e as instituições de controlo e de fiscalização no país.

O PFMO não dispõe de instrumentos de comunicação, diálogo nem ação, para o realizar diretamente este tipo de trabalho, mas pode apoiar no reforço do papel da sociedade civil através do trabalho no terreno e no controlo do uso dos recursos públicos. Assim sendo, apoiando entidades Timorenses com experiência e instrumentos que, no terreno, permitam mobilizar os cidadãos, divulgar os fins da auditoria social, reforçar o papel das ONG, ampliar sinergias entre Instituições Superiores de Controlo e as organizações da Sociedade Civil.

É assim manifesto o interesse em estender as atividades de apoio e capacitação ao CEPAD e outras OSC, pelas razões que seguem:

- O programa de auditoria social já existente no país faz parte de uma iniciativa de Governo e a sua sustentabilidade depende desta;
- O programa de auditoria social analisa a eficácia e não a economia nem a eficiência da análise dos fundos públicos;
- A intervenção de auditoria social não resulta abrangente das temáticas que interessam supervisão das finanças públicas.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

a) Enquadramento

O PROJETO pretende apoiar os meios de comunicação social e, em particular, a sua atividade de prevenção e supervisão independente das atividades que interessam ao serviço de informação pública e privada no país. A situação política assim como o processo orçamental e outros aspetos das finanças públicas são supostamente de grande interesse e, portanto, algo que os jornalistas estão interessados nas atividades de cobertura.

O grupo alvo de 150 jornalistas timorenses, que frequentam formação em língua portuguesa no Consultório da Língua para Jornalistas, com suficiente conhecimento da

língua portuguesa falada e escrita, foi envolvido desde início do PROJETO nestas atividades, promovendo um jornalismo de melhor qualidade, rigor e mais informativo, nas áreas de acesso às fontes, análise e verificação dos fatos, para um jornalismo independente e ao serviço do cidadão.

Ainda assim, o processo de capacitação, se permitiu uma melhor e mais aprofundada cobertura de notícias, ainda não atingiu uma mudança significativa no que interessa à qualidade de relatórios e cobertura de supervisão de finanças públicas.

b) Atividade Realizada

Considerando a situação de pandemia da Covid-19 e a declaração do Estado de Emergência, os meios de comunicação social e os jornalistas Timorenses ficaram numa situação de dificuldade, havendo risco de redução das suas atividades, perda das suas receitas e redução de salários dos jornalistas. Tendo em conta estas preocupações, o PFMO apoiou as autoridades e os órgãos de comunicação social de Timor-Leste, através de **medidas de apoio especiais para ajuda à comunicação social e aos jornalistas nacionais**. Estas medidas incluem incentivos à produção de artigos, notícias e reportagens por jornalistas, que pretendem, nesta altura de crise, apoiar o setor da comunicação social e os jornalistas.

O programa lançado, num contexto de resposta à crise e à situação de emergência em que se encontram os OCS e os jornalistas de Timor-Leste, pretende apoiar a realização de trabalhos de jornalismo sobre matérias ligadas à supervisão de finanças públicas e ao uso dos recursos públicos e orçamentais, num contexto atual do país em situação de Estado de Emergência e de prevenção e combate ao Covid-19, como incentivo à produção e atividade jornalística em tempos de crise global.

Este primeiro apoio para o trabalho jornalístico de publicação de artigo de finanças públicas, tem as contribuições para Rádio, Televisão ou Jornais selecionados e remunerados em USD \$ 50 por cada peça publicada, spot de 3 minutos o de 2 para a Televisão, estando previsto o apoio à publicação de 288 peças e publicações sobre os temas indicados.

O outro programa de apoio aos jornalistas em tempos de COVID-19, consiste essencialmente na realização de um estágio profissionalizante de três meses para 30 jovens jornalistas, apoiado por jornalistas séniores. A este Programa puderam concorrer atuais ou futuros profissionais da comunicação social, do jornalismo e das restantes profissões ligadas à comunicação social, incluindo técnicos especializados, tradutores, gráficos, paginadores e técnicos de som e imagem.

O objetivo do Programa é apoiar o recrutamento de jovens jornalistas para a profissão, mas também para que os jovens jornalistas tenham a oportunidade de ter condições para desenvolver competências específicas nas matérias relativas à Supervisão das Finanças Públicas, através de um trabalho e orientação profissionais, realizado em contexto empresarial e em ambiente real. Ambos os programas começaram a ser executados em meados de agosto de 2020.

Ao longo do ano em análise, continuou-se a beneficiar-se da cooperação do Parceiro CENJOR - Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, bem como de outros formadores nacionais, os quais realizaram ações de formação aos jornalistas da Agência noticiosa TATOLI, para a RRTL, o grupo de televisão, rádio e jornais GMN, diversas rádios comunitários de todo o país, bem como a redações de jornais nacionais, focando nos tópicos sobre a supervisão de finanças públicas.

Assim, foram concretizadas as seguintes ações de formações:

- ✓ Atelier de Jornalismo de Imprensa (1ª Edição), no dia 14 de outubro;
- ✓ Atelier de Jornalismo Radiofónico (1ª Edição), no dia 18 de novembro de 2019;
- ✓ Curso de "Jornalismo em Assuntos Económico-Financeiros e Jurídicos" no dia 13 de novembro de 2019 (1.ª edição);
- ✓ 2.ª Jornadas sobre "Literacia Orçamental e Financeira, no dia 17 de fevereiro de 2020";
- ✓ Curso de "Gestão de Redes Sociais para Jornalistas" (1.ª edição), no dia 9 de março de 2020.

c) Constrangimentos

Como principais constrangimentos à execução das ações nesta área, devem mencionar-se os seguintes:

- ✓ A falta de disponibilidade dos formandos/jornalistas, tendo em conta as suas obrigações profissionais, que por vezes surgem de forma extemporânea. Verificou-se que as equipas nem sempre podiam participar nas sessões de formação devido a chamadas das chefias de redação, questão já endereçada pelo PROJETO junto das direções de redação de jornais, rádios e televisões.
- ✓ O domínio da língua portuguesa e capacidade de entendimento do formador, o que foi colmatado com o recurso a sistemas de tradução simultânea e/ou apoio de monitores bilíngues para acompanhar a formação;
- ✓ Outro desafio semelhante, revelou-se ao nível dos conhecimentos básicos de matemática, centrais para entender a documentação que respeita à supervisão de

finanças públicas ou orçamento do Estado. Tal facto exige um esforço adicional dos formadores e que nem sempre é possível garantir em grupos heterogéneos.

- ✓ A epidemia da COVID 19 representou outro desafio ao desenvolvimento regular das atividades de capacitação impedindo os especialistas portugueses de viajar para Timor-Leste e obrigando a um adiamento das atividades previstas a partir de março de 2020.

4.5. ÁREA DA LÍNGUA PORTUGUESA

a) Enquadramento

A formação em língua portuguesa é muito relevante no contexto do Projeto, assumindo um duplo papel: por um lado, serve para dotar o público-alvo de um nível de proficiência linguística capaz de garantir que a formação de âmbito exclusivamente técnico possa ser ministrada nesta língua sem que a comunicação entre os interlocutores seja comprometida; por outro lado, tendo em conta o uso funcional que lhe é dado a nível institucional, a língua portuguesa apresenta-se, também ela, como mais uma ferramenta técnica fundamental para a prossecução de tarefas profissionais no âmbito da gestão e da supervisão das finanças públicas em Timor-Leste.

Em termos de abordagem, as atividades de ensino da língua portuguesa foram desenhadas e evoluíram adaptadas às circunstâncias e necessidades de cada parceiro.

A intervenção junto da CdC, IGE, CAC, PCIC e da Sociedade Civil, revestem-se de uma abordagem mais exaustiva, em linha com o Documento de Ação, beneficiando de cursos de formação em sala de aula, tutoria linguística – modalidade complementar de formação de forma individualizada ou com grupos menores, contribuindo para a consolidação do domínio da língua portuguesa no âmbito da atividade profissional – e criação de materiais didáticos próprios.

Por sua vez, em particular o PN e a PGR dispõem de formação de língua portuguesa como língua não materna ministrada por docentes já contratados pelas próprias instituições parceiras, pelo que a atividade da equipa da língua PFMO, junto do PN e da PGR, se prevê concretizar através da disponibilização de apoio aos docentes de língua portuguesa que trabalham nestas instituições, sempre que solicitado, e de seminários e/ou formações técnicas ad hoc de elaboração/redação de textos técnicos e oficiais.

b) Atividade realizada

Neste ano, foram elaborados os instrumentos de recolha e análise de dados e assegurada a definição científico-pedagógica relativa aos materiais didáticos a desenvolver pelas equipas internas e externas, no âmbito do projeto para o ensino de português técnico aos beneficiários finais das instituições parceiras timorenses.

Os peritos em língua portuguesa foram, no ano 3, responsáveis pela:

- ✓ Dinamização de cursos de língua portuguesa para fins específicos,
- ✓ Produção dos materiais didáticos necessários à dinamização das formações, devidamente adequados à especificidade da atividade profissional de cada um dos grupos de beneficiários, e dos respetivos instrumentos de aferição de competências;
- ✓ Redação periódica de relatórios de avaliação e de medição dos efeitos das atividades formativas,
- ✓ Implementação das atividades de tutoria linguística.

Até 31 de agosto de 2020, os peritos da língua do PFMO dinamizaram 16 cursos de língua portuguesa para a PCIC), IGE, CdC), CAC e Organizações da Sociedade Civil (OSC), o que correspondeu a um volume total de formação de 24.830 horas.

No presente período de reporte, 254 formandos frequentaram as formações da língua portuguesa para fins específicos.

Figura 3: Número total de Formandos

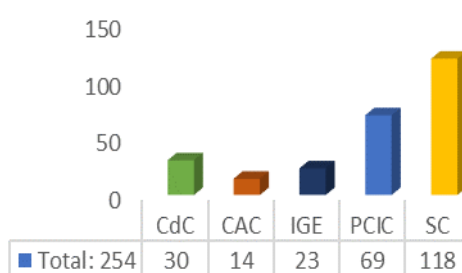


Figura 4: Horas de formação /Instituição

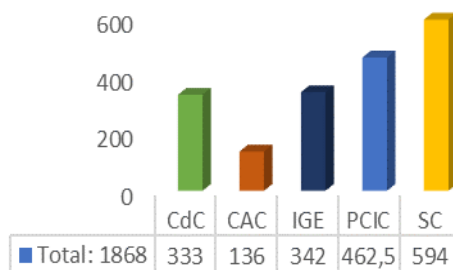
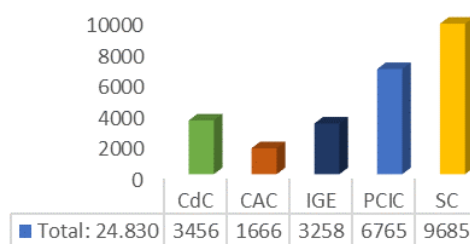


Figura 5: Volume Total de Formação



Nestes cursos, procurou evitar-se a concretização de exercícios cujo objetivo se resumisse ao processo formal de ensino, isto é, que pouco tivessem a ver com a utilização efetiva da língua em contexto profissional. O facto de as sessões de formação decorrerem durante o horário laboral dos beneficiários, como parte das suas obrigações profissionais, foi gradualmente abrindo espaço à materialização de tarefas significativas¹ como a interpretação de documentos legais e a revisão e o aperfeiçoamento de textos por eles produzidos no quadro do desempenho das suas atribuições.

No ano 3, com o decorrer dos cursos, tornou-se evidente a relevância da implementação de uma modalidade complementar de formação, a tutoria linguística em exercício, destinada a acompanhar a aplicação significativa dos conhecimentos adquiridos, robustecendo assim, através da prática linguística, o domínio da língua portuguesa no âmbito da atividade profissional, por forma a garantir a sua consolidação. A tutoria linguística em exercício, que se quer em todas as instituições beneficiárias, começou a ser implementada em três instituições, a CdC, a IGE e a PCIC,

¹ No âmbito da didática das línguas não maternas, as “tarefas significativas” são aquelas que envolvem atividade linguística e têm uma razão de ser – um significado – para o aprendente, dentro do quadro daquelas que são as suas necessidades reais de utilização da língua não materna, convocando, portanto, a **aplicação significativa** de conhecimentos e competências comunicativas.

junto das quais obteve grande aceitação, provando-se a sua enorme utilidade. Neste ano 3, foram 47 os profissionais das instituições parceiras que recorreram às tutorias linguísticas, o que correspondeu a um volume de formação de 426 horas.

Figura 6:Quadro Resumo das atividades de tutoria em LP (Hora/Formandos/Volume)

	GLOBAL	Instituições		
		CdC	IGE	PCIC
Horas de formação	138	119	3,5	15
Número de formandos	47	20	18	9
Volume de formação	426	357	39	30

No que respeita à produção de materiais didáticos, salvo raras exceções motivadas pela sensibilidade de alguma informação institucional, sublinha-se que esta partiu sempre de textos autênticos das esferas de atuação dos formandos. Isto significa que a natureza específica do trabalho de cada uma das instituições exigiu a criação de materiais didáticos originais, construídos de raiz. Estes materiais, depois de testados, melhorados e, por vezes, até complementados, têm servido para a elaboração de manuais de língua portuguesa para fins específicos.

Este trabalho de criação de manuais de português para fins específicos é monitorizado pelo coordenador científico pedagógico e é ainda objeto de revisão pela equipa de autores e pela perita, em Lisboa, sendo depois validado pela Direção de Serviços da Língua do Camões, I.P.

No ano 3, concluíram-se 5 manuais de língua portuguesa para fins específicos:

- ✓ Auditoria Financeira, nível A2;
- ✓ Auditoria Financeira, nível B2;
- ✓ Criminalidade Económico-Financeira, nível A2;
- ✓ Prevenção e Investigação Criminal, nível A2;
- ✓ Auditoria Social, nível A2.

No cronograma relativo a esta atividade, para o ano 4 estão previstos, por área, a apresentação de mais 7 manuais de língua portuguesa para fins específicos:

- ✓ **Auditoria Financeira:**
 - Criação, revisão e edição do manual para o nível B1
- ✓ **Criminalidade Económico-Financeira:**
 - Criação, revisão e edição do manual para o nível B1

- Criação, revisão e edição do manual para o nível B2
- ✓ **Prevenção e Investigação Criminal:**
 - Revisão e edição do manual para o nível B1
 - Criação, revisão e edição do manual para o nível B2
- ✓ **Auditoria Social:**
 - Criação, revisão e edição do manual para o nível B1
 - Criação, revisão e edição do manual para o nível B2

Figura 7: Cronograma da produção de manuais da LP

CRONOGRAMA - PRODUÇÃO DE MANUAIS														
AUDITORIA FINANCEIRA	2020						2021							
	JUL.	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
A2														
B1														
B2														
CRIMINALIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA	2020						2021							
	JUL.	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
A2														
B1														
B2														
PREVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	2020						2021							
	JUL.	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
A2														
B1														
B2														
AUDITORIA SOCIAL	2020						2021							
	JUL.	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
A2														
B1														
B2														

c) Constrangimentos

No que se refere à formação em língua portuguesa, os principais constrangimentos identificados foram: as limitações resultantes das contingências de funcionamento nos serviços dos Parceiros, a inexistência de materiais didáticos para as áreas específicas, o acesso limitado a materiais autênticos e a baixa proficiência em língua portuguesa da maior parte dos beneficiários.

Relativamente à produção dos manuais, o principal constrangimento verificado relaciona-se com a natureza deste trabalho, pioneiro e inovador, que revelou exigir mais tempo de dedicação do que previsto na pesquisa de conteúdos originais e no trabalho de revisão.

5. EXECUÇÃO NO PERÍODO

5.1. EXECUÇÃO FÍSICA

O ano 3 registou o melhor período de execução física nas atividades de PROJETO, podendo evidenciar-se na concretização de diversos aspetos e na obtenção de resultados relevantes.

Figura 8: Execução total (Anos 1 e 2 vs. Ano 3)

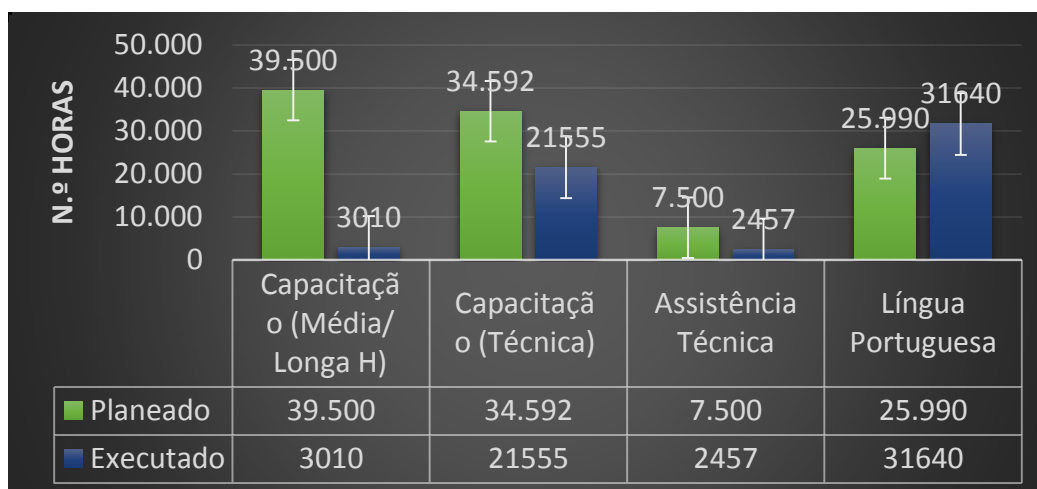
Tipo de Capacitação	Total Anos 1 e 2	Total Ano 3 (volume horas)	Total Anos 1,2 e 3
Capacitação (Média/ Longa Duração)	0	3 010	3 010
Capacitação (Técnica/Especializada)	8 074	13 481	21 555
Assistência Técnica ("On-the-Job")	0	2 457	2 457
Língua Portuguesa	6 384	25 256	31 640
Total	14 458	44 204	58 662

Da execução realizada e principais resultados obtidos, destacam-se os seguintes:

- ✓ A realização de 44.204 horas totais de atividades, que traduz um aumento de execução física de 305% (Ano 2 vs. Ano 3);
- ✓ Início das atividades de formação com todos os Parceiros (à exceção do MP);
- ✓ Início das atividades de capacitação de média/longa duração (Programa de Formação de Juízes em Portugal);
- ✓ Aumento das atividades de Língua Portuguesa de 70 para 115 formandos/mês;
- ✓ Lançamento da identidade OSAN POVU NIAN JERE HO DI'AK, do website e do sistema de comunicação e visibilidade (redes sociais, newsletter).

Ainda assim, em face das atividades planeadas para este ano, não foi possível executar um número considerável de atividades planeadas, sendo a principal razão para tal a alteração substancial das condições de execução, por força da pandemia do COVID-19, cujos impactos tiveram início em finais de fevereiro e se prolongaram no restante período do ano 3.

Figura 9: Comparação Planeado / Executado - Ano 3 (agosto.2020)

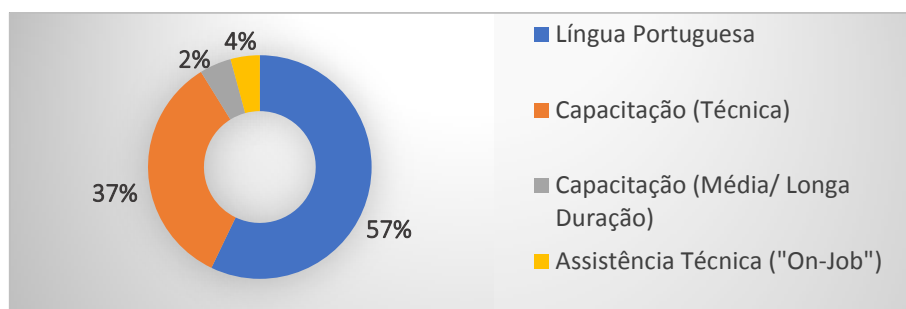


Esta situação teve como resultado que a execução física representasse apenas 54,5% das atividades previstas. Devemos destacar, como grande dificuldade, a realização de atividades de capacitação de longa e média duração, dado o enorme volume planeado e a sua baixa execução física (cerca de 8%) – situação que afetou negativamente a execução e que constitui uma preocupação essencial sobre a continuidade da estratégia definida para a capacitação.

Do lado positivo, salienta-se que a crise de pandemia acabou por ter um impacto negativo muito reduzido nas atividades da língua portuguesa, sendo que foi mesmo possível aumentar as atividades realizadas em função ao planeado, com o aumento de 70 para 115 formandos por dia em formação.

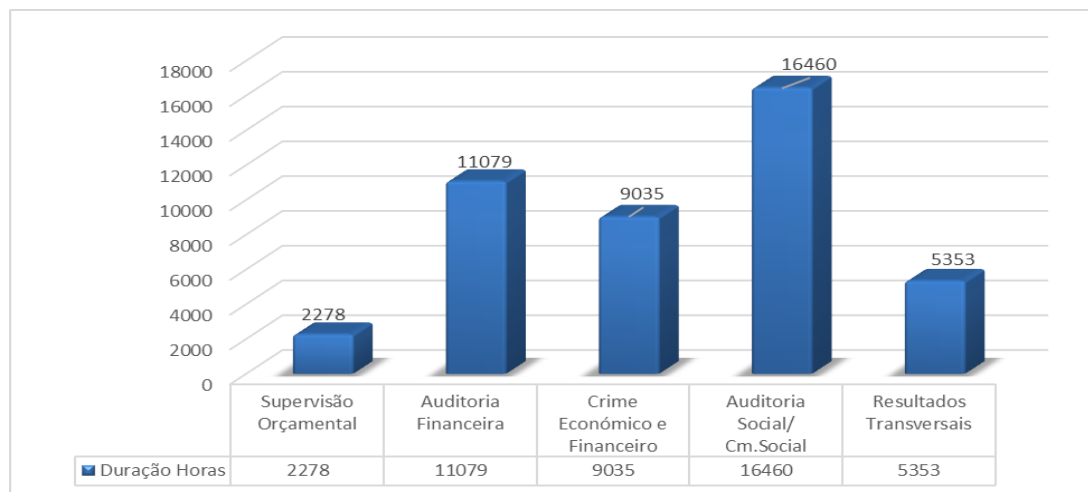
As atividades realizadas no período de reporte refletem tipos diversos, entre a Capacitação (formação de longa e média duração), Assistência Técnica (*on-the-job*), Capacitação Técnica especializada (curta duração) e formação em Língua Portuguesa para fins específicos. Assim:

Figura 10: Tipos de Atividade (total acumulado Ano 3, agosto.2020, horas)



No que respeita ao envolvimento dos diferentes Parceiros, registre-se que a Sociedade Civil continua a apresentar o maior volume de horas, em conjunto com a comunicação social e os jornalistas, tendo em conta que estas atividades começaram mais cedo no Projeto.

Figura 11: Atividades por Resultados em Horas – Ano 3

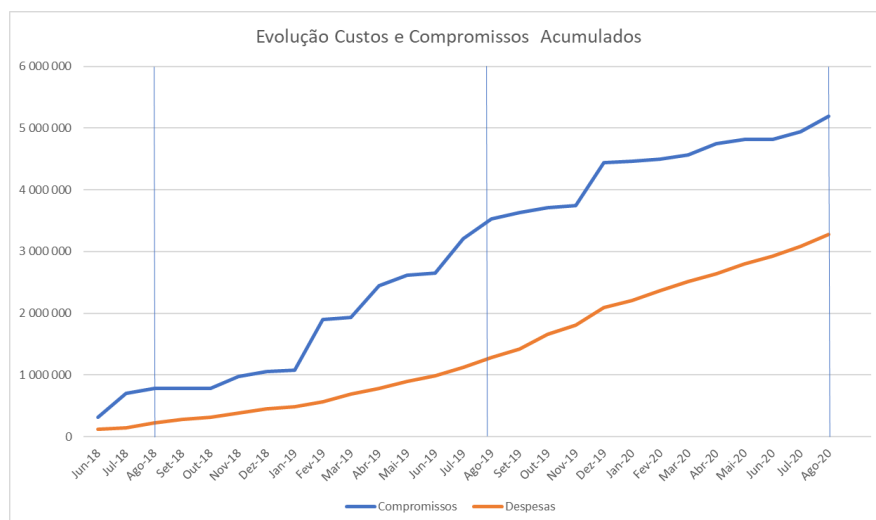


Ainda assim, no Ano 3 destacam-se os volumes significativos nas atividades na PCIC, o início das atividades com o PN (Deputados e Técnicos da administração parlamentar), bem como, atividades comuns a diversos Parceiros, conforme se pode visualizar na Figura 3 do presente relatório.

5.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA

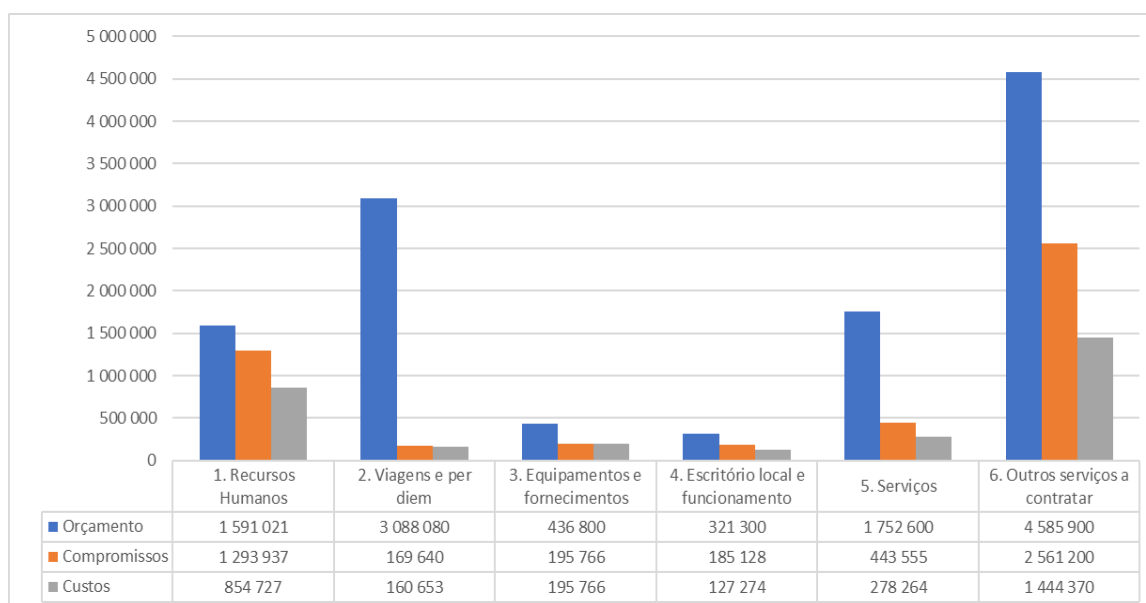
No período em análise, conforme **Anexo II**, o valor dos compromissos jurídicos acumulados assumidos até 31 de agosto de 2020 foi de **5 188 672 EUR** (cinco milhões, cento e oitenta e oito mil seiscentos e setenta e dois euros), dos quais **3 275 327 EUR** (três milhões, duzentos e setenta e cinco mil trezentos e vinte e sete euros) efetivamente incorridos em custos, valores que já incluem o acréscimo do valor correspondente a 7% a título de custos indiretos/remuneração do Camões, I.P.

Figura 12: Evolução dos custos e compromissos acumulados



Face ao orçamento dos custos incorridos no Projeto alcança-se, no final do ano 3, um valor acumulado percentual de **26,0%** (comparando com um acumulado de 10,2% relativo ao Ano 2) e a taxa de execução dos compromissos jurídicos foi de **41,2%** (comparando com um acumulado de 29,7% no Ano 2).

Figura 13: Custos e compromissos acumulados no final do Ano 3 por rubrica



No que diz respeito à evolução das contratualizações/despesas por rubricas do orçamento, nomeadamente face aos valores orçamentados, destaca-se a rubrica de Recursos Humanos onde se incluem as despesas com a equipa de suporte do projeto, em Portugal e Timor Leste, que se encontra completa, e a rubrica de “Outros Serviços a Contratar”, onde se incluem as despesas com os Gestores de Área, Assistências Técnicas e Equipa da Língua Portuguesa, assim como as despesas relativas a formações, seminários e workshops em Díli.

Figura 14: Despesas incorridas e compromissos assumidos por parceiro

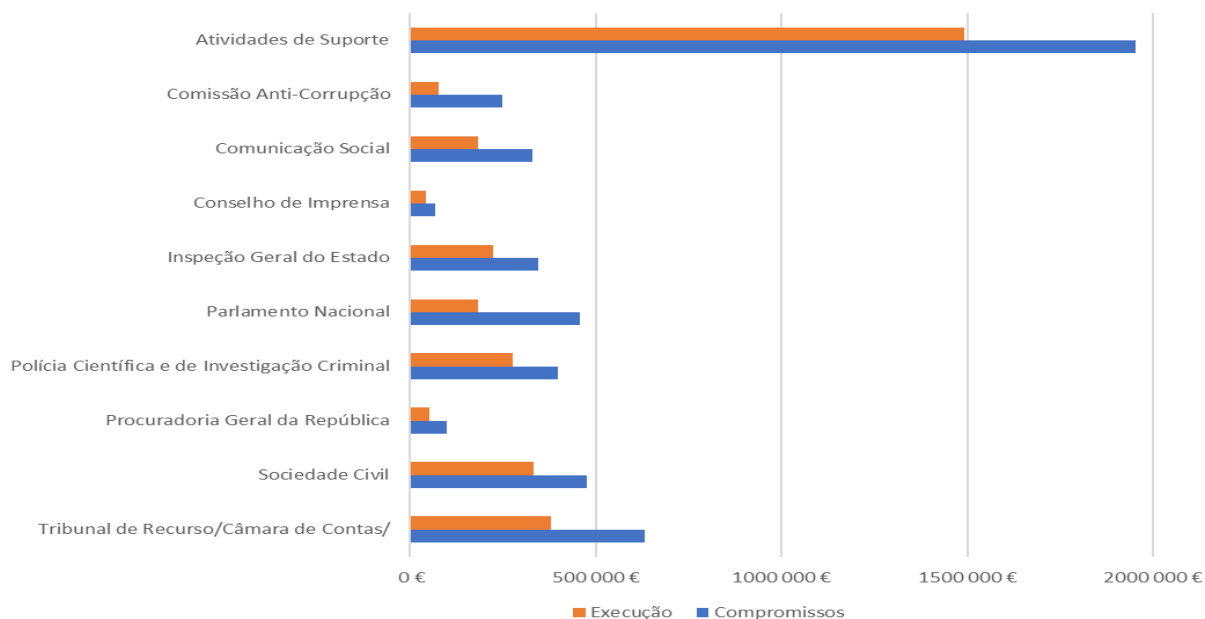
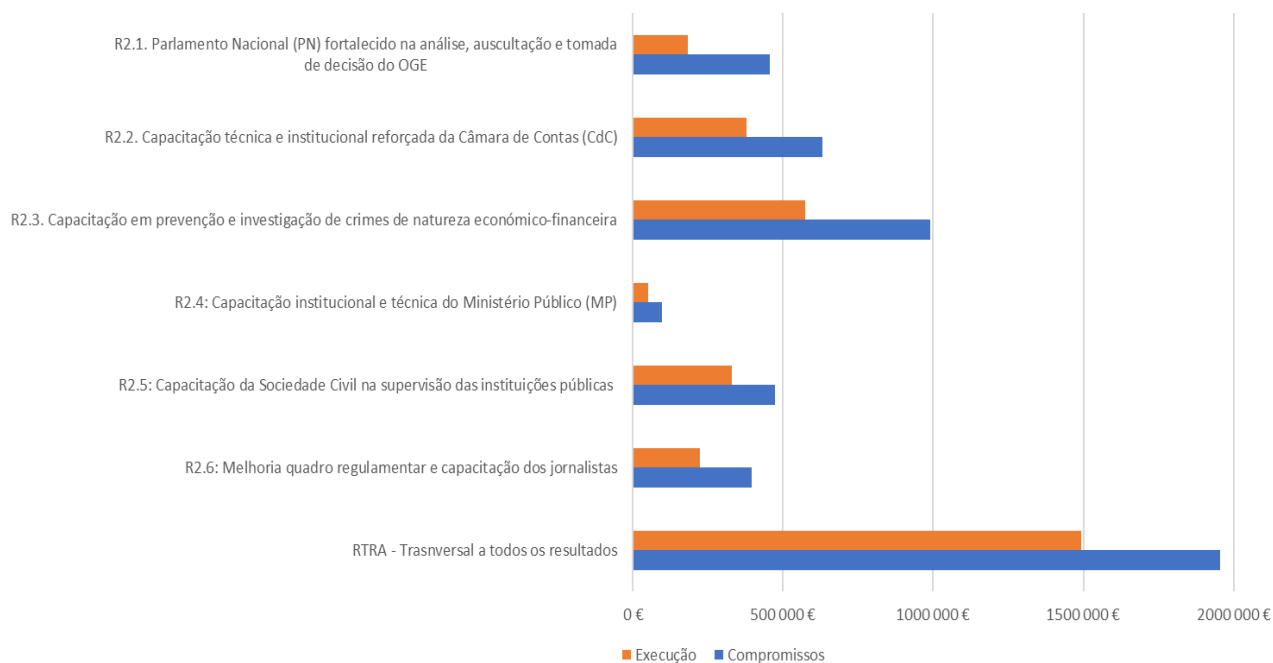


Figura 15: Despesas incorridas e compromissos assumidos por resultado



Relativamente às despesas por parceiro e resultados (Figura 14 e Figura 15), destaca-se que no final do 3º ano de Projeto já é possível assegurar uma distribuição relativamente uniforme entre os diversos parceiros e resultados, nomeadamente ao nível dos compromissos, com exceção da Procuradoria-Geral da República, onde ainda não foi possível iniciar grande parte das atividades planeadas.

6. CROSSING-CUTTING ISSUES: AÇÕES TRANSVERSAIS REALIZADAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO E SALVAGUARDA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

a) Igualdade de Género

A equidade de género é considerada, no âmbito do Projeto, um contributo para o aumento do nível da educação, formação e participação das mulheres – pela sua relevância na qualificação dos processos de discussão, decisão e escolha públicas e do inegável contributo para o reforço da Democracia – como forma de promover a igualdade de oportunidades e de direitos, em paralelo com o reforço do seu papel na vida económica e social do País.

Pretende-se uma intervenção para abordar vários desequilíbrios de género que ocorrem em Timor-Leste. Assim:

- ✓ Na defesa com os ministérios e instituições parceiras sobre a necessidade de integrar a igualdade de género na legislação, políticas nacionais e sectoriais, conceitos e estratégias;
- ✓ Na recolha e produção de dados diferenciados por género, tendo em conta a igualdade de género na seleção de candidatos aos cargos nas instituições beneficiárias do PFMO;
- ✓ Na produção de orientação e formação com materiais sensíveis ao género;
- ✓ Na organização de cursos de formação sensível ao género, nomeadamente em temáticas de orçamentação sensível ao género;
- ✓ Na inclusão de organizações de mulheres nos mecanismos de diálogo e de consulta na vertente de auditoria social.

Sem prejuízo das iniciativas a desenvolver para aprofundamento das questões relativas ao género, o Projeto incorporou diversas medidas de fomento à participação equitativa em função do género.

Desde logo, na constituição da equipa da UIC, equilibrada na sua composição com paridade entre géneros, sendo composta por dez mulheres e nove homens.

Por outro lado, o processo aquisitivo dos principais serviços externos integrou, na definição dos elementos de avaliação de propostas, fatores relativos ao equilíbrio de género das equipas.

Assim, a contratação da prestação de serviços para atualização e revisão do Estudo Base em que, na definição do modelo de avaliação de propostas, foi incluída na

avaliação da equipa de consultores, a necessidade de experiência igual ou superior a cinco anos nas “Questões de Género”.

Na mesma linha, a contratação de serviços para elaboração do Plano de Comunicação e Visibilidade incluiu, na componente de avaliação da “Qualidade Técnica” da proposta (50% de ponderação no critério de adjudicação à proposta mais vantajosa), um fator de avaliação designado por “Elementos de Valorização”, correspondente a 5% de ponderação, relativo à “Promoção da Igualdade de Género”. Pese embora o valor simbólico deste subfactor de avaliação, todas as propostas apresentadas incluíram elementos de “promoção da igualdade de género”, em diversos aspetos relevantes, desde a composição da equipa, até à escolha sobre a própria função de “Gestor/a da Comunicação” de “Gestor/a de Contrato”.

Pretende-se ainda, e em especial, que a sensibilidade ao género esteja também presente na definição das atividades, com o incentivo à sua valorização e participação, designadamente através da referência permanente aos níveis de participação em função do género.

Assim, apesar dos Parceiros do PFMO integrarem instituições em áreas que são, de forma tradicional e maioritária, dominadas por homens, os níveis de participação refletem um potencial equilíbrio, evidenciado nas seguintes participações nas áreas da formação em língua portuguesa e de competências técnicas ou especializadas:

Figura 16: Formandos /as por género

Atividades Capacitação - Execução Anos 1,2 3 (acumulado)					
Participações (n.º)	Mulheres	Homens	Participantes Certificados	Mulheres	Homens
1268	471 (37,1%)	797 (62,9%)	405	189 (46,7%)	216 (53,3%)

De notar que o equilíbrio é maior quando olhamos para o número de participantes que concluíram de forma assídua e com sucesso as formações, em relação à lista de participantes iniciais, o que reflete que o Projeto está a conseguir chegar a uma taxa de alcance equiparada para mulheres e homens.

No que respeita às atividades ao nível da formação em língua portuguesa, em particular, os níveis de participação em cada instituição da amostra no diagnóstico de proficiência de língua portuguesa, por género, foram os seguintes:

Figura 17: Número de Formandos/as por género, desagregado por Parceiro

GLOBAL		Parceiro						
		CAC	CdC	IGE	PN	PCIC	SC	TR
Feminino	241 (33,5%)	6 (20,7%)	24 (25,5%)	20 (33,3%)	52 (50,0%)	36 (29,3%)	96 (32,1%)	7 (63,6%)
Masculino	479 (66,5%)	23 (79,3%)	70 (74,5%)	40 (66,7%)	52 (50,0%)	87 (70,7%)	203 (67,9%)	4 (36,4%)
Total	720	29	94	60	104	85	48	11

Finalmente, pretende-se aprofundar a valorização do género, tendo sido preparada a realização de um estudo de orientação que permita realizar uma “Análise do OGE em matérias de Género”, pela qual se pretende proporcionar às técnicas parlamentares do Centro de Promoção de Igualdade de Género (CPIG) um conjunto de ferramentas e conhecimentos que permitam uma análise do OGE em matérias de género.

Esta consultoria, a lançar e contratar até outubro, subdivide-se em cinco tarefas:

- ✓ diagnóstico de necessidades (avaliação inicial);
- ✓ produção de material básico de orientação para a análise do OGE/2021 em matérias de género;
- ✓ Introdução de conceitos básicos, princípios e estratégias sobre a integração do género no ciclo orçamental;
- ✓ apoio na avaliação e análise do OGE/2021 em matérias de género e inclusão social, e
- ✓ recolher e avaliar todas as análises / opiniões (parecer) de orçamentação sensível ao género produzidas por cada setor, antes da apresentação final ao GMPTL e à Comissão C.

b) Sustentabilidade Ambiental

O ambiente e as alterações climáticas têm merecido atenção das autoridades timorenses. No entanto, a intervenção do Projeto é orientada para apoiar especificamente a boa governação económica e financeira, sendo a sustentabilidade ambiental promovida apenas de forma transversal.

Assim, as questões ambientais são consideradas em determinadas atividades, e sempre de acordo com as estratégias nacionais e prioridades nacionais de Timor-Leste, sobretudo quanto ao reforço das capacidades de supervisão e das competências dos recursos humanos das entidades visadas, incluindo as relativas à exploração dos recursos naturais, dos impactes ambientais dos investimentos públicos, bem como à

promoção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, de acordo com a promoção da diversidade económica e a promoção da economia local.

O Projeto tem adotado medidas concretas para reduzir os impactos ambientais e, de forma transversal, contribuir para um desenvolvimento sustentável, em dois planos:

Organização e Funcionamento do Escritório:

- ✓ Arquitetura de interiores escolhida no País, com o recurso a materiais de construção locais, com uso de madeiras, bambus, estruturas metálicas leves e cantoneiras de fabrico integral em Timor-Leste, para mobiliário e estantes, com exceção daqueles não produzidos localmente (equipamentos eletrónicos e cadeiras) – reduzindo a “pegada ecológica” do seu transporte e importação e estimulando as empresas e a produção com recursos humanos e matérias-primas locais;
- ✓ Redução da utilização de material plástico, químico e de papel no funcionamento, com reaproveitamento de papel de cópia, definição de impressoras a preto e branco e impressões dos dois lados;
- ✓ Verificação diária do funcionamento dos aparelhos de climatização e sua permanente manutenção;
- ✓ Bebedouro de água avulso e interdição de garrafas de plástico e cápsulas plásticas de café;
- ✓ Controlo de utilização das viaturas e seus combustíveis, com regulamento de utilização e registo das deslocações dos motoristas.

Realização de Atividades:

- ✓ Realização das atividades de PROJETO em espaços diversos da cidade, mais próximos da localização dos formandos – reduzindo as suas deslocações;
- ✓ Redução da utilização de material plástico nos materiais de comunicação e visibilidade, recorrendo sempre que possível a material utilizável em atividades diferentes (reduzindo a impressão de *banners*, *roll-ups* e similares) e utilizando, sempre que possível, projeções de tela ou parede nas sessões e eventos;
- ✓ Preferência por empresas e profissionais locais, em igualdade competitiva, no fornecimento de bens e serviços de suporte às atividades do PROJETO;
- ✓ Divulgação dos materiais de informação e formação em suporte eletrónico, sempre que possível, para redução do material de cópia em papel;
- ✓ Divulgação e participação, quando possível, na difusão e em atividades de sensibilização em matéria ambiental;
- ✓ Utilização de copos individuais reutilizáveis e bebedouros nas atividades com níveis de participação elevada (ex. Conferências e Seminários).

7. COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE

No Acordo de Delegação estabelecido entre a União Europeia e o Camões, IP, assume particular relevância, nas obrigações iniciais da agência de implementação, a aplicação de uma estratégia de comunicação, de acordo com um “Plano de Comunicação e Visibilidade” para o PFMO.

Para tal foi selecionada uma empresa de comunicação timorense, devidamente qualificada para os serviços de comunicação do PROJETO. Nesse âmbito, além da elaboração do Plano de Comunicação e Visibilidade, foi concebida a identidade e imagem do PROJETO, *naming*, imagem gráfica, normas de estilo, website e redes sociais.

O Plano de Comunicação e Visibilidade foi elaborado com a participação e contributos dos financiadores e parceiros, nos termos dos requisitos resultantes do Acordo de Delegação.

A conceção da identidade, imagem e representação corporativa do PFMO foi realizada pela empresa, tendo as propostas sido apresentadas e discutidas com os representantes dos Parceiros timorenses, em sessões *focus group* que permitiu escolher o nome nacional, em Tétum e Português, a partir do qual se desenvolveu a imagem e representação gráficas. Em resultado desse trabalho, foi escolhido o seguinte Nome e Imagem do PROJETO:

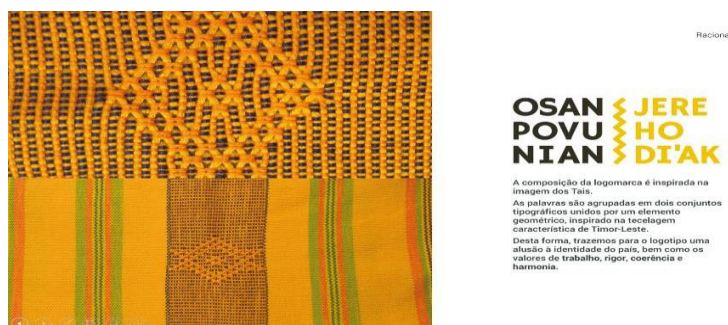
Figura 18: Nome e Logotipo do Projeto



Após a escolha do Nome e Assinatura, foi desenvolvido um conceito de logomarca para a imagem de Projeto.

Estas atividades permitiram desenvolver os diversos conceitos de identidade e imagem, que levaram ao lançamento do nome – OSAN POVU NIAN JERE HO DI'AK -, imagem gráfica e logomarca, desenvolvidos e integrados nos vários meios de comunicação, plataformas e redes sociais do Projeto.

Figura 19: Racional de composição da logomarca



A partir de outubro de 2019, a área da comunicação e visibilidade do PFMO passou a ser realizada, diariamente, com a ação de uma técnica especializada. Este reforço e dedicação da equipa a estas atividades, tiveram um impacto muito positivo no lançamento da imagem do PROJETO e na visibilidade das suas atividades.

Entre as suas funções, esta função prevê a colaboração na gestão global dos processos de comunicação e visibilidade o PFMO, o apoio às relações de comunicação com parceiros e entidades participantes, o acompanhamento e gestão das redes sociais, a elaboração da informação de reporte o apoio a toda a equipa em processos de intervenção e comunicação públicas do PFMO, bem como o suporte à organização e gestão de eventos, atos e cerimónias públicas, o atendimento ao público e as relações com a sociedade civil e comunicação social, a gestão do *clipping* e arquivo de publicações da comunicação social.

O PFMO passou a estar na agenda diária dos Parceiros, na internet e com permanente presença das redes sociais, bem como nas largas dezenas de atividades realizadas desde então, mas sobretudo a partir de novembro de 2019, com o lançamento do sítio na internet e as páginas especializadas nas redes sociais.

Além dessa visibilidade em termos digitais, houve um reforço significativo da imagem e identidade do PFMO, através do uso da imagem e marca em materiais de comunicação de natureza física, estática e de todo o estacionário desenvolvido a partir do Plano de Comunicação.

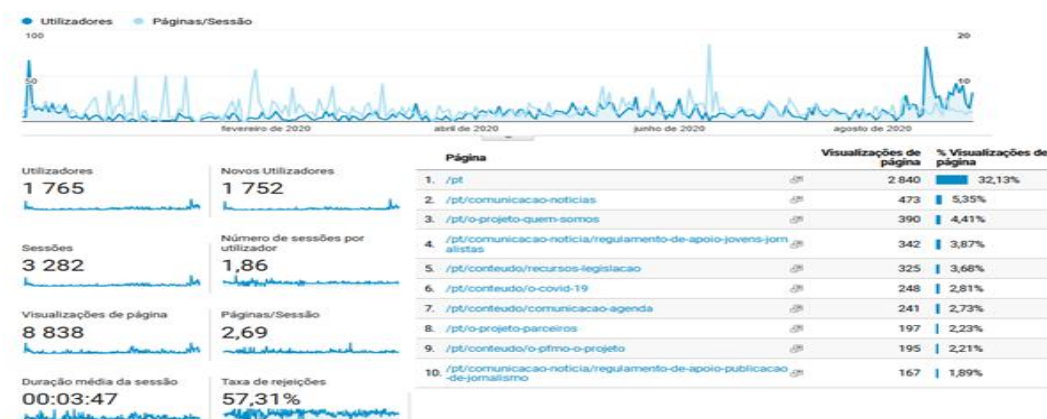
Assim, em novembro de 2019, foi lançado o *website* do PFMO, OSAN POVU NIAN JERE HO DI'AK, em simultâneo com as páginas nas principais redes sociais em Timor-Leste (canais *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*), que tiveram uma crescente expressão, numa primeira fase, junto dos Parceiros e instituições congéneres, tendo alargado progressivamente essa presença e visibilidade a grupos diversificados junto da comunidade, quer em Timor-Leste, quer em países da Ásia e Pacífico (Índia, Indonésia e Austrália), bem como em Países da Europa (Portugal, Itália, Reino Unido e França).

A definição e identidade do nome e logomarca permitiram dar suporte a dezenas de atividades, eventos e atividades desenvolvidas ao longo do período, sendo utilizada em diversos eventos, instrumentos de suporte e meios, estáticos e dinâmicos – conforme Resumo em **Anexo III**.

O nome e a nova imagem começaram a ser utilizados em todas as iniciativas e atividades de Projeto, com grande eficácia e notoriedade, tendo impulsionado uma dinâmica enorme na exposição pública, a partir de novembro de 2019 e por todo o ano de 2020, tornando-se uma marca reconhecida por todos os Parceiros e com grande visibilidade junto do grande público, sobretudo em Díli.

Assim, no que respeita ao **website**, registam-se nesta fase **1765 utilizadores**, destacando-se como de maior procura, as datas de lançamento (novembro de 2019) e o mês de agosto de 2020 (correspondente a procuras diretas de pesquisadores, no seguimento do anúncio dos programas de apoio aos jornalistas timorenses, que geraram uma procura enorme de informação junto do sítio), sendo que a origem de acessos e visualizações tem proveniências sobretudo de Timor-Leste, Índia e Portugal, sendo o número de páginas e visualizações médias mais significativas respeitantes a pesquisadores timorenses e portugueses.

Figura 20: Resumo dos resultados de visualização e acessos de website

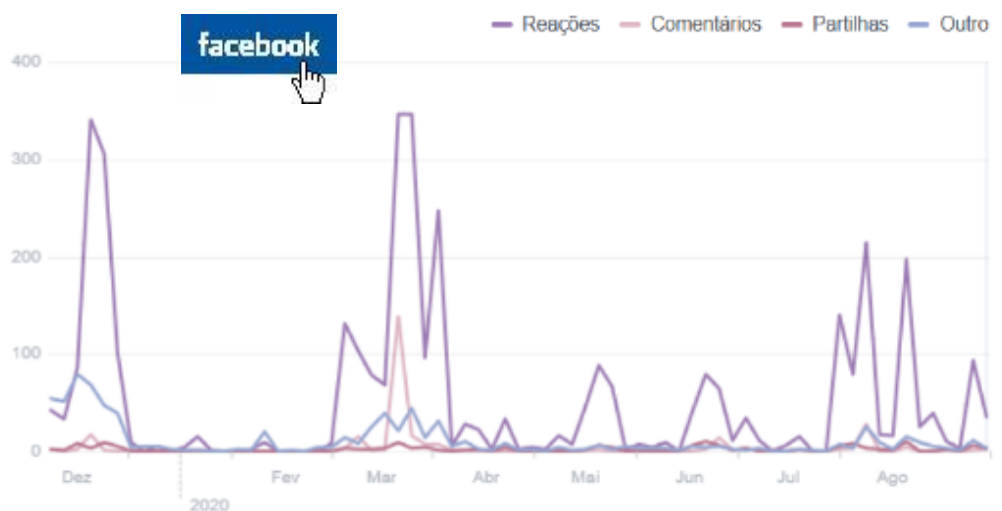


País	Aquisição		
	Utilizadores	Novos Utilizadores	Sessões
	1 765 % do total: 100,00% (1 765)	1 755 % do total: 100,17% (1 752)	3 282 % do total: 100,00% (3 282)
1. Timor-Leste	688 (38,50%)	677 (38,58%)	1 744 (53,14%)
2. India	476 (26,64%)	476 (27,12%)	527 (16,06%)
3. Portugal	314 (17,57%)	303 (17,26%)	675 (20,57%)
4. United States	192 (10,74%)	192 (10,94%)	192 (5,85%)
5. China	17 (0,95%)	17 (0,97%)	17 (0,52%)
6. Indonesia	17 (0,95%)	11 (0,63%)	19 (0,58%)
7. Brazil	8 (0,45%)	8 (0,46%)	11 (0,34%)
8. Mozambique	8 (0,45%)	8 (0,46%)	8 (0,24%)
9. Italy	7 (0,39%)	6 (0,34%)	17 (0,52%)
10. Angola	5 (0,28%)	5 (0,28%)	7 (0,21%)

No respeito às **redes sociais**, o PFMO tem presença assídua no Facebook e Twitter, bem como a que inserção de vídeos no Youtube.

O Facebook é a rede com maior utilização, tendo atingido 1980 seguidores no final do ano 3, relativamente a nove meses de criação da página. Os maiores índices de utilização foram nos meses de dezembro de 2019, março e agosto de 2020.

Figura 21: Resumo dos acessos às redes sociais - Facebook



1980 seguidores a

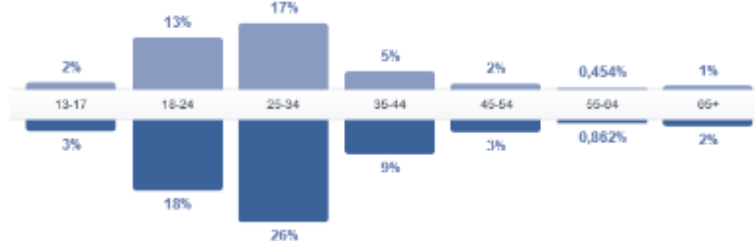


Mulheres

39%
Pessoas alcançadas

Homens

60%
Pessoas alcançadas

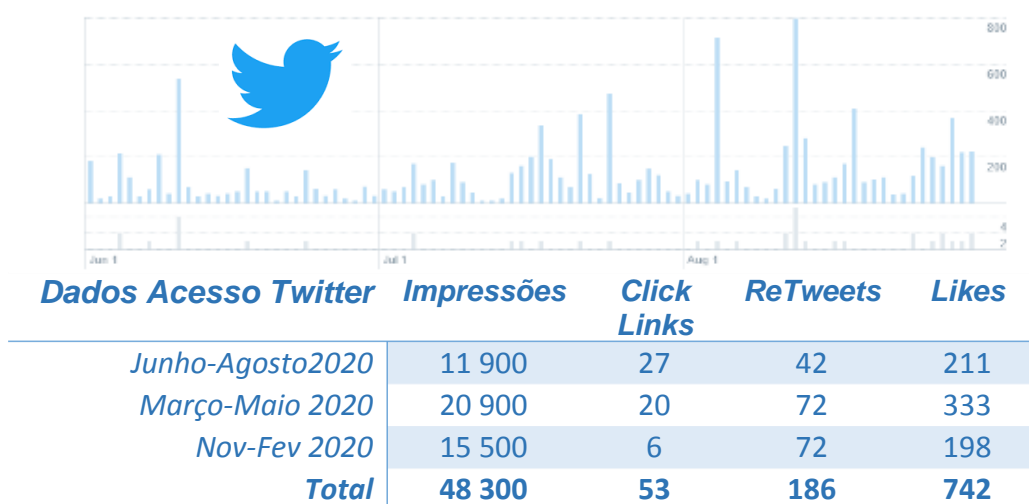


Pais	Pessoas alca...	Cidade	Pessoas alca...	Idioma	Pessoas alca...
Timor-Leste	48 800	Dili, Timor-Leste	45 750	Indonésio	40 570
Indonésia	1263	Lisboa	523	Português (Portugal)	4438
Portugal	1142	Lospalos, Sonda Ori...	321	Inglês (EUA)	3245
Reino Unido	249	Same, East Nusa Ten...	239	Inglês (Reino Unido)	831
Austrália	105	Venilale, Sonda Orient...	143	Francês (França)	186

A larga maioria de seguidores e interações tem origem em Timor-Leste, seguindo-se a Indonésia, Portugal, Reino Unido e Austrália, concentrando-se em Díli o maior volume de interações. As publicações com maior alcance envolvem frequentemente as ações com a sociedade civil, a língua portuguesa e as publicações de natureza simbólica (datas históricas, acontecimentos, efemérides). Os grupos etários mais participantes situam-se nos grupos entre 25-34 anos, 18-24 e 35-44 anos, seguindo-se os restantes, com maior preponderância de utilizadores do género masculino (60%).

O Twitter constitui a segunda rede de expansão da comunicação, embora com menos seguidores. Vale sobretudo pela sua visibilidade entre líderes de opinião. Ainda assim, o alcance da conta tem vindo a aumentar, ainda que de forma ligeira.

Figura 22: Resumo dos acessos às redes sociais - Twitter



Finalmente, a partir de maio de 2020, foi iniciada a edição e publicação, por via eletrónica, da **Newsletter do PFMO**, com periodicidade mensal, divulgada no último dia de cada mês, através de publicação no *website* e enviada por *e-mail* a uma lista de destinatários institucionais e individuais, a todos os que a solicitem por via própria, através de subscrição individual, em línguas portuguesa e tétum. Foram publicadas edições mensais relativas a maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro, divulgadas aproximadamente junto de 100 subscritores.

Figura 23: Newsletter do PFMO

setembro 2020 | edição n.º 5

OSAN POVU NIAN, JERE HO DI'AK

GERIR BEM O DINHEIRO PÚBLICO

Newsletter



APRESENTAÇÃO

Neste mês de setembro o projeto PFMO - OSAN POVU NIAN, JERE HO DI'AK pôde finalmente retomar a 100% as suas atividades de capacitação junto dos nossos parceiros, em particular junto da Sociedade Civil e do Parlamento Nacional.

Assim realizaram-se as Jornadas de Literacia Orçamental, entre 7 a 11 de setembro, e o Seminário "O Papel da Sociedade Civil em Tempos de Crise" destinado aos agentes da Sociedade Civil, que contaram com mais de duas dezenas de participantes de diversas organizações da sociedade civil em Timor-Leste, as primeiras de ciclo de cinco formações que irão decorrer até ao final do corrente ano.

Destaca-se ainda a organização em conjunto com o Parlamento Nacional das Jornadas Técnicas do Parlamento Nacional sobre "Elaboração e Redação de Relatórios e Pareceres Técnicos", em Liquiçá. Este Seminário contou com a participação de mais de duas dezenas de Técnicos do Parlamento Nacional – em especial do Gabinete de Estudo Estratégico e Jurídicos e a Divisão de Apoio às Comissões.

NESTA EDIÇÃO

- 3.º Aniversário do PFMO
- Jornadas de Literacia Orçamental, 2ª edição, para a Sociedade Civil
- Jornadas Técnicas do Parlamento Nacional
- Entrega de computadores à Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC)
- Entrega de livros jurídicos à Procuradoria Geral da República (PGR)
- Seminário de Capacitação "O papel da Sociedade Civil em tempos de crise"
- Apresentação do Manual para Fins Específicos em Língua Portuguesa de nível A2 - Sociedade Civil

Projeto cofinanciado pela União Europeia, cofinanciado e gerido pelo Camões I.P.

Visite: www.osanpovunian.tl

OSAN POVU NIAN, JERE HO DI'AK | 01

8. SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

Para potenciar o benefício do sistema de acompanhamento e alimentação do PROJETO, está em curso o procedimento de aquisição de serviços para a conceção e implementação de um sistema de monitoria e avaliação (M&A), suportada por uma Plataforma online.

Trata-se de um sistema de informação, desenvolvido numa funcionalidade informática online, de acesso restrito, que permita melhorar o processo de medir, de forma organizada e sistemática, os resultados face às metas estabelecidas, substituindo o recurso a ficheiros Excel.

Ao nível da inserção dos dados, um sistema informático é menos sujeito a erros e omissões, além de facilitar a descentralização da competência de inserção dos dados, podendo contribuir para uma recolha de dados mais rápida, o que será fundamental num ano em que o número de atividades se espera que escale.

Em termos de reporte ou acesso à informação, o sistema pretende ainda:

- i) Disponibilizar aos financiadores e demais parceiros de implementação do PROJETO uma base de informação de consulta autónoma e constante sobre o ponto de situação do projeto e progresso no cumprimento dos outputs e alcance dos objetivos;
- ii) Permitir controlar a evolução e equilíbrio entre os *inputs* e os benefícios/efeitos de forma constante, possibilitando a realização de ajustes necessários em tempo útil;
- iii) Potenciar a reflexão e maior apropriação da lógica de intervenção de que decorre o quadro lógico, para que a planificação das atividades se faça em prol dos objetivos e não do nível de execução das atividades; e
- iv) Promover uma comunicação baseada em resultados.

Como se dava conta no último relatório, ainda no período intercalar anterior foi elaborada uma primeira versão das Especificações Técnicas. Este período, foram concluídas as peças necessárias à contratação (Convite e Caderno de Encargos), sujeitas a um parecer externo a um perito em sistemas de informação que reforçou as questões de segurança e independência em relação ao prestador de serviços. À data de fecho do Relatório, estão, assim, reunidas as condições para o início do procedimento de contratação, que deverá ocorrer ainda durante o primeiro trimestre do Ano 4.

A empresa contratada será responsável: i) por realizar uma apreciação crítica prévia dos indicadores e respetivas linhas de base (pontos de partida) e metas; ii) por desenhar e programar o Sistema de M&A; e iii) por formar os membros da UIC e do responsável local pela M&A da ação.

Como insumo ao sistema de M&A, é fundamental o trabalho que já tem vindo a ser realizado de registados, e em suporte Excel, em particular os números associados aos indicadores de input, output e resultado, com base nos indicadores e parâmetros estabelecidos na matriz do quadro lógico do PROJETO.

Em termos de responsabilidades, os ficheiros de Excel são atualizados pelo Técnico de M&A (assistente técnico local), com supervisão, por resultado, do respetivo Gestor de Área e do Coordenador da Componente da Língua Portuguesa, e, de forma global, pelo Coordenador Geral, e são validados pela equipa de gestão de projeto em Lisboa.

A recolha de dados dos indicadores de *input* e *output* é feita de forma regular, com a composição do dossier de documentação no final de cada atividade. Todavia em termos de periodicidade de reporte, há o compromisso de rever os processos, em particular as fontes de verificação e atualizar a informação dos indicadores de output, resultado e impacto de forma mais regular, além dos relatórios anuais e por ocasião das reuniões dos Comités de Coordenação Técnica do PFMO e Comités de Acompanhamento.

9. DIFICULDADES ENCONTRADAS E MEDIDAS TOMADAS

Na implementação das atividades, sobretudo aquelas de médio e longo prazo, diversas dificuldades foram encontradas, algumas mencionadas na análise de riscos e respetivas medidas de mitigação (D.2. Riscos, Acordo de Delegação), outras que apenas se revelaram na execução das atividades.

Para cada situação identificada, foram adotadas medidas de mitigação, resolução ou superação, com carácter provisório ou, sempre que possível, definitivo. Assim:

Figura 24: Dificuldades e medidas tomadas

Dificuldades	Medidas Adotadas
Restrições decorrentes da situação do Covid-19 e restrições do Estado de Emergência, reduziram as opções de oferta formativa, sendo que a oferta formativa online não teve boa aceitação junto de alguns Parceiros (assim, TdR/CdC e IGE), sendo que noutros casos a formação presencial é a única solução possível (assim, algumas formações na área dos órgãos de polícia criminal)	(i) Formações presenciais com recurso a quadros superiores que estejam em TL; (ii) Formações presenciais com recurso aos próprios elementos da UIC-PFMO ou AT em funções junto dos parceiros; (iii) Reforço do número de tutorias, assistências técnicas e formação “on the job”; (iv) Exploração de outras opções para formação on-line, em regime misto (formação à distância, on-line, realizada com um formador/monitor em sala)
Reduzida disponibilidade de quadros superiores para participar em algumas ações de capacitação especializada, em consequência do reduzido número de efetivos em algumas instituições parceiras	Medidas de ajustamento e diversificação nos modelos de formação, flexibilidade de horários, aumento do número de edições e prolongamento da duração das ações
Impossibilidade de realizar o diagnóstico Institucional completo e detalhado do funcionamento de algumas instituições, bem como dificuldades no acesso a documentação técnica	Recurso a diagnósticos parciais e à exploração de documentos de instituições congéneres
Dificuldades na obtenção de colaboração de parceiros institucionais em Portugal, no que respeita à	(i) Opção por soluções alternativas com outros Parceiros; (ii) Recurso a entidades universitárias e centros de excelência

Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste (PFMO) – Componente 2 | FED/2017/387410

Relatório Intercalar N.º 3 (1 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020)

<p>disponibilização de especialistas para formação, bem como para outros serviços de consultoria</p>	<p>para dinamização de soluções alternativas; (iii) Recurso a entidades e organizações internacionais setoriais; (iv) Recurso ao mercado geral de trabalho, com procura ativa de recursos.</p>
<p>Atividades simultâneas de outros projetos, que reduzem tempos e condições para realizar as atividades do PROJETO</p>	<p>Programação atempada das atividades para evitar sobreposições e alterações a nível do planeamento interno do PFMO e do parceiro</p>
<p>Não disponibilização da informação e dados da Instituição parceira, alegando confidencialidade, o que dificulta o diagnóstico rigoroso das necessidades de capacitação (ex. IGE)</p>	<p>Intensificação das relações a nível hierárquico e institucional que permitam relações de confiança para ultrapassar o constrangimento</p>
<p>Os custos de formação técnica e especializada ultrapassam os valores de referência utilizados pelo PFMO, o que pode comprometer a formação de qualidade do projeto Dificuldades na obtenção de programas de capacitação técnica de qualidade, de acordo com os valores de referência do PFMO</p>	<p>Recurso ao mercado geral, com procura ativa de soluções, nomeadamente em Portugal, mas em zonas fora das grandes cidades</p>
<p>Muitos dos parceiros não têm planos de formação, o que dificulta a avaliação das necessidades dos colaboradores e da Instituição</p>	<p>Reuniões sistemáticas com os parceiros e visitas constantes à Instituição com vista avaliar as suas necessidades, a complementar com outros instrumentos de diagnóstico, como inquéritos e surveys.</p>
<p>Demora na resposta dos parceiros, em situações que carecem da sua análise ou parecer</p>	<p>Antecipar dificuldades, questões ou eventos com a maior antecedência para dar tempo ao parceiro para analisar as iniciativas, fixando um prazo razoável ao Parceiro para se possa pronunciar</p>

10. ESTRATÉGIA, PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O PERÍODO SEGUINTE

10.1. ESTRATÉGIA GLOBAL PARA O PERÍODO SEGUINTE (Anos 4 e 5)

O Plano de Atividades para o próximo período de relato abrange os anos 4 e 5, até 28 de fevereiro de 2022, data em que termina o período de implementação do PROJETO. Considerando que o período que decorre entre 01.09.2020 e 28.02.2022 é inferior a 18 meses, nos termos do artigo 19.1.b) do Acordo de Delegação, deve ser considerado um único período de relato.

Este exercício de planeamento tem por base um importante capital de conhecimento proporcionado pelo número de atividades executadas, em particular no último ano e meio.

A estratégia de realização do PROJETO deve ser adequada às condições efetivas da sua realização, tendo em conta a evolução da situação de pandemia do COVID-19 e do Estado de Emergência, bem como as restrições à mobilidade, deslocações e condições de realização das diversas atividades, sobretudo (i) as atividades de capacitação de média e longa duração e/ou (ii) aquelas atividades que necessitem de viagens e deslocações ou, ainda, (iii) as atividades que tenham necessariamente caráter presencial.

Por sua vez, sem prejuízo da flexibilidade e resiliência necessárias num contexto de crise, emergência e imprevisibilidade, pretende-se desenvolver o PROJETO, em continuidade, tendo em conta uma estratégia assente nos seguintes **eixos principais**:

- ✓ **PARCERIA ESTRATÉGICA:** apoiar atividades e desenvolver ações que representem opções estratégicas para o desenvolvimento dos Parceiros;
- ✓ **APOSTA NO CAPITAL HUMANO:** investimento do PROJETO nos recursos humanos timorenses;
- ✓ **APROPRIAÇÃO:** valorização das atividades que permitam, de forma sustentável, a sua captura de valor pelos Parceiros e assegurem resultados, autonomia e sustentabilidade após a conclusão do Projeto;
- ✓ **CAPACITAÇÃO ESTRUTURAL:** desenvolvimento pessoal assente na qualificação profissional, que reforce a estrutura do conhecimento, capacidades e competências profissionais, ao nível dos fundamentos e conhecimento de base dos quadros das organizações;

- ✓ **ABORDAGENS FLEXÍVEIS E DIVERSIDADE DE FORMAÇÃO:** capacitação em modelo misto, através de ações de tutoria “on-the-job”, acompanhada de formação de curta, média e longa duração, que respeite, de forma equilibrada, os recursos humanos disponíveis pelos Parceiros;
- ✓ **COOPERAÇÃO ENTRE PARCEIROS:** apoio ao desenvolvimento de atividades comuns, em articulação e transversais entre os Parceiros.

A atual situação de pandemia do COVID-19 e as restrições relativas à mobilidade e deslocamentos continuarão a ter impactos na programação e realização de atividades no ano 4 e 5, mas espera-se que tal situação comece a alterar-se e, de forma positiva, evolua em 2021 para uma situação que permita retomar em pleno as atividades planeadas, bem como crie condições para a programação das atividades de capacitação de média e longa duração – que são aquelas mais estruturantes e transformadoras, mais necessárias aos objetivos e aos resultados pretendidos pelo PROJETO, mas que, pelas suas características, mais sofreram os impactos da atual situação de pandemia e restrições de emergência.

Deve sublinhar-se que esta estratégia de capacitação mista, com atividades de curto, médio e longo prazo, foi considerada a mais eficaz, perante a situação encontrada nos Parceiros do PROJETO.

Esta solução de capacitação em “*blending*” das diversas ferramentas, permitirá ampliar a eficácia da capacitação, uma vez que, em primeiro lugar, os Parceiros, enquanto instituições, não têm todos a mesma natureza, apresentando consideráveis diferenças e características entre si, quer no seu enquadramento estatutário, quer na situação real de desenvolvimento e eficiência; em segundo lugar, mesmo dentro de cada Parceiro, há uma grande diversidade de grupos profissionais com características e necessidades muito diferentes.

Para uma visão geral dos instrumentos previstos em cada área e parceiro, é possível visualizar o seguinte quadro:

Figura 25: Tipologias de intervenção por Parceiro

Ferramentas / Parceiros	PN	CdC/TdR	PGR	CAC	PCIC	IGE	Sociedade Civil	Comunicação Social
Capacitação Curta Duração	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Capacitação Média Duração	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Assistência Técnica de Curta Duração	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Assistência Técnica de Média Duração	✓	✓			✓			
Organização e Estrutura	✓	✓	✓			✓		
Melhoria de Processos	✓			✓	✓	✓		✓
Mentoria/Tutoria	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Língua Portuguesa		✓		✓	✓	✓	✓	
Documentação/Sistemas de Informação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Como se pode observar, se no PN se pretende recorrer a quase todas as formas de intervenção junto da instituição para assegurar a realização dos objetivos e a prossecução dos resultados pretendidos, tal não é uniforme em todas as instituições e apresenta-se de forma significativamente distinta daquilo que se pretende junto dos OCS ou dos jornalistas.

Neste contexto, conhecidos os maiores desafios relativamente às atividades de menor e mais difícil realização – designadamente, as atividades de formação de médio e longo prazo, aquelas em que os impactos e restrições do COVID-19 e das restrições do Estado de Emergência são mais impactantes –, bem como, identificados os constrangimentos existentes nos meses mais recentes e as lições aprendidas sobre a real capacidade de realização das atividades no terreno, parece ser de assumir que a execução do PROJETO tem de assentar nas seguintes linhas estratégicas:

- ✓ Reforçar a proximidade e as ligações entre a estrutura de implementação do PROJETO e os contatos com os Pontos Focais e as estruturas dirigentes dos Parceiros, por forma a tornar mais efetivas as condições de execução das atividades;
- ✓ Estimular a utilização dos recursos locais da equipa de PROJETO, bem como as suas competências endógenas, mobilizando-as como recursos técnicos e de conhecimento em favor do apoio à atividade dos Parceiros e à execução de atividades que exijam natureza física ou presencial;
- ✓ Aumentar a flexibilidade e condições de resiliência para os ajustamentos que forem necessários no terreno, para dar resposta às contingências e riscos da atual situação da pandemia e estado de emergência;
- ✓ Inovar nas condições de realização de atividades à distância, quando e sempre que for possível, designadamente ao nível da formação especializada, por forma a assegurar a continuidade das atividades, recorrendo aos meios e ferramentas de comunicação à distância;
- ✓ Dar continuidade ao Programa em Língua Portuguesa, que assegure o Nível de proficiência B (intermédio, profissional) a todos os beneficiários;
- ✓ Apoiar, na medida das necessidades de execução das atividades, a melhoria das condições tecnológicas dos parceiros que permitam a existência dos recursos e ferramentas internas nas suas instituições e organizações, por forma a aproveitar a vasta oferta e as possibilidades de formação à distância;
- ✓ Reforçar e manter as condições para a continuidade das atividades de natureza presencial, através de espaços próprios, bem como alargar a colaboração com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, por forma a garantir disponibilidade de espaços físicos adequados à realização das

atividades formativas, tendo em conta as exigências e determinações das autoridades sanitárias;

- ✓ Reforçar a equipa da UIC em Timor-Leste, com recurso a apoios nacionais e/ou internacionais, existentes e disponíveis em Timor-Leste, para colaborar no reforço, monitoria e mentoria das atividades em curso, sobretudo daquelas cuja base de realização assente no ensino e aprendizagem à distância.

10.2. ESTRATÉGIAS SETORIAIS/ ÁREAS DE ATUAÇÃO

SUPERVISÃO ORÇAMENTAL

PARLAMENTO NACIONAL

A colaboração com o PN iniciou-se de forma efetiva apenas no Ano 3, tendo havido uma intensificação das atividades de PROJETO e uma importante aproximação com o PROJETO.

Acresce, no caso do PN, a preocupação constante com as características do seu funcionamento, uma vez que, no que respeita à realização de atividades de capacitação, apenas em alguns períodos do ano tal é possível – tendo em conta os ciclos de funcionamento do PN, que não permitem em largos períodos a disponibilidade dos seus quadros para atividades dessa natureza.

Por outro lado, dada a incerteza política e sanitária atual, para o sucesso desta colaboração, concorre a definição de uma estratégia iterativa e adaptativa contrariamente a uma estratégia preditiva como a pensada anteriormente. Nesse contexto, há que aprofundar alguns aspetos:

- ✓ Acompanhamento do dia-a-dia dos trabalhos parlamentares por forma a questionar se a temática/local/duração/momento da atividade é o correto;
- ✓ Colaboração nas atividades definidas no Plano Estratégico do PN 2017-2022 de forma a garantir o envolvimento e parceria com o PN;
- ✓ As atividades devem focar-se em projetos e atividades nos quais o produto forneça benefícios específicos ao PN.

Para tal, as ações a desenvolver e instrumentos a usar no âmbito destas atividades devem basear-se nas seguintes linhas:

- ✓ Formação contínua, presencial e *on-the-job*, sessões de trabalho, seminários;

- ✓ Capacitação estrutural de médio e longo prazo, através de cursos académicos – em temáticas relacionadas com o enfoque do projeto - em instituições de ensino superior em Portugal se for possível;
- ✓ Visitas ao terreno e missões ao estrangeiro, quando tal for possível;
- ✓ Elaboração de manual sobre o papel de fiscalização do Parlamento;
- ✓ Assistência Técnica/Peritos de longa, média e curta duração;
- ✓ O envolvimento e parceria com instituições homólogas de Portugal será determinante para assegurar a eficácia e sustentabilidade da intervenção.

No contexto atual importa, ainda mais, assegurar a transparência da administração pública, a capacidade de prestar contas, garantir uma cultura de rigor relativamente à gestão dos recursos financeiros públicos, pelo que a melhoria dos sistemas de controle interno e reorganização do Gabinete de Auditoria Interna deve ser considerado fundamental.

Deve, igualmente, ser averiguado junto do PN sobre como reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal, sem qualquer sobreposição ao trabalho desenvolvido pelos Centros de Línguas do PN – Atividade A.2.1.1.

Entretanto, foram já realizadas atividades no ano 4, designadamente, na elaboração do Parecer Macroeconómico do Orçamento do Estado de 2020, entregue a 25 de setembro, elaborado pelo Gestor de Área de Supervisão Orçamental, bem como a contratação de um assessor nacional para a Comissão C com início de funções a 1 de outubro de 2020.

Atendendo à análise e avaliação, estão ainda planeadas para os Anos 4 e 5 as atividades consideradas necessárias de forma a obter os resultados propostos no PROJETO, deve ser dada continuidade à realização de Seminário anual sobre o “Panorama Orçamental”, Seminário “Medidas preventivas de Anticorrupção”, bem como as Missões a Portugal dos deputados e técnicos da Comissão C – estudo sobre modelo de supervisão das Finanças Públicas e da Comissão A – estudo sobre modelo de supervisão das Finanças Públicas.

Além das atividades programas para capacitação, no âmbito da Atividade A.2.1.3, serão também realizados diversos processos de reorganização interna e melhoria de processos de funcionamento, sobretudo nas áreas de monitoria e avaliação e de auditoria interna, relativamente ao funcionamento da própria administração parlamentar.

AUDITORIA FINANCEIRA

CÂMARA DE CONTAS

Devido à situação do Covid-19 e a extensão dos Estados de emergência em Timor-Leste, a estratégia a adotar poderá ter de ser ajustada, mas, entretanto, pretende-se realizar, de acordo com a estratégia prevista, diferentes formas de intervenção junto do Parceiro, com relevância especial para a formação dos Magistrados Judiciais (Juizes) e dos Auditores da CdC. Assim:

- ✓ Capacitação dos Magistrados - dar continuidade à formação de longa duração em Portugal, sendo que previamente será efetuada uma avaliação do curso de formação de juizes (1ª edição), de modo a se efetuar, se necessário, um reajustamento dos próximos programas (2ª e 3ª edição).
- ✓ Caso seja impossível a deslocação de juizes a Portugal para formação de Longa duração (2ª edição/3ª edição), decorrente da atual situação que se vive, a opção terá de ser encontrada entre a realização de formações com a colaboração do Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Timor-Leste, através de formações presenciais de enquadramento com profissionais e consultores em Timor-Leste;
- ✓ Assistência Técnica de média duração para apoio na execução do plano de implementação do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, logo que aprovada a lei do enquadramento institucional;
- ✓ Definição de um plano para operacionalização do TSAFC, após aprovação da lei de enquadramento;
- ✓ Realização do diagnóstico de competências e necessidades de formação aos Auditores;
- ✓ Programa de capacitação Técnica dos 30 Auditores para consolidar e especializar as suas competências, de acordo com o diagnóstico de competências e necessidades formativas;
- ✓ Aprofundar a formação da Língua Portuguesa, pelo que se irá dar continuidade e intensificar também a componente de tutoria e mentoria *on-the-job*.
- ✓ Realização de formações em áreas comportamentais, administrativas, informáticas, de modo a dotar a Instituição com ferramentas mais eficientes;
- ✓ Deslocação a Portugal para frequência de estágios no Tribunal de Contas e Encontros Internacionais organizados pela CPLP e outras entidades; se as condições nacionais e internacionais assim o permitirem;
- ✓ Elaboração de manuais de procedimentais e reorganização de serviços de modo a dotar a Instituição de ferramentas e métodos de trabalhos mais eficientes;

- ✓ Reforço da Assistência Técnica com a contratação de AT para área do parecer da Conta Geral do Estado e apoio para assessoria de auditoria, mentoria e tutoria.
- ✓ Reforço da Assistência Técnica da área de Gestão com a continuidade de AT Jurídica, iniciada no exercício anual anterior, a nível da assessoria na Fiscalização Prévia, Auditoria e apoio na mentoria e tutoria;
- ✓ Articulação com outras entidades Nacionais e Internacionais ligadas à supervisão e Controlo das Finanças Públicas, através da frequência de encontros, Seminários e Workshops;
- ✓ Disponibilização de ferramentas de software e hardware para auxiliar na tramitação processual e organizacional do TdR/CdC

O Plano de atividades é assumidamente ambicioso, tendo sido elaborado com a premissa que devem se apresentar às formações grupos variados e em horários que sejam adequados ao TdR/CdC e não perturbem o ritmo de trabalho.

Por outro lado, o Plano pretende ir ao encontro ao plano trienal (2019-2021) e o plano de atividades do ano 2020 do TdR/CdC. Apresenta uma capacitação intensificada na área das Finanças Públicas, mas alargada a outras áreas para que os profissionais do Tribunal possam ter um conhecimento transversal em todas as áreas de conhecimento.

INSPEÇÃO-GERAL DO ESTADO

Para garantir o pleno exercício das atividades, por parte da IGE, é necessário continuar a dotar o Parceiro de meios de capacitação para a realização de inspeções e auditorias que disponibilizem informações claras e objetivas sob a transparência das finanças públicas e gestão da Administração Pública.

Considerando as características da IGE e as suas principais necessidades, aumentar a proximidade do Projeto à organização e ampliar as condições de acesso às suas atividades, serão medidas decisivas para a realização dos objetivos do Projeto.

Neste sentido, a estratégia passa pelos seguintes aspetos:

- ✓ Assistências técnicas de curta duração, de modo a implementar um dinamismo nos serviços e implementar mentoria e tutoria “on-job”;
- ✓ Intensificar a formação da Língua Portuguesa;
- ✓ Assegurar formação especializada, em auditoria e controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial com o apoio dos parceiros em

Portugal (Inspeção Geral de Finanças / Tribunal de Contas), Associação Portuguesa de Auditoria Interna (APAI) e Universidades;

- ✓ Promoção da certificação em auditoria interna através de cursos intensivos na APAI e realização de estágios na Inspeção Geral de Finanças em Portugal;
- ✓ Promoção de uma Missão de visita a Portugal a parceiros homólogos com competências de supervisão das Finanças Públicas, para benchmarking, e recolha das melhores práticas;
- ✓ Diagnóstico processual e de gestão, de modo a apoiar reengenharia e organização de processos da IGE, bem como a produção de documentos relacionados com instrumentos de Gestão; permitindo melhores ganhos de eficiência, eficácia e transparência no uso da informação.

CRIMINALIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO/PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

A área da Criminalidade Económica e Financeira tem sofrido, como as demais áreas, das fortes restrições da situação do COVID-19, estados de emergência e restrições às viagens.

Estes impactos são, sobretudo, gravosos no caso das atividades previstas nesta fase para a PGR, uma vez que envolvem a intervenção de formadores e tutores de Portugal, bem como a necessidade de deslocação de e para fora de Timor-Leste.

A colaboração com o Ministério Público está a ser realizada por fases sucessivas, sendo que na primeira fase, os principais objetivos acordados com a PGR são:

- ✓ A instalação de uma Unidade de Auditoria e Perícia Financeira (UAPF), junto do Gabinete Central de Combate à Corrupção e à Criminalidade Organizada (GCCCO), para “auxiliar os magistrados na fase de inquérito, em matéria de análise e perícia contabilística, financeira, fiscal e patrimonial”; e
- ✓ A formação do Magistrado do Sector de Contencioso do Estado (SCE), nas áreas do contencioso cível e administrativo, a realizar, numa primeira fase, através de formação “*on-the-job*” aos magistrados do SCE através da mobilização de um Assistente Técnico da PGR de Lisboa em Timor-Leste; e numa 2ª fase, formação complementar em Portugal, especializada no acompanhamento de processos e serviços num tribunal cível e num tribunal administrativo.

Outra proposta que está a ser analisada e que se espera ser possível ver contemplada na próxima revisão do estatuto orgânico do MP, atualmente em fase de aprovação pelo Governo, refere-se à **criação e instalação de um Gabinete de Recuperação de**

Ativos, como unidade especializada na PGR, ajustada à dimensão do país e com atribuições que permitam proceder à identificação, localização e apreensão de bens ou produtos relacionados com crimes, a nível interno e internacional.

COMISSÃO ANTI-CORRUPÇÃO

No que respeita à CAC, pretende-se continuar a aprofundar relações e contribuir para os resultados pretendidos, através das seguintes linhas de atuação:

- ✓ Assistência técnica qualificada por parte de um Inspetor-Chefe da Polícia Judiciária, a iniciar funções a 30 de setembro;
- ✓ Retomar as ações de formação para reforçar a capacidade de investigação criminal da CAC relativa aos crimes da sua competência, que está em níveis muito baixos;
- ✓ Criar o enquadramento legal e orgânico para um tratamento especializado de todas as denúncias que chegam à CAC, incluindo o envio pelo Ministério Público;
- ✓ Criar o enquadramento legal e orgânico para dar início à execução das competências da CAC em matéria de prevenção secundária;
- ✓ Apoio na elaboração do Plano estratégico para 2020/2025;
- ✓ Apoio à especialização e qualificação de processos de organização interna, em diversos aspetos relativamente à gestão de recursos humanos, sistema de monitoria e avaliação, tratamento e sigilo da informação, elaboração de um currículo (disciplinas) para formação de investigação criminal, elaboração de legislação e regulamentos internos;
- ✓ Apoio à implementação de um sistema de recolha, análise e verificação das declarações de rendimentos que constituem as novas competências da CAC decorrentes da Lei Anti-Corrupção (Lei 7/2020, de 26 de agosto), que entrará em vigor em finais de fevereiro de 2021.

POLÍCIA CIENTÍFICA E DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

No que respeita à PCIC, as atividades estão organizadas nas seguintes linhas de atuação:

- ✓ Continuidade das atividades de assistência técnica especializada, de curta e média duração, em diversas áreas, através de colaboração com a PJ de Portugal, e que se prolongará pelo período da duração do Projeto;
- ✓ Formação dos novos especialistas em Portugal, para reforço das áreas da criminalidade económica e financeira;
- ✓ Reforço das componentes de operação tecnológica dos investigadores da PCIC, dotando-os do conhecimento e recursos tecnológicos de apoio às suas

atividades na investigação criminal, que se pretende possa traduzir-se num assinalável aumento das capacidades da PCIC na investigação dos crimes económicos e financeiros;

- ✓ Reforço da colaboração com a PJ de Portugal, em especial ao nível da formação especializada e da partilha de conhecimentos com Portugal, bem como pela potencial colaboração com outras instituições europeias da área da prevenção e combate à criminalidade económica e financeira;
- ✓ Reforço das condições de operação dos sistemas de gestão e análise da informação, através do acesso aos recursos necessários para aumentar os níveis de segurança da informação de investigação e, por essa via, da certeza, fiabilidade e integridade dos processos em investigação.

AUDITORIA SOCIAL

SOCIEDADE CIVIL

Para que sejam atingidos os objetivos e os Resultados estabelecidos na Auditoria Social, é necessário assegurar a adequada resolução de três questões principais:

- Desenvolver a capacidade das OSC para que possam ajudar as populações locais a compreender as intervenções do setor público relevantes e ajudá-las a responsabilizar o setor público para obter os resultados,
- Aumentar a compreensão da população local sobre as intervenções do setor público e seus direitos a esse respeito,
- Levar as preocupações e reações das populações locais de volta às autoridades nacionais, através da criação de mecanismos de participação e inclusão ao processo orçamental junto do PN.

Para garantir a sustentabilidade das intervenções ao longo destes anos, é preciso promover uma estratégia mais abrangente, na qual a Sociedade Civil poderá colaborar estabelecendo relações diretas com os auditores formais (PN, CdC, PGR, CAC, PCIC, PDHJ e IGE), para reforço do controlo das finanças públicas no País.

A experiência de auditoria participativa das ONG em países como Timor-Leste, estabelece que as organizações da Sociedade Civil podem desenvolver as capacidades necessárias para realizar tarefas de auditoria tradicionalmente realizadas apenas pelos auditores públicos, mas também trazendo informação crítica, que pode melhorar os resultados das auditorias de desempenho.

No que interessa ao apoio da PAS, é necessário, desde logo, reforçar a capacidade de gestão e transparência do processo, para, em seguida, estender as atividades de auditoria social a Municípios não abrangidos e a outros setores e atividades muito relevantes, em termos de supervisão das finanças públicas, não cobertos pela PAS nem pela rede da FONGTIL.

O PFMO está a dar passos na intervenção de apoio a Sociedade Civil, através de apoio técnico direto às OSC, em matérias de literacia orçamental, recolha de dados, análise e acesso às informações que interessam à economia e vida das comunidades, assim como a realização de relatórios, atentos a eficácia e eficiência do dinheiro público gasto com as comunidades e nos sectores essenciais para o desenvolvimento do país.

É necessário, ainda, assegurar as intervenções que possam ter um impacto de longo prazo nas dinâmicas participativas às políticas públicas do país por parte da cidadania. Para tal, será finalizado um Acordo de Parceria com o CEPAD - parceria que prevê a criação de um Centro de Serviço de Referência de Cidadão, a instalar na sede do CEPAD e nos Municípios identificados, onde será necessário garantir a sustentabilidade.

Enfim, pretende-se criar um sistema de referência entre os atores não estatais e o PN, nomeadamente a Comissão C, para que este possa responder sobre as decisões política económicas tomadas na análise e aprovação das políticas públicas no país.

Para tal, será necessário:

- ✓ Criar condições de acesso à informação para as organizações da sociedade civil assim como para os jornalistas, que não sejam somente o acesso à lei, mas também a sumários e análises simples elaborados pelas bancadas parlamentares.
- ✓ Promover a realização de atividades de debate político e público entre o Parlamento e a sociedade civil e os jornalistas, a designar por “Diálogos com o Parlamento”.
- ✓ Desenvolver e apoiar atividades conjuntas com a GOPAC (Organização dos Parlamentares Contra a Corrupção) e a GMPTL (Organização das Mulheres Parlamentares).

COMUNICAÇÃO SOCIAL

O setor da comunicação social tem sido um parceiro dinâmico do Projeto, tendo assinalado uma ampla participação dos jornalistas e órgãos de comunicação social nas atividades de capacitação do PFMO.

Ainda assim, será necessário reforçar a capacidade dos meios de comunicação social, em especial nos meios comunitários, através da capacitação de jornalistas das zonas rurais sobre a matéria de finanças públicas. Para tal, será necessário replicar as formações para melhorar a literacia orçamental e promover iniciativas que foquem em aspetos técnicos de finanças públicas, orçamento de Estado e suas linhas orçamentais, cálculo e análise das fontes, infografia digital e outras matérias que interessam à fiscalização do sistema económico.

Neste reforço de capacitação, o Projeto continuará a implementação do plano de formação acordado com o CENJOR no âmbito do Acordo de Parceria celebrado em 2019.

As necessidades de reforço das capacidades dos jornalistas que trabalham na imprensa, assim como na televisão e na agência noticiosa digital, terão de ser consideradas também para as rádios comunitárias. As rádios comunitárias, tendo em conta as diferentes capacidades, serão destinatárias de iniciativas detalhadas em dois planos de formação (em cascata) desenhados em Português e Tétum para ir ao encontro das necessidades de cada tipo de órgão de comunicação social e a sua realidade.

Noutra vertente estratégica, pretende-se reforçar a visão de longo prazo e a sustentabilidade do trabalho agora realizado pelo PFMO, pelo que seria importante criar condições para promover, em Timor-Leste, capacitação especializada, de média e longa duração, em instituição nacional que garanta a sua continuidade futura.

O CFTEC (Centro de Formação Técnico Em Comunicação) poderá vir a ser um futuro espaço de aprendizagem especializada, de partilha de conhecimentos e de prolongamento das atividades dos jornalistas, para além do trabalho que desenvolvem nos respetivos órgãos de comunicação social. O CFTEC constitui o embrião e pode vir a evoluir para um centro de referência para a formação e profissionalização dos jornalistas no país.

Por outro lado, vale a pena considerar o reforço do apoio à agência TATOLI, agência multimédia que pretende estar em múltiplas plataformas, trabalhando em várias línguas e abordando um amplo espetro de questões sociais, incluindo a supervisão das finanças públicas, que está a ter um desenvolvimento e um percurso interessantes. Há uma visível dinâmica e a qualidade da informação tem vindo a melhorar nos últimos tempos.

LÍNGUA PORTUGUESA

Apesar do trabalho realizado ao longo dos últimos dois anos, há ainda uma parte significativa dos beneficiários que continua com um défice de formação em língua portuguesa, uma língua não materna que, por ter o estatuto de língua oficial, apresenta significativas exigências no seu domínio pela Administração Pública, em especial nos setores da supervisão, auditoria, justiça e judiciário. É, por isso, fundamental que o contributo do PFMO neste campo tenha continuidade, sustentabilidade e condições de apropriação pelos parceiros.

É pertinente salientar que, no âmbito da didática de línguas não maternas, só a partir do nível B2, de utilizador independente, se encontra o aprendente habilitado para utilizar a língua com suficiente autonomia. Tal autonomia, embora não seja sinónimo de perfeição, permite ao utilizador continuar, por si próprio, a desenvolver e a aperfeiçoar a sua proficiência, assim tenha necessidade de o fazer.

Contudo, tendo em conta que a atividade profissional dos beneficiários depende, em grande medida, da aplicação e da interpretação de disposições legais escritas (em português), resultando em documentos escritos (em português) que suportam decisões com força vinculativa, cujas possíveis implicações, do ponto de vista linguístico, exigem elevado rigor, correção, clareza, exatidão e objetividade, o aperfeiçoamento e a consolidação da proficiência linguística através da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nos cursos de formação não deveriam ser deixados ao acaso, situação que só a tutoria linguística em exercício pode prevenir.

Assim, sem que se possa garantir que as competências desenvolvidas nos cursos estejam suficientemente consolidadas ao nível de utilizador independente, a interrupção do processo formativo acarreta o risco elevado de sujeitar os beneficiários à referida erosão linguística, provocando um retrocesso no domínio da língua portuguesa e, conseqüentemente, desperdiçando o trabalho realizado.

Assim, a estratégia da língua para o próximo período, assente na proposta da sua continuidade e extensão por mais um ano, até 31 de janeiro de 2022 (ver secção E - ponto 4), e que será decisiva para que se atinjam os principais objetivos, designadamente:

- ✓ Para que todos os participantes tenham a oportunidade de concluir o seu percurso formativo até um nível de utilizador independente da língua portuguesa;
- ✓ A atividade de tutoria linguística se transforme numa modalidade complementar de formação, fundamental para a sustentabilidade desta atividade;

Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste (PFMO) – Componente 2 | FED/2017/387410

Relatório Intercalar N.º 3 (1 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020)

- ✓ Para a produção dos manuais de língua portuguesa para fins específicos – nível A2, B1 e B2, para a CdC e IGE, PCIC, CAC e OSC – e adaptação e disponibilização dos conteúdos na plataforma Moodle do Camões I.P.

Figura 26: Calendário de atividades previstas na Área da Língua, por Parceiro

PARCEIRO	Sub-atividade	2020			2021												2022	
		OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	
PN	Formações técnicas de elaboração/redação de textos técnicos e oficiais																	
CDC	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1				INTERMÉDIO 1													
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 2																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 2																	
	Manual de Auditoria Financeira (CdC e IGE) - Nível B1				Manual B1													
	Manual de Auditoria Financeira (CdC e IGE) - Nível B2																	
	Plataforma de formação Moodle CICL																	
Tutoria linguística																		
IGE	Curso LP (Ciclo 180h) Elementar				ELEMENTAR													
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 2																	
	Manual de Auditoria Financeira (CdC e IGE) - Nível B1				Manual B1													
	Manual de Auditoria Financeira (CdC e IGE) - Nível B2																	
Plataforma de formação Moodle CICL																		
Tutoria linguística																		
CAC	Curso LP (Ciclo 180h) Elementar																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Elementar				ELEMENTAR													
	Curso LP (Ciclo 180h) Elementar																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 2																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 2																	
	Manual de Criminalidade Econ-Financeira - Nível A2				A2													
	Manual de Criminalidade Econ-Financeira - Nível B1				Manual B1													
	Manual de Criminalidade Econ-Financeira - Nível B2																	
Plataforma de formação Moodle CICL																		
Tutoria linguística																		
PCIC	Curso LP (Ciclo 180h) Elementar																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Elementar																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1				INTERMÉDIO 1													
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Elementar																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 2																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 2																	
	Manual Prevenção e Investigação Criminal - Nível B1				Manual B1													
	Manual Prevenção e Investigação Criminal - Nível B2				Manual B2													
Plataforma de formação Moodle CICL																		
Tutoria linguística																		
MP	Formações técnicas de elaboração/redação de textos técnicos e oficiais																	
OSC	Curso LP (Ciclo 180h) Elementar				ELEMENTAR													
	Curso LP (Ciclo 180h) Elementar				ELEMENTAR													
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1				INTERMÉDIO 1													
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 1																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Elementar																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 2																	
	Curso LP (Ciclo 180h) Intermediário 2																	
	Manual de Auditoria Social - Nível B1 / Intermediário 1				Manual B1													
	Manual de Auditoria Social - Nível B1 / Intermediário 2																	
	Plataforma de formação Moodle CICL - Módulos AS																	

10.3. PLANO DE ATIVIDADES PARA OS ANOS 4 E 5

a) Previsão de Execução Física

O Plano de Atividades dos Anos 4 e 5, junto como **Anexo IV**, prevê a realização de um total de **249 atividades**, distribuídas pelas diversas áreas e tipos, consoante a natureza e características das mesmas, relativamente a **178 atividades** especializadas (sendo 60 destas atividades, sobre temáticas comuns a pelo menos dois Parceiros), **23 atividades transversais** a diversos Parceiros e **50 atividades específicas de Língua Portuguesa**.

Este Plano integra um número elevado de atividades previstas e não realizadas no ano anterior (ano 3), sobretudo por força da situação de pandemia e estado de emergência, como ainda a extensão das atividades de língua portuguesa.

Figura 27: Nº de atividades do Plano de atividades (Ano 4 e 5)

Tipos de Atividades	Atividades Comuns/ Transversais	Supervisão Orçamental (PN)	Auditoria financeira (CdC/IGE)	Criminalidade ECO-FIN (PGR/CAC/ PCIC)	Auditoria Social (Sociedade Civil/Media)	Língua Portuguesa
Capacitação	13	6	42	22	30	28
Assistência Técnica (C/M)	0	6	3	4	1	0
Missões Estudo	0	2	5	0	0	0
Tutoria/ Mentoria	0	1	3	0	0	5
Organização/ Consultoria	0	2	4	6	1	0
Reengenharia Processos	0	1	1	0	0	0
Conferências/ Seminários/ Encontros	4	13	4	1	8	6
Manuais/ Documentos/ Informação	3	1	1	0	1	10
Equipamentos/ Outros	3	0	1	2	4	2
Subtotal	23	32	64	35	45	50

b) Previsão de Execução Contratual e Financeira

No que respeita à execução financeira, tendo em consideração o planeamento de atividades e o atual prazo contratual de implementação do projeto, que termina em 28 de fevereiro de 2022, será necessário nos próximos 18 meses assegurar uma execução financeira de 6.871.431 e EUR e 2.453.241 EUR, nos anos 4 e 5, respetivamente **(Anexo V)**.

Figura 28: Execução Contratual e Financeira

(Anos 1, 2 e 3 e previsão Anos 4 e 5, Euros)

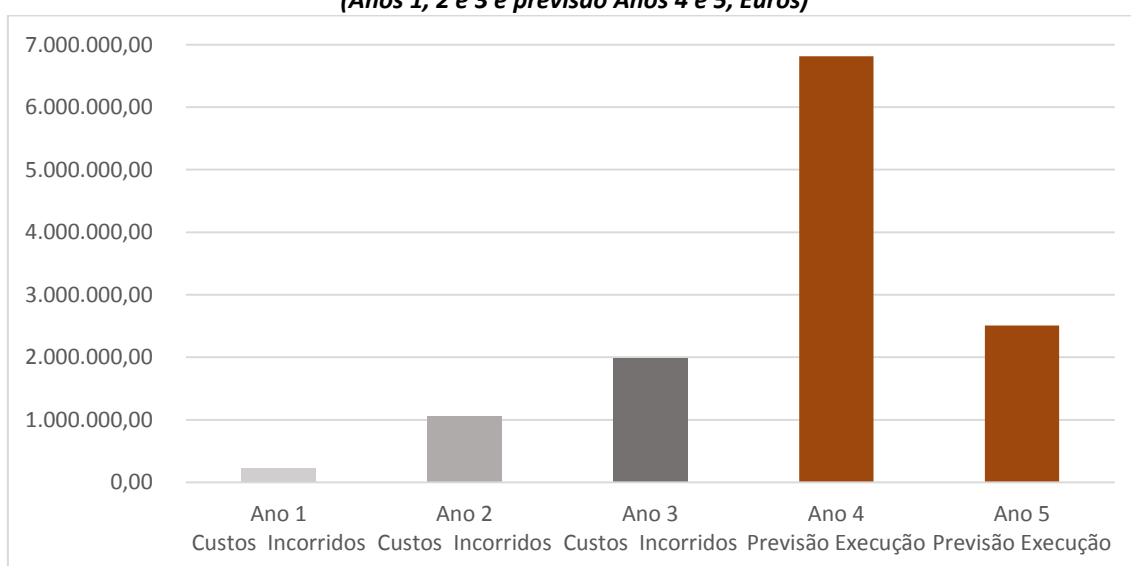
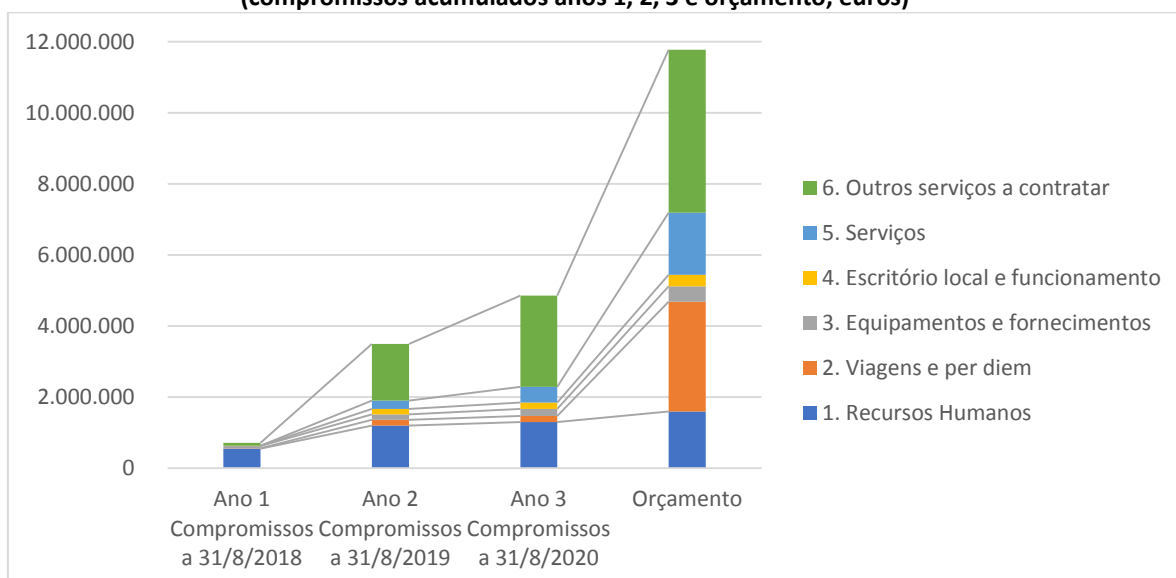


Figura 29: Execução Contratual

(compromissos acumulados anos 1, 2, 3 e orçamento, euros)



Como se pode verificar pelos gráficos acima, de modo a ser possível acompanhar o acréscimo significativo de atividades e execução física previsto para o remanescente do Projeto, prevê-se um acréscimo muito significativo da execução de despesas e contratos face aos anos anteriores.

10.4. EXTENSÃO DAS ATIVIDADES DA LÍNGUA PORTUGUESA

a) Enquadramento e resultados pretendidos

A componente 2 do PFMO visa essencialmente a capacitação institucional das entidades com responsabilidades na supervisão e gestão das finanças públicas, designadamente PN, CdC, CAC, PCIC, IGE, Sociedade Civil, Comunicação Social e Jornalistas.

Nos termos previstos no Acordo de Delegação, estão previstos os seguintes resultados e atividades em matéria do reforço e capacitação em língua portuguesa:

R2.1. Papel do Parlamento Nacional (PN), fortalecido em termos de análise, auscultação e tomada de decisão relativamente ao orçamento geral do estado, e de fiscalização da sua execução.

A.2.1.1 Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal para deputados e técnicos parlamentares, através de ações de formação em língua portuguesa e do desenvolvimento de materiais didáticos adequados.

R2.2. Capacidade técnica e institucional reforçada da Câmara de Contas (CdC) e do Tribunal de Recurso – inclusive para a sua evolução plena para o Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas.

A.2.2.1 Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal dos magistrados e auditores, através de formações em língua portuguesa e do desenvolvimento de materiais didáticos adequados.

R2.3. Capacidades reforçadas em matéria de prevenção e investigação forense de crimes de natureza económico-financeira, corrupção e branqueamento de capitais (Comissão Anticorrupção - CAC, Polícia Científica de Investigação Criminal - PCIC e Inspeção Geral do Estado- IGE).

A.2.3.1 Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal dos para os técnicos das instituições visadas, através de formações em língua portuguesa e do desenvolvimento de materiais didáticos adequados.

R2.4. Capacidade técnica e institucional do Ministério Público reforçada para melhor representar o Estado no exercício penal e salvaguarda da legalidade democrática para o acompanhamento das responsabilidades financeiras designadas nos relatórios da Câmara de Contas e nos relatórios de investigação criminal.

A.2.4.1 Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico

e legal para os magistrados, através de ações de formação em língua portuguesa e do desenvolvimento de materiais didáticos adequados.

R2.5. Capacidade aumentada dos atores não estatais e dos cidadãos, para participarem em processos políticos e de supervisão das instituições públicas e da prestação de serviços públicos (através da iniciativa de auditoria social).

A.2.5.1 Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal para os técnicos das organizações da sociedade civil, através de formações em língua portuguesa e do desenvolvimento de materiais didáticos adequados.

R2.6. Quadro regulamentar e capacidade profissional dos jornalistas melhorados para que estes possam providenciar informação imparcial, concreta e informada aos cidadãos.

A.2.6.1 Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal dos jornalistas membros dos órgãos de comunicação social, através de ações de formação e do desenvolvimento de materiais didáticos adequados.

b) Objetivos específicos da componente de Língua Portuguesa

O PROJETO tem prevista formação intensiva em língua portuguesa de nível técnico, desenhada de forma transversal a todas as entidades beneficiárias, adaptada ao contexto de trabalho de cada entidade, face às debilidades diagnosticadas no domínio desta língua oficial.

Sublinhe-se que não se trata de desenvolver um modelo tradicional de língua para fins educativos, ou de divulgação social e económica, mas sim o ensino e aprendizagem da língua para uso com fins específicos – neste caso, de fins profissionais nas instituições estatais e não estatais parceiras e corresponsáveis pela supervisão das finanças públicas em Timor-Leste.

Estas atividades foram previstas no Acordo de Delegação para um período estimado de dois anos, tendo o trabalho sido iniciado em 1 de fevereiro de 2019, com as atividades da Equipa da Língua Portuguesa, que integra a Unidade de Implementação do Camões, I.P. em Díli – pelo que seria de esperar poderem estar concluídas em janeiro de 2021.

Deve sublinhar-se que a formação em língua portuguesa assume um duplo papel no PROJETO: por um lado, serve para dotar o público-alvo de um nível de proficiência linguística capaz de garantir que a formação de âmbito exclusivamente técnico possa ser ministrada nesta língua sem que a comunicação entre os interlocutores seja comprometida; por outro lado, tendo em conta o uso funcional que lhe é dado a nível institucional, a língua portuguesa assume-se, também ela, como mais uma ferramenta técnica fundamental para a prossecução de tarefas profissionais no âmbito da gestão e da supervisão das finanças públicas em Timor-Leste.

O objetivo declarado de reforçar a formação e capacitação dos profissionais timorenses afetos às instituições envolvidas nesta intervenção, assegurando que estes consigam no final da intervenção desempenhar de forma independente as suas funções e mandatos, significa, em termos de proficiência em língua portuguesa, que a missão da Equipa da Língua é levar os beneficiários a atingirem o nível de utilizador independente, no seu desempenho profissional. No entanto, a baixa proficiência em língua portuguesa nos quadros de diversos Parceiros, constitui um obstáculo à compreensão e à assimilação de conhecimentos específicos, representando, desde logo, um constrangimento no que se refere aos objetivos das atividades de formação de âmbito técnico.

Por outro lado, o diagnóstico inicial realizado em março e abril de 2019, confirmou um panorama multilingue, no qual mais de 80% dos inquiridos reconheceu o uso do português como indispensável no contexto profissional. Contudo, mais de 80% dos avaliados situava-se nos níveis de proficiência iniciais (A1 e A2).

Neste cenário, estabeleceu-se uma estratégia que considera a necessidade de frequência pela maioria dos beneficiários de três ciclos de formação, num total de 540 horas, indispensáveis à aquisição do nível de utilizador independente, como forma de assegurar os resultados pretendidos e a transformação qualitativa da proficiência de domínio e uso da língua em todas as Instituições. Esta via assegura que os beneficiários atinjam um **nível de proficiência B, intermédio** – que se considera necessário para a utilização da língua em termos profissionais.

A referida estratégia implicará a extensão das atividades da Língua Portuguesa, com os seguintes **objetivos específicos**:

- ✓ Assegurar a efetiva requalificação e melhoria dos níveis de uso da língua portuguesa dentro de cada entidade, nas relações entre Parceiros de supervisão e entre estes e outras instituições;
- ✓ Assegurar que os beneficiários de todos os Parceiros abrangidos têm condições de melhorar os seus níveis de proficiência para o nível B – Intermédio -, que permite a utilização profissional da língua;
- ✓ Garantir que os beneficiários pertencentes às Instituições Superiores de controlo, Parceiros do Projeto, podem atingir o nível B2 de proficiência de uso da língua;
- ✓ Assegurar as condições para a elaboração e conclusão de todos os 12 Manuais de formação em Língua Portuguesa para fins específicos, destinados a cada um dos Parceiros, correspondes à formação para os níveis A2, B1 e B2 – permitindo assim condições para que, após final do Projeto, todos os Parceiros tenham condições para prosseguir, com autonomia, a formação contínua e a especialização dos seus quadros;

- ✓ Assegurar que todos os parceiros possam continuar a aperfeiçoar, de forma autónoma, as competências linguísticas e comunicativas em língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal, dos atuais recursos humanos e daqueles que venham, no futuro, a integrar as instituições; quer através de formações especializadas em língua portuguesa, ministradas com a ajuda dos referidos manuais de português para fins específicos, quer através de tutorias/assessorias linguísticas eventualmente contratadas pelas próprias instituições. Estas duas atividades consideram-se determinantes para o sucesso e para a sustentabilidade da ação do PFMO, no que se refere à formação em língua portuguesa.

c) Proposta de continuidade das atividades de Língua Portuguesa

Neste cenário, reveste-se de grande importância para a prossecução dos objetivos do PROJETO que seja dada **continuidade à Atividade da Língua Portuguesa** pelo período adicional de **um ano**, ou seja, **até 31 de janeiro de 2022**. Esta extensão, não implicará, por si só, qualquer extensão do período do projeto, uma vez que este tem o seu término previsto para 28 de fevereiro de 2022.

A extensão proposta inclui a manutenção de três dos atuais quatro peritos da Equipa da Língua Portuguesa (o quarto perito terminará o seu contrato em janeiro de 2021, não pretendendo a sua renovação) e do Coordenador Científico-Pedagógico, até 31 de janeiro de 2022.

Em Lisboa, no apoio à elaboração dos manuais, a perita em língua portuguesa tem igualmente o seu contrato vigente (já renovado) até 31 de agosto de 2021 – esperando-se que então estejam concluídas na totalidade as atividades relativas à elaboração, edição e publicação da totalidade dos Manuais de Língua Portuguesa para Fins Específicos.

O Acordo de Delegação, na Descrição da Ação (p. 51), prevê a possibilidade de extensão desta atividade, caso exista disponibilidade de fundos. O custo desta extensão será incluído no orçamento do projeto, não carecendo de recursos adicionais ou de alterações entre rubricas.

A despesa a incluir será a resultante do pagamento das remunerações dos elementos da Equipa da Língua, no montante de **EUR 341.398** sendo suportada pela mesma rubrica (6.1), que apresenta a esta data uma execução baixa (de cerca de 40%), tendo em atenção o atraso verificado nalgumas contratações.

Nestes termos, esta proposta não implica uma alteração do Acordo de Delegação celebrado com a União Europeia, tendo merecido a aprovação do Conselho Diretivo do Camões, I.P., sendo para efeitos do previsto no artigo 11.3 das Condições Gerais

(Anexo II do Acordo de Delegação), comunicado à União Europeia, para todos os efeitos.

Custos: Os encargos necessários são os relativos a recursos humanos da equipa (contratados enquanto agentes de cooperação). Para tal, para esta fase de extensão, prevê-se a redução em um dos peritos da equipa, mantendo-se a restante equipa até agosto de 2021 (Perito em Lisboa) e janeiro de 2022 (Coordenador e Peritos em Díli).

- **3 peritos de língua e 1 coordenador** científico-pedagógico (**até janeiro de 2022**) na Unidade de Implementação, em Díli.

- **1 perito de língua (até agosto de 2021)** na Unidade de Implementação, em Lisboa.

Figura 30: Orçamento e Financiamento Extensão da Língua

Ref.	Descritivo	Motivo	Custo	Rub.
ELPG/01	Extensão contrato do coordenador científico-pedagógico	extensão de 26.11.20/31.01.22	93.500,00	6.1
ELPG/02	Extensão contrato de 3 docentes de língua portuguesa	extensão 1 ano	201 208,00,00	6.1
ELPG/07	Extensão contrato do perito em Língua portuguesa	extensão 1 ano	46 690,00	6.1
		Total	341.398,00	6.1

E. INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS ALTERAÇÕES AOS VALORES CONSTANTES EM RUBRICAS DO ORÇAMENTO

A reprogramação das atividades, nomeadamente no que diz respeito ao respetivo perfil de despesas, irá originar a necessidade de transferências de verbas entre rubricas orçamentais que, nos termos do artigo 11.3 das condições gerais do acordo de delegação, não obrigam à assinatura de adenda, por corresponderem a variações de valor igual ou inferior a 25% do orçamento da rubrica.

A seguinte tabela sintetiza os ajustes orçamentais necessários ao cumprimento do plano de atividades para os anos 4 e 5, conforme **Anexo IV** do presente relatório. O **Anexo V** detalha os orçamentos das sub-rubricas, dentro de cada uma das rubricas abaixo indicadas.

Figura 31: Despesas previstas para anos 4 e 5 e revisão do orçamento

Rubrica	Orçamento (1ª Adenda)	Custos incorridos até 31/8/2020	Ano 4 Previsão Execução	Ano 5 Previsão Execução	Orçamento Revisito	Desvio vs. Adenda
1. Recursos Humanos	1 591 021	854 727	439 085	210 522	1 504 333	-5,4%
2. Viagens e per diem	3 088 080	160 653	1 513 339	652 533	2 326 525	-24,7%
3. Equipamentos e fornecimentos	436 800	195 766	219 779	19 923	435 469	-0,3%
4. Escritório local e funcionamento	321 300	127 274	107 672	66 257	301 203	-6,3%
5. Serviços	1 752 600	277 736	1 003 746	340 680	1 622 161	-7,4%
6. Outros serviços a contratar	4 585 900	1 444 898	3 085 972	1 055 139	5 586 010	21,8%
8. Custos Indiretos/Remuneração	824 299	214 274	445 871	164 154	824 299	0,0%
Total Custos da Ação	12 600 000	3 275 328	6 815 464	2 509 208	12 600 000	0,0%

Destaca-se a necessidade de transferência de verbas originalmente alocadas a viagens internacionais (redução de 24,7% da rubrica 2.) e, numa escala inferior a serviços de formação (rubrica 5.), com o correspondente reforço da rubrica 6. (Outros Serviços a Contratar), em particular no diz respeito a *Serviços de Consultoria* (Assistências Técnicas) e *Custos com Formação, Seminários e Workshops*.

Tal justifica-se com a significativa redução de atividades que impliquem a deslocação de beneficiários a Portugal e outros destinos internacionais para beneficiarem de formação nestes destinos, assim como custos de formação associados, e o reforço significativo dos custos com assistências técnicas de curta e média duração, bem como dos custos com formações, seminários e workshops a realizar em Timor-Leste.

Esta alteração do perfil das atividades é consequência direta das restrições às viagens internacionais a partir de Timor-Leste, derivadas da pandemia Covid-19, que iniciaram em março de 2020 e que se irão manter por um período incerto mas, para efeitos do plano de atividades e orçamento agora apresentado, pelo menos até março de 2021, ou seja, pelo menos pelo período de um ano, correspondente a mais de 25% do tempo total de Projeto.

Para compensar a redução muito significativa das viagens internacionais previstas, procede-se ao reajuste orçamental acima indicado, não excedendo, ainda assim, os limites previstos no Acordo de Delegação para que seja necessária uma adenda.

F. PEDIDO DE PAGAMENTO

Considerando a execução de despesa do período reportado e o valor provisionado na origem pelas entidades financiadoras, verifica-se que as disponibilidades asseguradas pelas contribuições do Camões, I.P. e pela transferência da União Europeia, realizada em agosto de 2017, num montante total de 3.602.190,31 EUR (três milhões, seiscentos e dois mil, cento e noventa euros e trinta e um cêntimos) acrescidos do pagamento no valor de 4.897.545,00 EUR (quatro milhões, oitocentos e noventa e sete mil quinhentos e quarenta e cinco euros e zero cêntimos) recebido em fevereiro de 2020, não asseguram os encargos estimados para a boa execução do projeto nos próximos 18 meses, conforme **Anexo V**.

O seguinte quadro sintetiza os montantes transferidos e o cálculo do valor relativo ao próximo pedido de pagamento, conforme descrito no Artigo 19.º, b), ii) das Condições Gerais:

Figura 32: Cálculo do pedido de pagamento

4º pedido de pagamento	
1. Valor dos pré-financiamentos anteriores (1º e 2º pedido)	3 602 190,31 EUR
2. Valor do último pré-financiamento (3º pedido)	4 897 545,00 EUR
3. Total do pré-financiamento (Artigo 4º Condições Especiais)	12 000 000,00 EUR
4. Valor do pré-financiamento para próximo período (18 meses) (4. = 3. - 2. - 1.)	3 500 264,69 EUR
5. 70% do último pré-financiamento + 100% anteriores (5. = 70%*2.+100%*1.)	7 030 471,81 EUR
6. Compromissos jurídicos no final do Ano 3	5 188 671,81 EUR
7. Montante a deduzir - Cond. Gerais. art. 19.1 b) ii): (7. = 5. - 6.)	1 841 800,00 EUR
4º Pedido de pagamento (4. -7.)	1 658 464,69 EUR

Assim, tendo em conta o valor dos compromissos assumidos a 31 de agosto de 2020, no montante de 5 188 671,81 EUR (cinco milhões, cento e oitenta e oito mil, seiscentos e setenta e um euros e oitenta e um cêntimos), nos termos e ao abrigo do ponto 2 do número 4.2. do Artigo 4.º das Condições Especiais e do Artigo 19.º, n.º 1, b), ii) das Condições Gerais é submetido um pedido de pagamento no valor de **1.658.464,69 EUR** (um milhão seiscentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos), conforme **Anexo VI**.

Declaração de Gestão

Nos termos do Artigo 3.10 das Condições Gerais do Acordo de Delegação, junta-se uma **Declaração de Gestão (Anexo VII)**. O Parecer de Auditoria a que se refere o ponto 3.11, será enviado nas condições regulamentares previstas no ponto 3.12.

G. NOTA SOBRE A DURAÇÃO E EXTENSÃO DO CONTRATO

Nos termos do Acordo de Delegação é apresentado o **Plano de Atividades para os Anos 4 e 5**, tendo o mesmo sido preparado tendo em conta os seguintes pressupostos:

- i) As restrições do COVID-19 vão manter-se aos níveis atuais em Timor-Leste e Portugal até 31 de dezembro de 2020;
- ii) A partir de janeiro de 2021, devem ocorrer melhorias progressivas na evolução do COVID-19, com expectativas de curto prazo no que respeita à rapidez e fiabilidade de realização de testes e obtenção dos seus resultados, surgimento de métodos de tratamento que reduzam as consequências da doença ou a existência e início de distribuição de vacinas no primeiro semestre de 2021;
- iii) As limitações de viajar de e para Timor-Leste vão manter-se aos níveis atuais até 31 de dezembro de 2020, mas as linhas comerciais (pelo menos uma delas), com carácter regular, serão abertas a partir de janeiro de 2021.

As atividades propostas consideram que, até dezembro de 2020, teremos as atuais restrições, sem agravamentos ou melhoria, mas que as atividades previstas para o ano de 2021 serão realizadas tendo em conta uma melhoria gradual das condições como acima referidas.

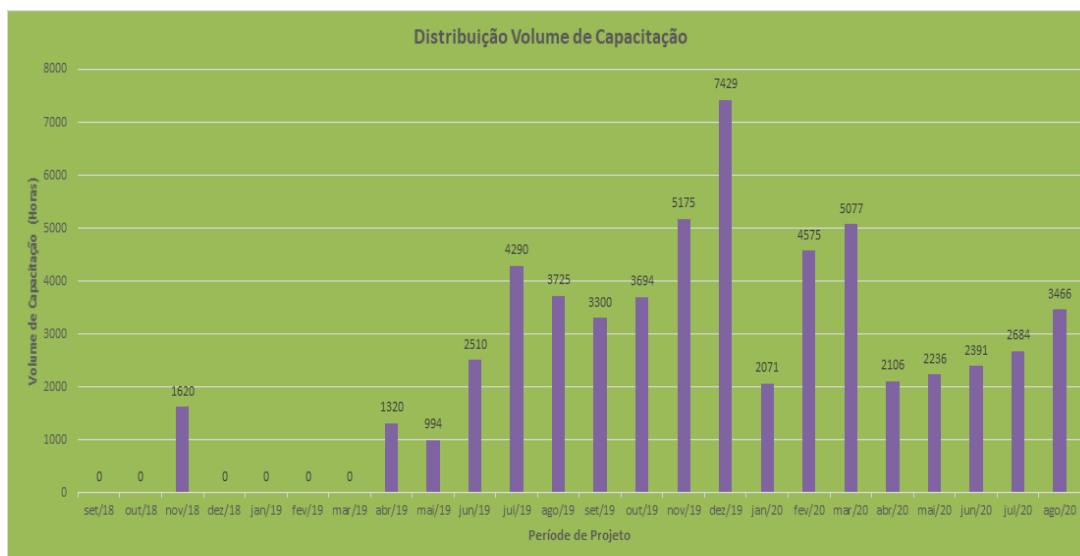
O Plano de Atividades ora apresentado tem em conta a atual duração prevista para o Projeto pelo Acordo de Delegação (até fevereiro de 2022), considerando que será o último antes de 18 meses do final, incluindo assim as atividades para os Anos 4 e 5.

No atual contexto de incerteza e imprevisibilidade sobre a evolução futura da situação de pandemia, é difícil prever com rigor os impactos e atrasos na execução do Projeto.

Apesar das medidas de mitigação e contingência, a execução de atividades no Projeto foi severamente afetada a partir de finais de fevereiro, mas sobretudo a partir de março e até meados de agosto de 2020, com uma redução significativa no ritmo da execução e o adiamento da maioria das atividades novas programadas para os meses de março a agosto de 2020.

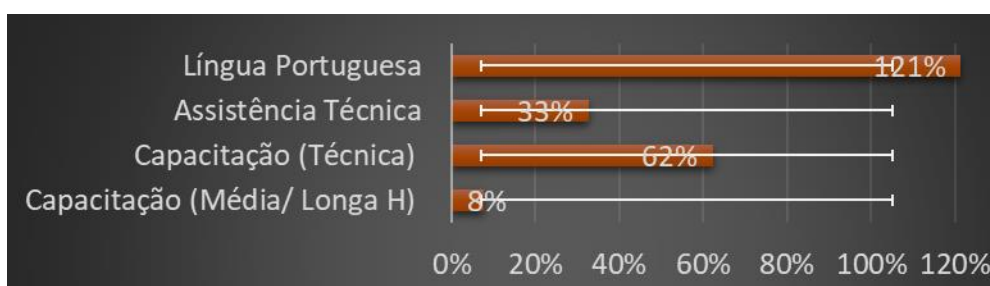
Podemos observar esta evolução e os impactos na execução do Projeto, onde se constata a redução significativa do volume de atividades (capacitação técnica de curta e média duração, assistência técnica, tutoria e língua portuguesa) na seguinte representação:

Figura 33: Evolução do volume de atividades desde início do PROJETO



Como se constata, ao abrandamento do mês de março, seguem-se cinco meses seguintes de realização muito baixos, sendo que neste período as atividades foram praticamente reduzidas à assistência técnica (on-line) e língua portuguesa, com o cancelamento das atividades de capacitação de média e longa duração e das atividades de capacitação técnica e especializada em geral, situação que resultou em enormes desvios na execução do Ano 3, em relação ao planeado, como se pode demonstrar da seguinte forma:

Figura 34: Comparação entre o planeado e o executado (%)

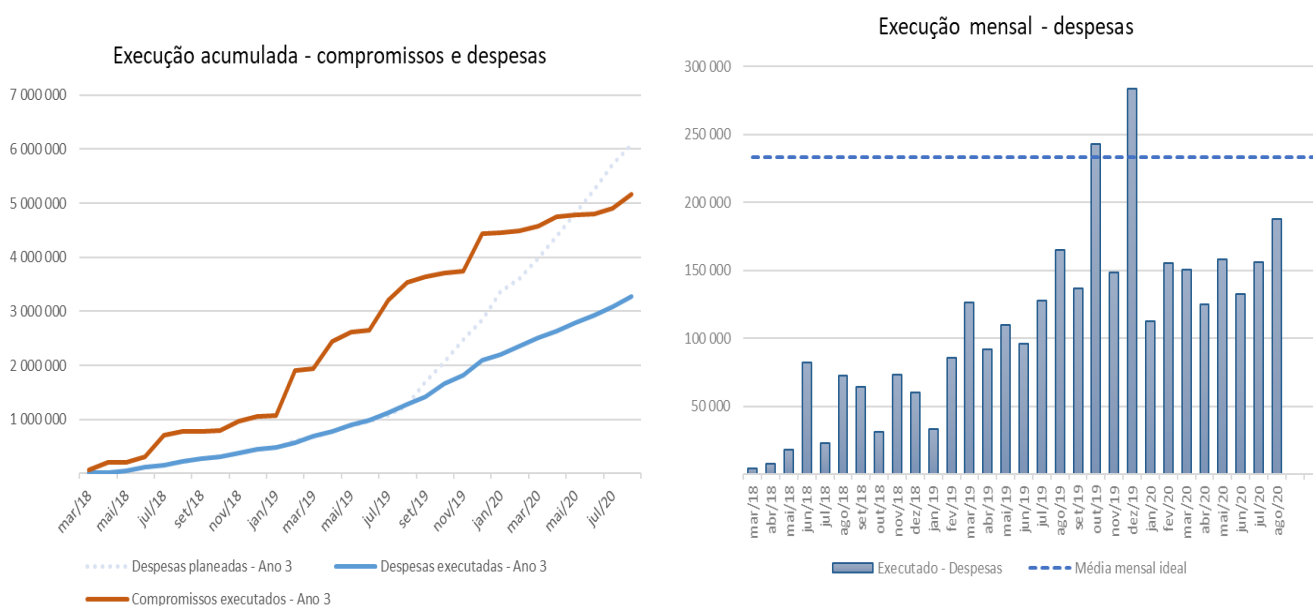


Como se observa, a situação de COVID-19 teve fortes impactos na baixa redução das atividades de capacitação de média e longa duração previstas (apenas 8% de execução), tendo estas atividades uma previsão de 39.500 horas planeadas e apenas 3.010 horas de execução (correspondendo tais atividades ao maior número previsto para o Ano 3), seguindo-se a baixa execução em Assistência Técnica (33%), por força quer do adiamento das viagens para Díli dos novos Assistentes Técnicos (que só puderam viajar em 28 de setembro), quer do abrandamento dos níveis de assistência técnica, mentoria e tutoria “on-the-job”, em resultado das limitações ao regime de teletrabalho da equipa.

Salienta-se ainda que estes impactos e o agravamento das condições de execução de PROJETO, ocorridos de forma permanente até ao final do Ano 3 de execução, mas que essas condições agravadas se mantiveram depois dessa data e permanecem nos meses seguintes, até pelo menos à data da elaboração do presente Relatório Intercalar, sendo de prever que as circunstâncias agravantes permaneçam ainda nos próximos meses, até ao final da situação de pandemia – pelo que ainda não é possível apurar com rigor o período de tempo necessário para recuperar da atual situação.

De qualquer forma, esse abrandamento da execução das atividades, teve repercussões ao nível do ritmo e montantes da execução financeira, como se pode constatar na evolução financeira, sendo que a partir de abril o ritmo de execução financeira inverte-se em relação à linha de execução planeada, com uma estagnação por vários meses dos montantes executados mensalmente.

Figura 35: Execução financeira acumulada e mensal



Assim, tendo em conta os impactos da situação de pandemia do COVID-19 e das restrições sanitárias, legais e administrativas, que afetaram de forma muito significativa e inelutável para o Camões, I.P. a evolução do PROJETO e que agravaram objetivamente as condições de execução, devidamente comunicadas pelo Camões, I.P. ao abrigo e em observação do ponto 3.6 das Condições Gerais do Acordo de Delegação celebrado entre o Camões, I.P. e a União Europeia, considera-se existir a necessidade de solicitar uma extensão da duração global do Projeto, o qual será apresentado oportunamente à prévia consideração dos Parceiros e, existindo concordância, à posterior aprovação da União Europeia, nos termos do disposto no artigo 11.º das Condições Gerais do Acordo de Delegação.

H. ANEXOS

Anexo I: Plano de Continuidade e Mitigação COVID 19, à data de 31 de Março de 2020

Anexo II: Custos incorridos e compromissos jurídicos à data de 31 de agosto de 2020

Anexo III: Atividades, Eventos e Iniciativas de Comunicação e Visibilidade

Anexo IV : Plano de Atividades Anos 4 e 5

Anexo V: Orçamento de Atividades Anos 4 e 5

Anexo VI: Pedido de pagamento

Anexo VII: Declaração de gestão